

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Superior
Tribunal
Militar



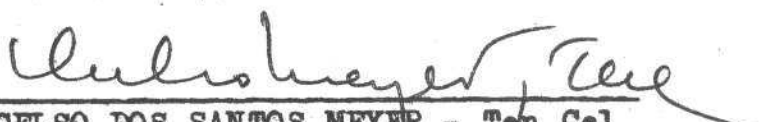
Braun

Volume 1 of inquerito No.
1426/68

P O R T A R I A

Tendo-me sido delegadas pelo Excelentíssimo Senhor General de-Divisão HUGO PANASCO ALVIM as atribuições policiais que lhe competem, para apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no Movimento de Cultura Popular e no Programa Nacional de Alfabetização, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, a que se refere a DELEGAÇÃO DE PODERES Nº 714, inclusa, determine que se proceda aos necessários exames e diligências para esclarecimento dos fatos. Determine ao senhor Escrivão que autue a presente juntando, sucessivamente, as demais peças que forem crescendo, e intime as pessoas que tiverem conhecimento dos aludidos fatos a comparecer para prestarem declarações sobre os mesmos e suas circunstâncias, em dia e hora que forem designados.

Em 21 de agosto de 1964


CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do IPM

7/October/1968

4

Brayner

DELEGAÇÃO DE PODERES Nº 714

O General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, tendo em vista o Decreto S/N de 7 de agosto de 1964, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que o encarregou da instauração de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social,

Resolve, nos termos do Art 1º, letras A e B do Ato nº 9, do Comando Supremo da Revolução:

a) delegar ao Ten Cel Art 1G-163.694 - CELSO DOS SANTOS MEYER poderes para proceder Inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR e PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

b) determinar que ultimados os trabalhos, que deverão obedecer, no que fôr aplicável, as normas atinentes aos Inquéritos, fixadas no Código de Justiça Militar, seja a documentação com relatório inicial, remetida a este Encarregado o qual fará o exame, coordenação, integração e encaminhamento a Justiça Militar.

Rio de Janeiro, GB, 10 de agosto de 1964

Gen. Hugo Alvim
General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM
Encarregado do IPM

Braun Fls 22

Rio de Janeiro, GB, 10 de dezembro de 1964

OFÍCIO Nº 8-IPM/PNA-MCP
RESERVADO - URGENTE

De Encarregado do IPM no Programa Nacio-
nal de Alfabetização e no Movimento de
Cultura Popular

Ao Encarregado do IPM na Faculdade Nacio-
nal de Filosofia

Assunto: Atividades subversivas de alunos
e ex-alunos da F N Fi

Anexo: Relação de alunos e ex-alunos da
F N Fi

Referência: Delegação de Poderes nº 714

A fim de instruir o Inquérito Policial Militar que realize no Ministério da Educação e Cultura, por delegação de poderes do General HUGO PANASCO ALVIM, encarregado do IPM de âmbito nacional, tendo em vista apurar as responsabilidades de todos aqueles que, no Movimento de Cultura Popular e no Programa Nacional de Alfabetização, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, solicito-vos informar sobre as atividades ideológicas ou subversivas dos alunos e ex-alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, constantes da relação anexa, que atuaram naqueles dois setores do Ministério da Educação e Cultura até o advento da Revolução de 31 de março de 1964.

celso dos santos meyer

CELDO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do IPM no PNA e MCP



27

Brayner 5/97

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor / Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 714 de fls 4 (partes) a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se MARINA BANDEIRA DE CARVALHO, ter quarenta anos de idade (22 de dezembro de 1924), ser natural do Estado da Guanabara, filha de Mario de Souza Carvalho e de Helena Bandeira de Carvalho, ser solteira, ser Secretária Geral do Movimento de Educação de Base, residir na Rua Maria Quitéria nº 50 - Ipanema, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder as seguintes perguntas: perguntada qual a participação / do Movimento de Educação de Base (MEB) no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado em Recife - PE, em setembro de 1963, respondeu que na fase preparatória do Encontro, o MEB enviou um representante, OSMAR FÁVERO, a Brasília, para a 1ª reunião sobre o assunto cultura popular; que essa 1ª reunião causou boa impressão ao representante do MEB; seguiram-se diversas reuniões no Rio de Janeiro, no Ministério da Educação e Cultura, quando já foi possível começar a sentir que, na melhor das hipóteses, não havia uma direção firme para preparativos desse proposto Encontro; foi sugerido que o MEB fosse um dos órgãos patrocinadores do Encontro; que o assunto mereceu análise por parte da direção do MEB que optou por não aceitar o patrocínio; dias após veio a público uma notícia do Ministério da Educação e Cultura informando que o MEB seria um dos órgãos patrocinadores do Encontro; o MEB preferiu não abrir polémica sobre a questão do patrocínio, já que admitia até que o Encontro não chegasse a se realizar devido a falta de organização; que a testemunha teve que se ausentar do Brasil para participar do 1º Encontro de Escolas Radiofônicas realizado em Bogotá; as instruções para a Delegação do MEB que iria a Recife, caso o Encontro se realizasse, foram as seguintes: ter uma atuação discreta, sem exibição de poderio que poderia provocar reação de outros grupos cuja existência sentiam mas não poderiam caracterizar com segurança; que toda a preocupação do MEB deveria estar em torno das conclusões do Encontro, impugnando tudo que fosse contra os seus princípios; ao voltar ao Brasil, teve conhecimento que o Encontro fora realizado e fora caracterizado pela falta de organização, não se sabendo realmente quais os verdadeiros dirigentes desse Encontro e o MEB, apesar de intitulado de patrocinador, não participou de todas as reuniões dos responsáveis; devido a pressão, através de voto do MEB, várias conclusões do Encontro foram rejeitadas e nem chegaram a ser redigidas em forma definitiva até esta data para publicação pelo Ministério da Educação e Cultura; que durante o Encontro sentiu-se nitidamente a presença de elementos do Partido Comunista, influenciando sobre o andamento dos trabalhos; perguntada qual a participação do MEB no Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado na Universidade Rural (km 47 da antiga estrada Rio-São Paulo) em fevereiro de 1964, respondeu que o MEB enviou

(continua...)

Carlos Teles



CONTINUAÇÃO

representantes; já se sabia antes do Seminário que o objetivo principal do mesmo seria a criação de uma Comissão, digo seria a referência da Comissão Nacional de Cultura Popular e indicação dos nomes que deveriam integrá-la; a essa Comissão caberia no futuro estabelecer a linha de ação do Ministério da Educação e Cultura no terreno da Cultura Popular e também os critérios para a distribuição de verbas às organizações dedicadas à Cultura Popular; que foi convidada para participar da mesa que presidiria a sessão de encerramento; não compareceu por julgar que o MEB, através de sua delegação, já estava suficientemente representado; por todos os infermes que recebeu de elementos do MEB que participaram do Seminário, verificou que mais uma vez se constatava a presença de grupos comunistas de pressão e que o clima geral do Seminário assemelhava-se ao que normalmente se caracteriza como "clima de assembleia estudantil"; teve conhecimento da indicação de nomes de elementos do MEB como integrando a projetada Comissão Nacional o que recebeu sua aprovação, uma vez que temia a criação de uma Comissão que viesse a ter força suficiente para ditar normas e diretrizes para o funcionamento do MEB a revelia do mesmo e sem merecer o mínimo de confiança de sua parte; perguntada se podia explicar a presença de VERA X JACQUÉ como representante do MEB no Grupo de Trabalho de Cultura Popular constituído por portaria do ex-Ministro PAULO DE TARSO em julho de 1963, declarou que segundo pode se recordar esse Grupo de Trabalho foi constituído após uma reunião realizada em Brasília da qual participou como representante do MEB OSMAR FAVERO; uma das consequências da dita reunião foi a constituição de um Grupo de Trabalho que visaria ao intercâmbio e coordenação das atividades de Cultura Popular sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura; o MEB que recebe verbas do Ministério da Educação e Cultura, considerou interessante a sua participação nesse Grupo de Trabalho. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encargo do Inquérito por findo o presente depoimento e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSON DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel

Encarregado do Inquérito

MARINA BANDEIRA DE CARVALHO

Testemunha

DAVID LIMEIRA KHOURY

Escrivão



TÉRMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor / Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 714 de fls 7, a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se OSMAR FAVERO, ter trinta e um anos de idade (9 de fevereiro de 1933), natural de São Paulo (capital), filho de João Favero e de Gemma Margarida Palandi Favero, casado, professor do Movimento de Educação de Base (MEB) e residir na Rua das Laranjeiras nº 32, aptº 603 - Laranjeiras, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder as seguintes perguntas: perguntado qual a sua participação nas atividades de Cultura Popular patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura, declarou que participou na condição de Representante do MEB de uma reunião em Brasília em meados de 1963, assim como do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em setembro de // 1963, na cidade de Recife - Pe e do Seminário de Cultura Popular, em fevereiro de 1964, na Universidade Rural do Km 47 da antiga estrada Rio-São Paulo, tendo sido eleito nesse Seminário, Membro de um Grupo de Trabalho que procuraria coordenar as atividades de Movimentos e Associações de Cultura Popular; que esse Grupo de Trabalho, posteriormente, foi nomeado pelo ex-Ministro JULIO FURQUIM SAMBAQUY, constituindo-se em Comissão Nacional de Cultura Popular, em março de 1964; perguntado se soube da participação de elementos comunistas no 1º Encontro de Alfabetização e Cultura Popular de Recife, declarou que sabia que estavam presentes elementos comunistas assim como de outras tendências, até de extrema direita; perguntado se sabia que a Cultura Popular vinha servindo de frente de // ação do comunismo no Brasil, declarou que por ser a Cultura Popular uma atividade importante era normal que os comunistas procurassem valer-se dela; perguntado se tinha conhecimento da infiltração comunista nas atividades e órgãos do Movimento de Educação de Base (MEB), declarou que haviam começado a sentir o desejo de infiltração assim como de combate declarado à orientação do MEB, em alguns Estados (Maranhão, por exemplo); perguntado se conhecia os demais integrantes da Comissão Nacional de Cultura Popular nomeada pelo // Ministro Julio Sambaquy, declarou que conhecia anteriormente LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA, por ter trabalhado com ele em Movimento de Ação Católica e JOSE AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE, com quem trabalhava no MEB; os demais membros veio a conhecer nas reuniões acima referidas; perguntado se sentira alguma diferença no tratamento // dispensado ao MEB após a exoneração do ex-Ministro PAULO DE TARSO, declarou que o relacionamento com o Ministro Julio Sambaquy, no tocante à liberação de verbas, sempre foi muito difícil e que as relações atuais, embora prestigiadas pelo Presidente da República, continuam a ser morosas como sempre o foram; perguntado se tivera conhecimento do Grupo de Trabalho de Cultura Popular nomeado pelo ex-Ministro PAULO DE TARSO em julho de 1963, declarou que teve notícias desse Grupo, não sabendo da constituição oficial do mesmo // nem da natureza do trabalho a ser realizado; perguntado se podia explicar a presença da senhora VERA JACCOND no referido Grupo de //

(continua...)

Julio T. C.



CONTINUAÇÃO

Trabalho na qualidade de representante do Movimento de Educação de Base, declarou que não acreditava que tenha sido convidada como representante do MEB mas sim como pessoa entendida do assunto, inclusive com estágio em Movimentos de Cultura Popular na Europa; perguntado se sabia de quem fôra a iniciativa de organização do Encontro de Alfabetização e Cultura Popular realizado em Recife - Pe, declarou que a ideia foi apresentada na reunião de Junho de 1963, em Brasília; perguntado se sabia qual o órgão do Ministério da Educação e Cultura ficou responsável pela organização do referido Encontro, declarou que a Assessoria do Ministro Paulo de Tarso se encarregou da preparação do Encontro, delegando a parte administrativa para ROBERTO PONTUAL, diretor da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES); perguntado quais os integrantes da Assessoria da quele ex-Ministro encarregados da organização do Encontro de Recife, declarou que era constituída por Luiz Alberto Gomes de Souza, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA (Ferreira Gullar) e HERBET JOSÉ DE SOUZA (Betinho); perguntado se sabia da publicação pelo Ministério da Educação e Cultura dos resultados do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular de Recife, declarou que competiria a Comissão Nacional de Cultura Popular, quando em funcionamento, estudar a possibilidade e conveniência e preparar a referida publicação, / se fosse o caso; perguntado se poderia dizer quais os principais resultados daquele Encontro, declarou que foi decidida a realização de Seminários estaduais e, posteriormente, de um Seminário Nacional com representantes escolhidos nestes Seminários estaduais; perguntado se podia indicar os principais elementos comunistas presentes ao 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, declarou que podia indicar DAVID HULAK, LUIZ JORGE WERNECK VIANA, MICHAEL SCHWARZSHILD, WITHE ABRAHÃO; perguntado se sabia quais os membros da Secretaria Executiva da CASES encarregada da preparação do Encontro de Recife, declarou que teve contatos com ARON ABEND e com FRANCISCO JOSÉ MALAN DE PAIVA CHAVES; perguntado se podia indicar quais os integrantes da Comissão eleita por ocasião do Encontro de Recife com a finalidade de preparar o Seminário Nacional, assim como de urgir a realização dos Encontros Estaduais, declarou que se lembrava de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, ARON ABEND, LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA e o declarante, devendo haver representantes de alguns Estados e ficando a Secretaria / Executiva com Aron Abend que seria auxiliado por Francisco José Malan de Paiva Chaves; perguntado se essa Comissão realmente participou da preparação dos Encontros Estaduais e do Seminário Nacional, declarou que acompanhou a realização dos Encontros Estaduais e preparou o Seminário Nacional; perguntado se podia relatar a atuação dos elementos comunistas durante o Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado na Universidade Rural em fevereiro de 1964, declarou que havia uma intenção de dominar numericamente em termos de voto o Seminário e de conseguir maioria no Grupo 7 de Trabalho que seria eleito; o Grupo de AP também disputava a liderança contrapondo-se aos comunistas; os elementos do MEB não aceitando que as decisões tivessem, digo fossem tomadas entre forças políticas forçou uma entrada nas discussões o que foi aceite a contragosto pelos elementos do Partido; o grupo do Partido era articulado por MARCUS JAIMOVICH e o grupo de AP por HERBET JOSÉ DE SOUZA; perguntado se podia indicar os elementos comunistas presentes ao Seminário, declarou que se lembrava de MICHAEL SCHWARZSHILD e ELIAS MANSOUR SIMÃO FILHO; perguntado qual a mesa diretora dos trabalhos durante o referido Seminário, declarou que não se recorda de nenhum nome; perguntado se sabia do convite feito por ROBERTO PONTUAL, na

(continua...)

Luiz T. Ue



CONTINUAÇÃO

121

Brayner 74/101

qualidade de Diretor-Executivo da CASES, a várias personalidades / para a sessão de encerramento do 1º Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, declarou que foi tomada em reunião da Comissão preparatória a decisão de se fazer o convite a algumas personalidades e na ocasião foram lembrados vários nomes; deveriam também ser convidados os presidentes de sindicatos; perguntado se tivera de, digo se tivera conhecimento de convite feito ao ex-deputado LEONEL BRIZOLA, declarou que tomou conhecimento de tal fato nesta ocasião; perguntado se sabia ser THEREZA MARIA ARAGAO FERREIRA membro do Partido Comunista Brasileiro, declarou que tomara conhecimento disto durante o Seminário Nacional de Cultura Popular por referências de outros delegados comunistas, como por exemplo MARCUS JAIMOVICH. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunhas as referidas declarações, mandou o Tenente Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

Celso dos Santos Meyer
CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Osamar Favero

OSMAR FAVERO
Testemunha

David Limeira Khoury
DAVID LIMEIRA KHOURY
Escrivão



TÉRMO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor / Tenente-Coronel GELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se JOSÉ AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE, ter vinte e quatro anos de idade, (19 de dezembro de 1940), ser natural de Belém - Estado do Para, filho de Paulo de Vilhena Brandão Albuquerque e de Maria Coeli Guilhon Albuquerque, casado, bacharel em filologia, encarregado do setor de Metodologia do Movimento de Educação de Base (MEB), residir na Rua Araxá nº 128, aptº C-01 - Grajaú, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder as seguintes perguntas: perguntado qual a participação do Movimento de Educação de Base (MEB) no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado em Recife - Pe, em setembro de 1963, respondeu que o MEB participou como co-patrocinador do citado Encontro, preocupado em se integrar numa possível diretriz técnica e financeira do Ministério da Educação e Cultura a ser traçada no referido Encontro; sabendo do grande número de Movimentos e de participantes do Encontro, a diretriz do MEB para os seus delegados foi a de tentar imprimir um cunho de estudo, seriedade e eficiência a esse Encontro; isso não foi possível, em parte pelo grande número de participantes, também pelo aparente desinteresse de grande número de delegados em um estudo sério; as comissões técnicas do Encontro, de modo geral não funcionaram, especialmente a Comissão de que participou perdeu a maior parte do tempo discutindo regulamentos de funcionamento da Comissão, sem se dedicar ao temário; os relatórios das comissões técnicas, dada essa desorganização, nem sempre puderam representar efetivamente o pensamento dos delegados inscritos, além disso tais relatórios foram aprovados em assembleia ou tumultuadas ou pouco representativas do plenário; essa preocupação do MEB em defender um cunho técnico para o Encontro se deve ao fato de temer que este se transformasse e pudesse servir de exploração política; perguntado se notou, naquele Encontro, a participação de elementos comunistas, declarou que durante o Encontro correu a informação de que participantes do Encontro ligados ao Partido Comunista promoveriam uma desmoralização pública do professor PAULO FREIRE e de seu sistema de ensino; em sua Comissão, em reunião presidida pelo declarante, houve violenta alteração provocada por elementos provavelmente estranhos à Comissão e ao Encontro ao tentarem prejudicar o relato de um representante do sistema Paulo Freire; tendo-se tornado pública essa informação e tendo-se repetido em várias outras Comissões esse tipo de tumulto aquela ideia foi abandonada; perguntado se podia citar as principais resoluções tomadas naquele Encontro, declarou que foi decidido que se realizariam Encontros estaduais para discussão do temário e indicação de representantes para um Seminário Nacional a se realizar em noventa dias; tal Seminário teria a finalidade de eleger e fundar uma Comissão Coordenadora Nacional dos Movimentos de Cultura Popular, além de discutir assuntos técnicos; perguntado o que sabia sobre o Seminário Nacional de Alfabetização e

(Continua...)

Julio, TCU



CONTINUAÇÃO

Cultura Popular realizado em fevereiro de 1964 na Universidade Rural do Km 47 da antiga estrada Rio-São Paulo, declarou que se encontrava em Uruguaiana quando o Seminário foi organizado e iniciado, só tendo participado das reuniões finais; soube por isso que / havia sido eleita a Comissão Coordenadora com admissão de grupos de trabalho e que havia promessa do Ministro da Educação e Cultura de nomear esse grupo de trabalho para constituir uma Comissão Ministerial; das duas vagas de que o MEB participaria dessa Comissão, por indicação da Coordenação do MEB, uma delas foi ocupada pelo declarante. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, lavrar o presente auto que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

Celso Meyer, Ten Cel
CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

João Augusto Guilhon Albuquerque
JOSE AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE
Testemunha

David Limeira Khoury
DAVID LIMEIRA KHOURY
Escrivão



104
Bragança
Fe 1º

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor / Tenente-Coronel GELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se VERA DE SIQUEIRA JACCOUD ter quarenta e quatro anos de idade (14 de junho de 1920), natural de Friburgo - Estado do Rio de Janeiro, filha de Manoel Aristão // Jaccoud e de Anna Zalina de Siqueira Jaccoud, solteira, farmacêutica, Coordenadora Nacional do Movimento de Educação de Base, residir na Rua Araujo Pena nº 88 - Tijuca, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder as seguintes perguntas: pergunta da o que sabia sobre as atividades de Cultura Popular desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura a partir da gestão do ex-Ministro PAULO DE TARSO SANTOS, declarou que enquanto Técnica do Movimento de Educação de Base (MEB) foi convidada a participar de um Grupo de Estudos cuja finalidade seria a de tomar as medidas / preliminares ao funcionamento de uma Comissão de Cultura Popular; nesse sentido a declarante participou de duas reuniões no 2º andar do Ministério da Educação, tendo sido o objeto dessas reuniões a elaboração de um anteprojeto de questionário para levantamento cadastral de todas as Organizações que, no Brasil, exerciam atividades ou se preparavam para execução de trabalhos de Cultura Popular; a declarante informa que a 1ª reunião foi presidida pelo senhor / LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA e contou com a participação dos senhores ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, LUIZ JORGE WERNECK VIANA, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA (vulgo FERREIRA GULLAR) e outros, além do senhor ARON ABEND, cujos nomes desconhece; a segunda reunião não teve caráter sistemático e, depois dela, a declarante não mais teve participação no Grupo de Trabalho, sabendo que dele resultou um questionário que foi devidamente respondido pelo MEB e encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura; perguntada se tivera conhecimento de sua nomeação para o citado Grupo de Trabalho de Cultura Popular por portaria do ex-Ministro PAULO DE TARSO, declarou que não tinha conhecimento dessa portaria e que prestou, a seu ver, simples colaboração ao MEC; perguntada se tomou conhecimento do Relatório conclusivo que o referido Grupo de Trabalho, por portaria, deveria apresentar dentro do prazo de trinta dias, declarou que ignora a existência do mesmo bem como de outras atividades do Grupo de Trabalho; perguntada se conhecia a ideologia adotada pelos demais integrantes do referido Grupo de Trabalho, declarou que tratando-se de trabalho exclusivamente técnico, não houve oportunidade de trocas de ideias que permitissem essa conclusão sobre a ideologia dos participantes; perguntada se, por ocasião da primeira reunião do mencionado Grupo de Trabalho, foi informada da existência de uma Comissão de Cultura Popular criada recentemente, declarou que já tinha conhecimento dessa Comissão, através dos jornais, mas que se preparava a organização de uma Comissão mais ampla com a finalidade de executar trabalhos específicos tais como a assessoria ao MEC para planejamento de distribuição de verbas às entidades que demonstrassem competência

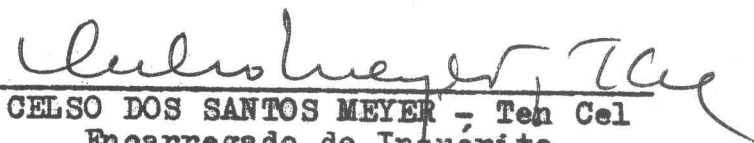
(continua...)

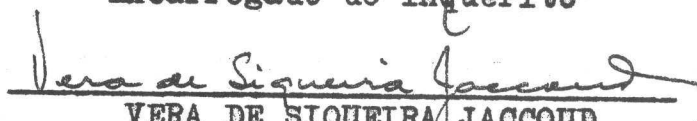
Julho, TCE W. Jaccoud

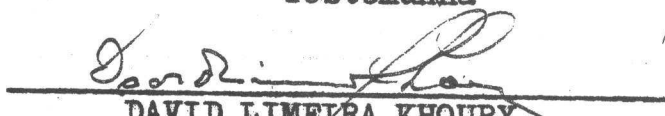


CONTINUAÇÃO

cia para execução de um trabalho efetivo no campo da educação de adultos. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o En carregado do Inquérito por findo o presente depoimento e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste inquérito, lavrar o presente auto que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitao DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivao, que o escrevi.


CEL SO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito


VERA DE SIQUEIRA JACCOUD
Testemunha


DAVID LIMEIRA KHOURY
Escrivao



18

106 Brayner

Fls 10

TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSON DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida sobre as atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Assessor do ex-Ministro PAULO DE TARSO SANTOS, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA, ter vinte e nove anos de idade (19 de dezembro de 1935), natural de Lavras do Sul - Estado do Rio Grande do Sul, filho de Arlindo Ferreira de Souza e de Maria del Carmen Gomez de Souza, casado, ser funcionário interino do Ministério da Educação e Cultura na condição de Técnico de Educação e residir na Rua Jardim Botânico nº 305, apartamento nº 202 - Jardim Botânico; perguntado como foi levado a condição de Assessor do ex-Ministro PAULO DE TARSO, respondeu que logo nos primeiros dias de gestão do Ministro Paulo de Tarso, recebeu o convite para trabalhar como Assessor, acreditando dever-se isso ao fato de já trabalhar no Ministério da Educação e Cultura desde janeiro de 1962, como Assessor do Diretor do Ensino Superior, professor DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES; perguntado quais as suas atribuições específicas na qualidade de assessor ministerial e onde as exercia, respondeu que exercia suas funções na Guanabara, onde se encontrava a maior parte dos órgãos ministeriais, e tinha como atribuição principal fazer um levantamento técnico pormenorizado das necessidades das diferentes Diretorias de Ensino a fim de uma melhor adaptação ao plano nacional de educação; além dessa atribuição, encaminhava ao Ministro informações por ele solicitadas e acompanhou a pedido do Ministro o trabalho desenvolvido pelo Ministério junto aos Movimentos de Alfabetização e Cultura Popular; perguntado qual a sua posição ideológica e se a mesma não influiria em sua escolha para Assessor Ministerial, declarou que se filia a corrente de pensamento conhecida como Personalismo Cristão, ligada a filosofia de MOUNIER, JEAN LACROIX e outros; a credita ser sua orientação bastante coincidente com a reflexão de PAULO DE TARSO porém crê que na escolha deve ter influido, principalmente, a experiência que tinha no setor do ensino universitário dentro do Ministério; perguntado se participara ou pertencera a qualquer movimento ou entidade estudantil, declarou que foi membro da direção nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), órgão da Ação Católica Brasileira, de 1956 a 1958 e em seguida, de 1959 a 1961, Secretário Geral da Juventude Estudantil Católica Internacional, cargo para o qual foi confirmado por Sua Excelência Monsenhor ANGELO DELL'ACQUA, pró-Secretário Substituto de Sua Santidade o Papa JOÃO XXIII; em virtude de seu trabalho em órgão de Ação Católica, não participou de organismos estudantis sindicais; perguntado se sabia que HERBET JOSÉ DE SOUZA e MARCUS MACHADO DE ALENCAR pertenciam à Ação Popular (AP), declarou que sabe que Her-

Continua...



CONTINUAÇÃO

bet José de Souza pertencia à Ação Popular, acreditando que Marcus Alencar também fosse membro daquela organização sem porém poder a firma-lo categoricamente; perguntado se sabia quem indicara o nome de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, para Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), ao ex-Ministro Paulo de Tarso, respondeu que conhecera Roberto Pontual ao tempo em que esse era Assistente do então Diretor da DEEE e quando o declarante trabalhava no Ensino Superior, tendo tido com ele contatos meramente administrativo e sabendo ser ele um funcionário organizado; teve ocasião de lembrar seu nome ao então Ministro, em rápida conversa que tiveram, não sabendo que essa indicação foi determinante ou se houve outras anteriores ou posteriores; perguntado se sabia ou informara ao ex-Ministro Paulo de Tarso ser Roberto Pontual marxista, declarou que não sabia nem informara, sabendo apenas ser Roberto Pontual redator-chefe da revista "Tempo Brasileiro" e aluno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); perguntado se sabia ser aquela revista de caráter esquerdista e ser o ISEB considerado como órgão de doutrinação marxista, respondeu que pelo que pudera concluir da leitura dos poucos números da revista, acreditava ser ela um órgão aberto a diferentes correntes de pensamento com clara predominância dos meios intelectuais de esquerda; quanto ao ISEB, pelo que sabe por vias indiretas, cre ter o mesmo sofrido várias transformações desde sua criação, quando era porta-voz do pensamento desenvolvimentista até o esfacelamento do primeiro grupo e, nos últimos meses de 1963, uma influência crescente do pensamento marxista; perguntado se não achou oportuno esclarecer o ex-Ministro Paulo de Tarso sobre a vinculação de Roberto Pontual com aqueles órgãos, declarou que ao que se lembra informara o Ministro sobre os dois fatos acima declarados, acreditando porém que o trabalho de Roberto Pontual na revista não era conclusivo acerca de sua participação em grupo ideológico preciso, e sobre a qual não tem nenhuma ideia precisa; quanto ao ISEB, nesse momento, julho-agosto de 1963, ainda era difícil caracterizá-lo como organismo predominantemente marxista; perguntado se participara ou tomara conhecimento da "COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA", declarou que não participara nem tivera conhecimento do planejamento e confecção da Coleção, tendo apenas sabido da existência da mesma quando já no prelo e tendo podido ler a penas parte do primeiro livro, depois de publicado; perguntado qual a sua opinião sobre o caráter daquela publicação, declarou que soube ser intenção dos livros provocar um debate acerca dos problemas históricos; pelo que pode ler acredita ter a Coleção uma visão bastante estreita dos problemas brasileiros, fixando-se numa perspectiva economicista, aparentemente de influência marxista, posição essa com a qual está em frontal desacordo; perguntado se conhecia a posição ideológica de ANTÔNIO CARLOS DIAS FERREIRA, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, LUIZ OLAVO BATISTA, ANTÔNIO CARLOS BERNARDO, todos Assessores do ex-Ministro Paulo de Tarso, e também a de ARON ABEND, declarou que nos contatos que tivera com os mesmos, pudera constatar que os primeiros tinham posições ideológicas comumente chamadas de esquerda (ainda que ao declarante a classificação esquerda-direita não pareça a mais objetiva); quanto ao último citara a organização do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife - Pe, de 15 a 21 de setembro de 1963, e qual a sua participação no mesmo, declarou que não estando ainda constituída a Comissão Nacional de Cultura Popular sediada em Brasília, quando surgiu a primeira ideia da organização de um Encontro Nacional, a parte técnica da preparação foi confiada à DEEE, órgão normalmente habil para essa função dentro da estrutura atual do Ministério da Educação e Cultura; quanto à sua participação declara que compareceu ao Encontro na qualidade de Assessor do Ministro, tendo supervisionado nessa qualidade, e desenrolar dos trabalhos; não podendo o Ministro comparecer à sessão de encerramento.

Continua...



CONTINUAÇÃO

mento, encaminhou-lhe o Ministro sua mensagem aos participantes, tendo tido oportunidade de a ler nessa ocasião; perguntado se soubera da presença de comunistas naquele Encontro, respondeu que em virtude da importância que adquiria o trabalho de alfabetização, vários grupos ideológicos se interessaram pelo mesmo, tendo havido um interesse dos marxistas pelo trabalho que se iniciava; por isso delegados de vários Movimentos presentes tinham essa orientação; esclarece entretanto que a participação mais numerosa foi a de representantes cristãos do Movimento de Educação de Base (MEB), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; perguntado qual o órgão organizador do Encontro de Recife, na DEEE, e quais os seus integrantes, declarou que foi criada dentro da DEEE uma Secretaria Executiva encarregada apenas da preparação do Encontro; entre os membros dessa Secretaria lembra a participação de ARON ABEND; perguntado quem nomeou Aron Abend para aquela função declarou que não pode dar uma resposta absolutamente segura, acreditando que a nomeação tenha sido um ato interno da DEEE; perguntado se participou da organização e da realização do 1º Seminário de Alfabetização e Cultura Popular na Universidade Rural, em fevereiro de 1964, declarou que os mesmos elementos que haviam supervisionado o Encontro de Recife, foram encarregados, por ocasião desse Encontro, de preparar o Seminário seguinte; por esse motivo participou da preparação assim como esteve presente no Seminário; perguntado quem indicara Roberto Pontual para a Presidência da Comissão Nacional de Cultura Popular, declarou que ao final do Encontro da Universidade Rural foi escolhido um grupo de trabalho encarregado de, nos próximos meses, fazer um levantamento sobre as atividades de Cultura Popular no país a fim de encaminhar projetos precisos à consideração do Ministério da Educação e Cultura; sendo Roberto Pontual um dos nomes escolhidos e dentre eles o único que era funcionário do Ministério, pareceu ter ele melhores condições de acesso ao Ministro; por essa razão foi escolhido como Presidente; logo em seguida o então Ministro da Educação e Cultura, doutor JULIO FURQUIM SAMBAQUI, manifestou sua intenção de transformar esse Grupo de Trabalho em Comissão Nacional substituindo a Comissão anterior criada meses atrás; ao que sabe o declarante a intenção do Ministro não chegou a se concretizar; perguntado se conhecia a posição ideológica de ISA QUINTANS GUERRA e de FRANCISCO JOSÉ MALAN DE PAIVA CHAVES, declarou que acredita pertencerem à Ação Popular; perguntado porque foi indicado pelo ex-Ministro Paulo de Tarso para Diretor de Ensino Secundário em substituição ao professor Gildasio Amado, declarou que soube por comunicação direta do Ministro Paulo de Tarso ter sido seu nome indicado em virtude do trabalho que fazia na Assessoria, havendo imediatamente objetado, alegando sua inexperiência no setor de Ensino Médio; viajando imediatamente a Brasília, convenceu o Ministro da impossibilidade de aceitar o cargo o que foi aceite, não tendo sido a nomeação concretizada; perguntado onde deu que foi requisitado pelo Departamento de Estudos e Planejamento da SUPRA que na ocasião necessitava um Técnico para trabalhar no setor de Pedagogia; perguntado se quando estudante participara de qualquer atividade do jornal estudantil "O Metropolitano", respondeu que não teve oportunidade de colaborar no tempo de sua vida estudantil, tendo se limitado a escrever artigos, ao que lembra, no ano de 1963, um deles sobre o problema de tempo na filosofia contemporânea, intitulado "A procura do Tempo que nasce" e outro sobre o pensamento do líder católico do século XIX, FREDERICO OZANAN; perguntado se exercera alguma atividade junto à União Nacional dos Es

Continua...

cur

[assinatura]

[assinatura]



CONTINUAÇÃO

tudantes (UNE), respondeu que teve contatos meramente administrativos com a citada entidade na ocasião em que era Assessor da Diretoria de Ensino Superior, em 1962, órgão ministerial ao qual os líderes estudantis recorriam frequentemente; declara ainda que ao tempo de sua vida estudantil, em virtude de cargo nacional que exercia na Juventude Universitária Católica, abstivera-se de uma atuação no gremialismo estudantil e ao que se lembra apenas exerceu por algum tempo o cargo de Diretor de Cultura no Centro Acadêmico da Faculdade Católica de Direito de Rio Grande do Sul, em 1954, cargo esse não político e isso antes de assumir a direção nacional da JUC; perguntado qual a sua função no Grupo de Trabalho de Cultura Popular nomeado em portaria pelo ex-Ministro Paulo de Tarso Santos em julho de 1963, respondeu que foi nomeado presidente do referido Grupo que tinha por finalidade o levantamento cadastral dos Movimentos de Cultura Popular existentes do país; perguntado quais os integrantes desse Grupo de Trabalho e como foram os mesmos selecionados, respondeu que a escolha pelo Ministro dos diferentes nomes levou em conta, pelo que lembra, convidar elementos de Movimentos de Cultura Popular sediados na Guanabara e por isso facilitando o trabalho contínuo; quanto aos nomes foram escolhidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB) a senhorita VERA JACCOUD, pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE CARLOS MIRANDA, pelo Movimento Popular de Alfabetização ARON ABEND e pelo Ministério da Educação e Cultura JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, ROBERTO PONTUAL e o depoente; em tempo, lembra que a relação supramencionada foi dada pelo que o depoente se recorda; perguntado se podia dizer qual a ideologia dos integrantes do Grupo de Trabalho acima mencionado, respondeu que confirma a sua declaração anterior acrescentando que, no tocante a CARLOS MIRANDA não o conheceu suficientemente e por isso não tem nenhum juízo a emitir; relativamente a VERA JACCOUD sabe ser ela dirigente do MEB e antiga dirigente da Ação Católica, acreditando nas suas convicções cristãs; perguntado se apresentou relatório conclusivo do Grupo de Trabalho de Cultura Popular exigido na portaria de nomeação, respondeu que na primeira e única reunião do Grupo de Trabalho ficou evidenciado ser impossível um levantamento cadastral antes de um Encontro Nacional tendo encaminhado à Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Cultura Popular os dados possíveis de obter no momento com a conclusão acima referida; perguntado quantas reuniões de referido Grupo de Trabalho foram realizadas e quais as pessoas realmente presentes às mesmas, respondeu que houve uma única reunião na qual, ao que lembra, estavam presentes JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, VERA JACCOUD, CARLOS MIRANDA, ROBERTO PONTUAL e o depoente; que possivelmente estava presente também o senhor ARON ABEND; perguntado se teve participação na seleção dos membros das Comissões Regionais de Cultura Popular, respondeu que tomara conhecimento da portaria que instituiu as Comissões Regionais após ter sido a mesma assinada pelo Ministro e não participara da escolha de nenhum nome das Comissões Estaduais; perguntado qual a sua participação na Comissão de Cultura Popular e qual o critério obedecido na seleção dos seus membros, respondeu que participou de uma reunião logo após a instalação da mesma não tendo depois acompanhado seus trabalhos em virtude de exercer suas atividades na Guanabara e ir a Brasília sem regularidade; quanto aos critérios, não tendo participado diretamente da escolha, acredita que foram convidados funcionários do Ministério, representando as diversas atividades ligadas ou passíveis de serem ligadas ao problema de Cultura Popular; perguntado qual o trabalho desenvolvido por essa Comissão, respondeu que pelo que sabe o mesmo foi efetiva

Continua...



CONTINUAÇÃO

de através de sua Secretaria Executiva tendo se limitado a assinatura de convênios entre o Ministério e diversos organismos educacionais, assim como a Campanha de Brasília, digo a Campanha de Alfabetização que lançou em Brasília o Método Paulo Freire; perguntado quais os resultados da Campanha de Alfabetização de Brasília, respondeu que acompanhou seu lançamento e acredita que ainda estivesse em pleno funcionamento no momento em que foi interrompida não tendo conhecimento de nenhuma avaliação; perguntado se não teve conhecimento, como membro da Comissão de Cultura Popular, de que as experiências de alfabetização realizadas em Brasília pela própria equipe do professor PAULO FREIRE não tiveram resultados satisfatórios, respondeu que desconhece tal detalhe, acreditando que uma campanha lançada em julho ou agosto de 1963 necessitaria, pelo menos, de dez a doze meses para uma avaliação definitiva; perguntado qual a sua participação no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, além de sua condição de representante do ex-Ministro PAULO DE TARSO, respondeu que foi um dos membros da Comissão Organizadora encarregada de preparar e supervisionar o Encontro, representando o Ministério da Educação; para o desenrolar dos trabalhos internos da citada Comissão foi eleita uma mesa diretora, tendo o depoente sido seu presidente; perguntado se podia indicar os elementos sabidamente comunistas presentes naquele Encontro, respondeu que não pode afirmar com segurança ser este ou aquele delegado ao citado Encontro, membro de organização comunista; perguntado qual a Comissão, eleita no Encontro de Recife, com encargo de preparar os Encontros estaduais e o Seminário Nacional de Cultura Popular, respondeu que por resolução aprovada em plenário na última reunião do Encontro de Recife a mesma Comissão que preparara e supervisionara o citado Encontro ficou responsável pela preparação de um futuro Seminário Nacional e pelo trabalho de supervisionar os Encontros estaduais; perguntado quais os integrantes dessa Comissão, respondeu que os membros da mesma ali estavam enquanto representantes de diversos Movimentos e não a título pessoal; pelo que se lembra a Comissão ficou assim constituída: pelo Ministério da Educação e Cultura, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, ROBERTO PONTUAL e o depoente; pelo Movimento de Educação de Base (MEB), OSMAR FAVERO; pelo Movimento de Cultura Popular de Recife, MIGUEL NEWTON ARRAES; pelo Centro Popular de Cultura da UNE, LUIZ WERNECK; pela Secretaria de Educação de Rio Grande do Sul, LUCIA CASTILHO; pela Secretaria de Educação de Pernambuco, um representante do Secretário de Educação cujo nome não lembra; pela Prefeitura de Recife, DAVID HULAK e como Secretário-Executivo ARON ABEND; perguntado se participou efetivamente da supervisão dos Encontros estaduais, respondeu que em razão de seu trabalho na SUPRA, não pode comparecer a nenhum dos mesmos tendo tomado conhecimento de alguns pelos relatos levados ao 1º Seminário Nacional; perguntado quem ficou realmente responsável pela supervisão dos Encontros estaduais, respondeu que, pelo que lembra, devido ao pouco espaço de tempo a supervisão praticamente limitou-se à correspondência com os Movimentos nos estados e que foi essencialmente trabalho do Secretário-Executivo que substituiu ARON ABEND, FRANCISCO JOSÉ PAIVA CHAVES; acrescenta ainda que as passagens enviadas aos delegados do 1º Seminário foram encaminhadas através da CASES uma vez que a verba desse Seminário tinha sido transferida para a citada entidade ministerial; perguntado se não tinha conhecimento de que toda essa correspondência e enfim toda a organização, digo toda a supervisão dos Encontros estaduais era feita através de ROBERTO PONTUAL como Diretor da CASES, respondeu que se que acreditava como disse acima, parte

Continua...

Luiz Werneck



CONTINUAÇÃO

era feita através da Secretaria Executiva e outra, relativa aos nomes dos delegados ao Seminário a quem seriam enviadas as passagens diretamente pela CASES; perguntado quais os integrantes da Secretaria Executiva encarregada da organização do 1º Seminário de Alfabetização e Cultura Popular, respondeu que o Secretário Executivo foi FRANCISCO JOSÉ PAIVA CHAVES assessorado por MARIA THEREZA ARA GAO FERREIRA e talvez, embora não lembre com segurança, ISA GUERRA; perguntado se participou da seleção das personalidades convidadas a participar do referido Seminário e se podia indicar as mesmas, respondeu que lembra que durante uma reunião da Comissão preparatória os diversos membros da mesma sugeriram nomes de convidadas dentre dirigentes de Movimentos, intelectuais, líderes de poder legislativo federal e presidentes de sindicatos, não podendo entretanto reproduzir de memória a lista dos nomes sugeridos; perguntado se podia citar alguns nomes dessas personalidades, respondeu que possivelmente entre elas se encontravam o ex-Ministro PAULO DE TARSO o Deputado MAX DA COSTA SANTOS, a Secretaria Executiva do MEB, senhorita MARINA BANDEIRA; perguntado se teve conhecimento do convite feito por ROBERTO PONTUAL ao ex-Deputado LEONEL DE MOURA BRIZOLA para comparecer aquele Seminário, respondeu que não se lembra do fato sendo entretanto muito possível que o nome tenha sido indicado por um dos membros da Comissão organizadora; perguntado se podia caracterizar a presença de elementos comunistas no Seminário, respondeu que dentre os delegados não tem elementos que permitam apontar este ou aquele como pertencendo ao Partido Comunista, podendo entretanto declarar que esteve presente na Universidade Rural durante o Seminário o líder notoriamente comunista MARCUS JAIMOVICH; perguntado como foi designada THEREZA MARIA ARAGAO FERREIRA para integrar a Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que pelo que sabe foi a mesma indicada pelo Centro Popular de Cultura da UNE do qual era membro e por residir na Guanabara; perguntado se não teve conhecimento de que a nomeação de Thereza Maria Aragao Ferreira foi imposta pelos comunistas na qualidade de membro do Partido Comunista, respondeu que ignorava qualquer fato relacionado a esse ponto; perguntado quais as principais conclusões do Seminário Nacional de Cultura Popular, respondeu que a primeira foi o lançamento, em plano nacional, acerca do sentido de Cultura Popular, a segunda a solidificação dos Movimentos em plano estadual e a terceira um maior contato entre eles no plano nacional; perguntado se após o Seminário houve alguma providência decorrente do mesmo, respondeu que no Seminário foi nomeado um Grupo de Trabalho encarregado de continuar as atividades em plano nacional tendo em vista o Ministro JULIO SAMBAQUY manifestado a ideia de transformar esse grupo em uma futura Comissão Nacional de Cultura Popular; ao que sabe nenhuma portaria a esse respeito chegou a ser publicada, entretanto imediatamente após o Seminário o Grupo de Trabalho independentemente do fato de transformar-se ou não em Comissão Nacional, iniciou suas atividades que praticamente tiveram a duração de um mês; perguntado se tomou conhecimento de uma reunião a se realizar no Sindicato dos Professores no dia 31 de março de 1964, respondeu que ao que sabe na Guanabara estava sendo previsto um Encontro entre todos os Movimentos locais não podendo precisar data e local e não sabendo se a essa reunião que se refere a pergunta; perguntado se podia nomear os membros da Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu os nomes indicados durante o Seminário para o Grupo de Trabalho que eventualmente se transformaria em Comissão Nacional, foram os seguintes: ISA GUERRA, THEREZA MARIA ARAGAO FERREIRA, VICENTE DE PAULA PONTES, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, ROBERTO

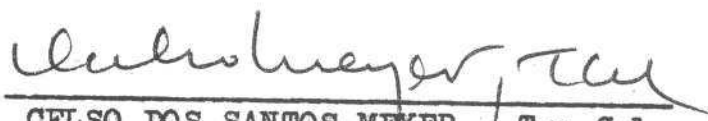
Continua...

Luiz Alberto



CONTINUAÇÃO

PONTUAL, OSMAR FÁVERO, JOSÉ AUGUSTO ALBUQUERQUE e o depoente; perguntado qual a remuneração prevista para os membros da Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que fora previsto Cr\$ 120.000 (Cento e vinte mil cruzeiros), a que lembra, para cada membro da Comissão, com um adicional que não sabe precisar para os membros da Secretaria Executiva, constituída por THEREZA MARIA ARAGÃO FERREIRA e ISA GUERRA; perguntado quem preparou o Tomario para o Encontro de Recife e para o Seminário da Universidade Rural, respondeu que os mesmos foram redigidos após discussão entre os diversos membros da Comissão organizadora; perguntado quem organizou o questionário preliminar enviado às entidades participantes do Encontro de Recife, respondeu que ao que lhe parece, um anteprojeto de referido questionário foi preparado por ROBERTO PONTUAL, a pedido da Comissão, tendo sido depois aprovado pela mesma; E como nada, disse perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, declarou negativamente pondo-se à disposição da Comissão de Inquérito para futuros esclarecimentos. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.


CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito


LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA
Indiciado


DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão



TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí THEREZA MARIA DE ARAGAO FERREIRA, a fim de ser interrogada de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional da Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de membro da Comissão Nacional de Cultura Popular, foi indicada como uma das responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-la da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama THEREZA MARIA DE ARAGAO FERREIRA, ter trinta e um anos de idade (6 de fevereiro de 1933), filha de Rafael Miranda e de Mayna de Aragao Miranda, casada (José Ribamar Ferreira), natural do Estado da Guanabara, funcionária pública do Estado da Guanabara na condição de Técnico de Administração lotada na Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara e que reside na Rua Visconde de Pirajá nº 630, aptº 211 - Ipanema; perguntada como explica a sua nomeação para membro da Comissão Nacional de Cultura Popular, em março do corrente ano, respondeu que foi eleita em Seminário realizado em fevereiro, digo perguntada como explica a sua nomeação para membro da Comissão Nacional de Cultura Popular, em março de 1964, respondeu que foi eleita em Seminário realizado em fevereiro de 1964 na Universidade Rural como membro de um Grupo de Trabalho; que mais tarde foi nomeada pelo Ministro JULIO SAMBAQUY para constituir a Comissão Nacional de Cultura Popular, sob a presidência de ROBERTO GONCALVES PONTUAL; perguntada como foi escolhida para integrar o referido Grupo de Trabalho, respondeu que foi escolhida por sua atuação durante aquele Seminário; perguntada como explica a sua participação e interesse nos trabalhos de Cultura Popular, respondeu que sempre se interessou pelas manifestações culturais de nosso povo, procurando promover e divulgar as formas tradicionais de cultura popular; perguntada como foi levada a participar dessas atividades em âmbito geral e mesmo nacional, respondeu que tendo participado do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife - Pe / em setembro de 1963, na condição de delegada do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, integrou-se efetivamente nos trabalhos de Cultura Popular; perguntada como iniciou suas atividades no CPC da UNE e com que finalidade o fez, respondeu que procurou o CPC da UNE devido a uma notícia de jornal dos diretores do Grupo de Teatro da referida entidade que procuravam elementos para participar do elenco a ser formado; perguntada se sabia que o CPC da UNE realizava um teatro de agitação política destinado às massas operária e estudantil, respondeu que sim; perguntada se chegou a participar de qualquer atividade teatral de tal natureza, respondeu que não; perguntada como explica a sua presença no Seminário de Cultura Popular da Universidade Rural, respondeu que se interessou em ir devido ao seu grande, digo a sua grande preocupação pelos problemas de Cultura Popular e que ali esteve na qualidade de representante do Estado da Guanabara, credencial essa que lhe foi atribuída em reunião preliminar dos movimentos locais - CPC da

Continua...

M. A. F.



CONTINUAÇÃO

UNE, SETER, MEB, MCP, CPC da Faculdade Nacional de Filosofia e outros - realizada no Ministério da Educação e Cultura e convocada 7 pela Campanha de Assistência ao Estudante (CASES); perguntada se podia indicar as pessoas que representaram a Guanabara no mencionado Seminário da Universidade Rural, respondeu que não se recorda 7 exatamente do nome completo das mesmas; perguntada se sabia que a Cultura Popular vinha sendo utilizada como frente de atuação de comunistas, respondeu que não; perguntada se sabia das razões da nomeação de seu marido, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, para a Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que atribuía que fosse devido ao seu prestígio intelectual, não tendo o mesmo participado do referido Seminário de Cultura Popular; perguntada se tomou conhecimento da busca realizada em sua residência pelo Encarregado do IPM na // Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e pela qual / foi apreendida farta documentação de caráter comunista inclusive os Estatutos do Partido Comunista, documentação essa de interesse exclusivo de pessoa de ideologia comunista ou mesmo membro do Partido Comunista, respondeu que teve sua casa invadida aos 17 de setembro de 1964, em sua ausência, estando presente apenas seus três filhos menores e a empregada; posteriormente um dos oficiais Encarregados da busca pediu a uma das filhas da depoente, de nove anos de idade, que telefonasse a um parente para comparecer ao local; / após duas horas de busca compareceu uma tia da depoente que assinou o Auto de Busca e Apreensão; quanto ao material apreendido, a depoente desconhece qual seja uma vez que, apesar de haver solicitado uma relação daquilo que foi levado de sua casa, esta lhe foi negada; a depoente informa ainda que chegou ao local quinze minutos antes do encerramento da busca; perguntada se a documentação apreendida era de propriedade e uso de seu marido, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA ou seu, respondeu que desconhece qual o material retirado de sua casa e, por conseguinte, não pode dizer se o mesmo era seu ou de seu marido; perguntada qual a natureza de seu trabalho no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife - Pe em setembro de 1963, respondeu que participava, na qualidade de delegada do CPC da UNE, comparecendo às sessões plenárias programadas para o Encontro; posteriormente, tendo o plenário sido dividido em diversas Comissões, participou da que tratava do problema de edições e distribuição de livros; esclarece que as Comissões foram criadas visando aprofundar os problemas específicos das diversas manifestações culturais, tais como, música, cinema, teatro, etc; perguntada se sabia da presença de elementos comunistas no Encontro de Recife, respondeu que não; perguntada se estavam presentes ao Encontro de Recife as seguintes pessoas: ZULEIKA ALEMBERT, MICHAEL SCHWARZSCHILD, LUIZ JORGE WERNECK VIANA, CARLOS MIRANDA, HAROLDO SANTIAGO e PAULO PONTES, respondeu que não conhece a totalidade dessas pessoas, esclarecendo que haviam cerca de seiscentas / pessoas presentes ao Encontro; perguntada como explica não conhecer LUIZ JORGE WERNECK MIR, digo LUIZ JORGE WERNECK VIANA e CARLOS MIRANDA, pelo menos, quando os mesmos eram chefes do CPC da UNE, organização da qual a indiciada era delegada, conforme declarou, naquele Encontro, respondeu que o CPC da UNE não tinha uma chefia localizada em duas pessoas e que conhece uma pessoa com o nome WERNECK, da qual não sabe o nome completo, e que se encontrava presente ao Encontro de Recife, assim como uma pessoa chamada MIRANDA; perguntada se não sabia que CARLOS MIRANDA e LUIZ JORGE WERNECK VIANA, juntamente com a indiciada e outras pessoas, pertenciam à Diretoria do CPC da UNE por ocasião do Encontro de Recife, respondeu que havia um WERNECK e um MIRANDA pertencente à Diretoria do

Continua...

Tuff

Brayner Filho
[Signature]



CONTINUAÇÃO

CPC da UNE ; perguntada se o WERNECK e o MIRANDA presentes ao Encontro de Recife eram os mesmos que mencionou como integrantes da Diretoria do CPC da UNE, respondeu que sim; perguntada se conhecia MARCUS JAIMOVICH, respondeu que sim; perguntada se sabia de sua condição de membro do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que não; perguntada se sabia que o mesmo MARCUS JAIMOVICH pertencia à Seção Juvenil do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que não; perguntada como explica que em documento manuscrito por MARCUS JAIMOVICH e apreendido em sua residência (de Marcus), o mesmo relacione a indiciada como integrante da Fração do Partido Comunista Brasileiro no Movimento de Cultura Popular, juntamente com MICHAEL SCHWARZSCHILD, LUIZ JORGE WERNECK VIANA, PAULO PONTES, HAROLDO SANTIAGO, respondeu que não pode dar explicações sobre um documento que desconhece; perguntada se conhece as seguintes pessoas: JONSON SANTOS, OGELSON GAMA, EUCLIDES COELHO DE SOUZA, FRANCISCO AUGUSTO PONTES, NOEMIO SPINDOLA, WITHE ABRAAO, IVELINE LUCENA, HELIO VASCONCELOS, JUNIA ANDRADA, JOSÉ LOPES DOS SANTOS, RAIMUNDO TORRES e ELIAS MANSOUR SIMAO FILHO, respondeu que ELIAS MANSOUR SIMAO FILHO conhece de vista e os demais não conhece; perguntada se tomou conhecimento da reunião realizada com as pessoas acima, a exceção de ELIAS MANSOUR SIMAO FILHO, e com MARCUS JAIMOVICH, HAROLDO SANTIAGO, MICHAEL SCHWARZSCHILD e LUIZ JORGE WERNECK VIANA, no dia 23 de fevereiro / de 1964 e na qual, como delegados do Partido Comunista Brasileiro ao Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, comentaram, segundo notas manuscritas de MARCUS JAIMOVICH, encontradas em sua residência (de Marcus) a atuação dos elementos do Partido Comunista Brasileiro no Movimento de Cultura Popular, respondeu que // não; perguntada como foi eleita membro da Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que por eleição do plenário; perguntada se sabia, segundo documentos apreendidos na residência de Marcus Jaimovich, que de um total de 51 delegados estaduais ao Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular da Universidade Rural, vinte e cinco eram membros do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que não; perguntada se sabia que Marcus Jaimovich, em conjunto com HERBET JOSÉ DE SOUZA, Coordenador Nacional da Ação Popular (AP) e com o conhecimento de representante do Movimento de Educação de Base (MEB) impôs a sua (da depoente) inclusão na Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que não; perguntada como foi escolhida para Secretária Executiva da referida Comissão Nacional de Cultura Popular, juntamente com ISA QUINTANS GUERRA, respondeu que não se recorda se foi resolução tomada em plenário durante o Seminário ou posterior resolução da própria Comissão; perguntada quanto receberia cada membro da Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que não se recorda exatamente da quantia sabendo entretanto que seria de cem a cin, digo de cem a cento e cinquenta 7 mil cruzeiros, segundo ouviu verbalmente, digo segundo ouviu dizer uma vez que a referida Comissão nunca chegou a ser nomeada; perguntada quanto receberia cada Secretária Executiva da referida Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que soube informalmente que seria de duzentos mil cruzeiros o ordenado mensal; perguntada se tomou conhecimento do "Balanço e Tarefas", relativos ao 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e difundido pelo Partido Comunista, entre os seus membros, respondeu que tomou conhecimento de um Balanço das resoluções do Encontro de Recife impresso pelo MCP e distribuído a todas as entidades que participaram do referido Encontro; perguntada se admite a sua condição de membro do Partido Comunista Brasileiro, integrante da Fração responsável pelo Movimento de Cultura Popular, respondeu que não; per

Continua...

[Signature]



CONTINUAÇÃO

guntada sem tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que nao. E como nada mais disse / nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por fin do o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, de pois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Ca pitao DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivao, que o escrevi.

celso dos santos meyer, Ten Cel

CEL SO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Theressa Maria de Arago Ferreira

THEREZA MARIA DE ARAGAO FERREIRA
Indiciada

David Lima Khoury

DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivao



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu aí JOSÉ RIBAMAR FERREIRA a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre as atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Assessor de Imprensa do ex-Ministro PAULO DE TARSO e Membro da Diretoria do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (Grupo de Trabalho de Reestruturação), foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, de trinta e quatro anos de idade (10 de setembro de 1930), filho de Newton Farias Ferreira e de Alzira Ribeiro Ferreira, casado, natural de São Luiz do Maranhão, jornalista em exercício no jornal "O Estado de São Paulo", sucursal do Rio de Janeiro e que reside na Rua 7 Visconde de Pirajá nº 630, apartamento nº 211 - Ipanema; perguntado de onde vem o seu conhecimento com o ex-Ministro PAULO DE TARSO, respondeu que conhece aquele ex-Ministro desde 1961, quando o mesmo convidou o depoente para exercer a Superintendência de Cultura da Fundação Cultural de Brasília; perguntado as razões de sua designação para Assessor de Imprensa daquele ex-Ministro, respondeu que atribui a esse conhecimento anterior e à necessidade que o Ministro manifestou de ter um encarregado para assuntos de imprensa no Rio de Janeiro, onde se localiza a grande imprensa do país; perguntado quais as suas atribuições específicas na qualidade de assessor de imprensa do ex-Ministro Paulo de Tarso, respondeu que era a divulgação dos serviços e iniciativas do Ministério na imprensa do Rio de Janeiro; perguntado se também não lhe competia atividades de caráter político, respondeu que não; perguntado se, juntamente com os demais assessores ministeriais no Rio de Janeiro, não se tinha dedicado a promover agitação nos meios estudantis, respondeu que não; perguntado quais as suas relações com ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, respondeu que o conheceu por volta de 1959, como tradutor do suplemento literário do "Jornal do Brasil"; que, voltou a encontrá-lo no Ministério da Educação e Cultura já como Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE); perguntado se mantivera contatos frequentes com Roberto Pontual neste Ministério, respondeu que seus contatos com Roberto Pontual foram apenas decorrentes de sua função como assessor de imprensa; perguntado se sabia das razões da exoneração do ex-Ministro Paulo de Tarso, respondeu que o próprio Ministro divulgou a imprensa, digo pela imprensa as razões de seu pedido de exoneração alegando que o Presidente JOÃO GOULART fazia um governo de conciliação enquanto ele se considerava ligado às forças populares; perguntado como fora levado a participar da Diretoria do Centro Popular de Cultura da UNE, respondeu que foi convidado para participar de um grupo de trabalho encarregado de elaborar o regimento interno da entidade; perguntado qual a sua

Continua.



CONTINUAÇÃO

participação nos trabalhos do CPC da UNE, respondeu que além desse grupo de trabalho o CPC da UNE publicou dois folhetos de poemas de sua autoria, intitulados "JOAO BÔA MORTE, CABRA MARCADO PARA MORRER" e "QUEM MATOU APARECIDA, HISTÓRIA DE UMA FAVELADA QUE ATEOU / FOGO ÀS VESTES"; perguntado qual o tema desses poemas, respondeu / que o primeiro é a história de um camponês que é expulso da terra onde trabalhava e, desesperado, decide-se a matar a família e a si mesmo; que, o tema do segundo é a história de uma menina que vai trabalhar como babá, é prostituída, entrega-se ao lenocínio, depois arranja um companheiro que desaparece deixando-a com um filho; a / criança doente morre e ela se suicida, ateando fogo às vestes; perguntado se sabia qual o objetivo do CPC da UNE, respondeu que era a popularização da arte e da cultura com a sua temática voltada para os problemas brasileiros; perguntado se sabia que o CPC da UNE, conforme consta de seu Relatório apresentado no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife - Pe, em setembro de 1963, tinha por finalidade atuar de forma mais eficaz na luta ideológica que se trava na sociedade brasileira, respondeu que entendia essa plataforma como um meio de fazer com que a maioria do povo participasse da vida política do país; perguntado se sabia que o CPC da UNE, de acordo com aquele mesmo Relatório, tinha por propósito despertar a consciência política do povo, respondeu que entendia esse propósito como a intenção de por um maior número de cidadãos a par dos problemas nacionais; perguntado se sabia que o CPC da UNE visava a atuação com o proletariado, respondeu que na medida de seu conhecimento essa atuação consistia em / realizar espetáculos de música, teatro e danças populares em sindicatos; perguntado se sabia, conforme consta daquele mesmo Relatório, que o CPC da UNE se dedicava a dois tipos de teatro, sendo um deles chamado de "Teatro de agitação política", respondeu que tinha conhecimento de que o CPC cogitava de dois tipos de teatro, um chamado "Teatro de Rua" e outro sem nome específico, que consistiria / em espetáculos em casas tradicionais para o que estava sendo construído na sede da UNE um teatro; perguntado se sabia que o "Teatro de agitação política" do CPC da UNE focalizava temas de reivindicações populares e denúncias de ações políticas exibidos em praça pública em carreta, em comícios populares, respondeu que sim; perguntado se considerava normal o exercício de tal atividade, principalmente com aquela finalidade, por uma entidade estudantil, respondeu que sim; perguntado porque considera normal aquele tipo de atividade, respondeu que os estudantes têm uma longa tradição de luta política em defesa dos interesses nacionais e que a mocidade tem direito na participação dos problemas da comunidade; perguntado se achava normal a interferência de estudantes nas entidades sindicais com a finalidade de promover agitação política, respondeu que não tem conhecimento disso; perguntado se espousa a tese constante do Relatório do CPC da UNE já mencionado anteriormente de que "o importante não é propriamente fazer cultura popular, o importante é chamar a atenção para a necessidade da cultura popular como frente das mais importantes na luta de libertação nacional", respondeu que não; perguntado se já dera sua participação como jornalista, poeta e escritor a alguma organização de orientação política e ideológica divergente da adotada pela UNE até o seu fechamento, respondeu que não; perguntado se a sua aquiescência em colaborar com o CPC da UNE não era devida à sua identidade político-ideológica com a orientação adotada por aquela entidade, respondeu que não inteiramente; perguntado se podia esclarecer melhor a resposta anterior, respondeu que não tendo conhecimento perfeito de toda a orientação

Continua.



CONTINUAÇÃO

política da UNE, aceitou colaborar no setor da cultura popular onde, conforme entendia, a orientação seguida pela entidade, encontrou afinidade; perguntado se admite a posse dos documentos apreendidos em sua residência pelo Encarregado do IPM na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, entre eles, particularmente o Programa e Estatuto do Partido Comunista Brasileiro, a Organização dos Comunistas que atuam no Movimento de Cultura Popular e Movimentos de Cultura Popular e Linha Política do Partido, respondeu que não tem conhecimento da existência desses documentos em sua residência; perguntado se com essa declaração pretende dizer que o respectivo Auto de Busca e Apreensão, feito de acordo com as normas legais vigentes, tenha sido falsificado, respondeu que não pode afirmar isto; perguntado se admite ter recebido o bilhete manuscrito, não assinado, em que ROBERTO PONTUAL lhe recomenda "agir conforme combinamos" e também lhe diz para responder ter sido nomeado presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular e "por já pertencer ao MEC, ao contrário dos demais", respondeu que admite a autenticidade do bilhete e que o trecho da carta que se refere a agir conforme o combinado se completa com as seguintes palavras: "não aceitar provocações da Comissão porque eu nada declarei. Aliás foi mínimo o trabalho de C. POP. e nada temos a declarar a não ser o óbvio"; quanto ao trecho que afirma: "diga que por já pertencer ao MEC, ao contrário dos demais", trata-se exclusivamente da verdade; perguntado se não sabia que LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA, outro membro da referida Comissão, também era funcionário do MEC, respondeu que LUIZ ALBERTO era um funcionário subalterno sem nenhum contato com o Ministro enquanto ROBERTO PONTUAL, Chefe de uma Divisão do MEC, tinha por essa razão Despachos semanais com o Ministro, o que iria facilitar o trabalho da Comissão no que se refere a decisões do titular da pasta; perguntado se podia dizer o critério a que obedeceu a constituição da referida Comissão, respondeu que o critério do conhecimento dos programas da Cultura Popular, digo dos problemas da Cultura Popular; perguntado se tomou conhecimento de que sua esposa foi admitida, digo que sua esposa, THEREZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA, foi admitida naquela Comissão como representante do Partido Comunista Brasileiro ao qual pertencia, segundo consta da documentação apreendida na residência de MARCOS JAIMOVICH, respondeu que não tem conhecimento disto e nega que sua esposa tenha pertencido ou pertença ao Partido Comunista Brasileiro; perguntado se admite a autoria do livro "CULTURA POSTA EM QUESTÃO" escrito sob o pseudônimo de FERREIRA GULLAR e publicado pela Editora Universitária da UNE? digo da UNE, respondeu que sim; perguntado se admitia igualmente a autoria dos folhetos, digo perguntado se conhecia MARCOS JAIMOVICH e sabia de sua condição de membro da Seção Juvenil do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que conheceu-o eventualmente mas não tinha conhecimento de sua condição de membro da Seção Juvenil do Partido Comunista Brasileiro; perguntado se tem fatos alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que não. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA // KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELSON MEYER, Cel
Encarregado do Inquérito

JOSE RIBAMAR FERREIRA
Indiciado

DAVID LIMEIRA KHOURY



14

Brayner Fls 120

TÉRMO D\$ PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí ROBERTO GONÇALVES PONTUAL a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre as atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, ter vinte e cinco anos de idade (9 de outubro de 1939), filho de Leocádio Alves Pontual e de Maria de Lourdes Gonçalves Pontual, ser solteiro, natural de Recife - Pe, sem profissão e que reside na Rua // Borges de Medeiros nº 83 aptº 102 - Leblon; perguntado qual a sua participação nas atividades de Cultura Popular até o advento da Revolução de 31 de março de 1964, respondeu que participou de um Grupo de Trabalho nomeado pelo Ministro PAULO DE TARSO destinado a fazer o levantamento das atividades de Cultura Popular no país; como Diretor da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) participou do Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado em setembro de 1963 em Recife - Pe e do Seminário de Alfabetização e Cultura Popular realizado na Universidade Rural em fevereiro de 1964; participou finalmente do Grupo de Trabalho resultante deste último Seminário; perguntado em que consistiu o trabalho do Grupo / que integrou a fim de tratar de Cultura Popular, respondeu que o trabalho de levantamento que este Grupo deveria realizar foi atribuído ao Encontro de Alfabetização e Cultura Popular de Recife, não tendo portanto o mesmo Grupo chegado a desenvolver propriamente atividade; perguntado como surgiu a ideia do Encontro de Alfabetização e Cultura Popular de Recife, respondeu que a ideia surgiu pela necessidade de se conhecer todas as atividades de Alfabetização e Cultura Popular realizadas no país a fim de que o Programa do Ministério nesse sentido pudesse dispor de alguma base para a sua realização; perguntado qual a sua participação na realização desse Encontro, respondeu que a CASES foi uma das patrocinadoras do referido Encontro, exercendo em consequência, atividades na sua preparação; perguntado quais as atividades que competiram a CASES na preparação daquele Encontro, respondeu que a CASES realizou um levantamento de todas as entidades públicas e particulares que desenvolvessem trabalhos de alfabetização e cultura popular; manteve contatos com essas entidades, participando a realização do Encontro e as convidando a tomar parte do mesmo, contribuindo com meios para que várias delas pudessem participar do Encontro; perguntado qual o órgão ou pessoas da CASES que designou, como Diretor desta Campanha, para fazer a preparação do Encontro de Recife, respondeu que ARON ABEND TOYOFICA ABE e PITINA; perguntado qual o responsável pela designação das pessoas retro citadas para integrar a Secretaria Executiva do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, respon-

Continua...



CONTINUAÇÃO

deu que o próprio depoente; perguntado quais os vencimentos daquelas pessoas, respondeu que não tem lembrança precisa mas que acredita / ter sido da ordem de cinquenta mil cruzeiros para cada um; pergunta do qual a nacionalidade da pessoa designada como PITINA, respondeu que acredita ser argentina; perguntado como veio a mesma a ser chamada a participar daquele trabalho, respondeu que através de ARON ABEND; perguntado qual a sua atuação no Encontro de Recife, respondeu que como Diretor da CASES esteve presente ao Encontro acompanhando as suas atividades; perguntado qual a constituição do Grupo Coordenador do Encontro de Recife, respondeu que o mesmo era constituído do depoente, de LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA, de OSMAR FÁVERO, ARON ABEND; perguntado se sabia o total de pessoas presentes ao Encontro de Recife, respondeu que compareceram oitenta organizações, englobando cerca de cento e cinquenta delegados; perguntado se tinha conhecimento da presença naquele Encontro de delegados, assessôres e assistentes do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que não; perguntado, considerando a sua condição, a época, de Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE) e CASES e a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, qual teria sido a sua conduta se sabedor da presença ostensiva de elementos comunistas naquele Encontro, respondeu que se tratando de uma hipótese não se julga capaz de responder à pergunta; perguntado se não era pública e notória no Encontro de Recife a presença de comunistas, respondeu que não tomou conhecimento; perguntado se compareceu a sessão de encerramento daquele Encontro, respondeu que compareceu; perguntado se ouviu o discurso // pronunciado por MIGUEL NEWTON ARRAES, presidente do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, naquela oportunidade, respondeu que tem a impressão de ter ouvido o discurso; perguntado como explica / que o orador mencionado, ao iniciar seu discurso, tenha se dirigido abertamente aos "companheiros comunistas", entre outros, respondeu que não sabe como explicar; perguntado se sabia que os comunistas / se fizeram representar naquele Encontro por cinquenta companheiros e que, conforme documento intitulado "Balanço e Tarefas correspondentes ao Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular", do Partido Comunista, e que sua representação constituiu "a força principal no preparo técnico e acertada condução política dos trabalhos do Encontro", respondeu que não tomou conhecimento; perguntado se podia indicar as resoluções do Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular de Recife, respondeu que praticamente a resolução / mais importante foi a de que se deveria realizar um novo Encontro / depois de analisados mais detidamente os resultados do Encontro de Recife, a fim de que se pudesse iniciar efetivamente o trabalho de alfabetização e cultura popular no país; perguntado quais as atividades desenvolvidas após o Encontro de Recife, respondeu que se tratou da realização do Encontro posteriormente realizado na Universidade Rural; perguntado qual a sua participação nos Encontros estaduais, anteriores ao Seminário Nacional, respondeu que o Ministério / através da CASES apenas tomou conhecimento da realização desses Encontros sem deles participar diretamente; perguntado quais os elementos que constituíram a Secretaria Executiva encarregada das providências relativas aos Encontros estaduais e a preparação do Seminário Nacional, respondeu que de início ARON ABEND e mais tarde /// FRANCISCO JOSÉ MALAN DE PAIVA CHAVES; perguntado qual a sua participação na organização do Seminário da Universidade Rural, respondeu que a CASES foi encarregada pela Comissão Nacional de Cultura Popular de realizar os trabalhos preparatórios do referido Seminário; perguntado se tomou conhecimento dos relatórios resultantes dos Encontros estaduais, respondeu que tomou conhecimento sem no entanto ter tido oportunidade de lê-los; perguntado a quem coube a atribuição

Continua...



CONTINUAÇÃO

ção de formular convites a autoridades para a sessão de encerramento do Seminário da Universidade Rural, respondeu que não houve uma atribuição precisa, aceitando-se apenas as sugestões partidas de diversas pessoas; perguntado se sabia quem havia convidado os ex-deputados MAX DA COSTA SANTOS, NEIVA MOREIRA e LEONEL BRIZOLA para aquela sessão de encerramento, respondeu que não se lembra de quem teria sugerido os mesmos convites; perguntado se conhecia MARCOS JAIMOVICH, respondeu que chegou a conhecê-lo formalmente em oportunidade de que não sabe precisar; perguntado se sabia ser MARCOS JAIMOVICH membro da Seção Juvenil do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que não; perguntado se conhecia MICHAEL SCHWARZ-SCHILD, respondeu que o mesmo foi um dos delegados do Estado de São Paulo no Encontro de Recife e no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia LUIZ JORGE WERNECK VIANA, respondeu que o mesmo foi delegado do Estado da Guanabara no Encontro de Recife e no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia JOHNSON SANTOS, respondeu que não se recorda da pessoa pelo nome; perguntado se conhecia OGELSON GAMA, respondeu que não se recorda do mesmo; perguntado se conhecia EUCLEDIS COELHO DE SOUZA, respondeu que não se recorda do mesmo; perguntado se conhecia FRANCISCO AUGUSTO PONTES, respondeu que foi delegado do Estado do Ceará no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia NOÊMIO SPINDOLA, respondeu que foi delegado do Estado da Bahia no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia WITHE ABRAHÃO, respondeu que foi delegado do Estado do Rio de Janeiro no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia IVELINE LUCENA, respondeu que não se recorda do mesmo; perguntado se conhecia HELIO VASCONCELOS, respondeu que não se recorda do mesmo; perguntado se conhecia JUNIA ANDRADA, respondeu que não; perguntado se conhecia JOSÉ LOPES DOS SANTOS, respondeu que não; perguntado se conhecia RAIMUNDO TORRES, respondeu que não; perguntado se conhecia MARIO REGO, respondeu que não; perguntado se conhecia HAROLDO SANTIAGO, respondeu que foi delegado do Estado de Minas Gerais no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia PAULO PONTES, respondeu que foi delegado do Estado da Paraíba no Seminário da Universidade Rural; perguntado se conhecia ELIAS MANSOUR SIMÃO FILHO, respondeu que conhecia como funcionário do Programa Nacional de Alfabetização; perguntado se conhecia THEREZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA, respondeu que sim; perguntado se conhecia JOSE RIBAMAR FERREIRA, respondeu que sim; perguntado se conhecia ISA QUINTANS GUERRA, respondeu que sim; perguntado se sabia que todas as pessoas mencionadas, a exceção de JOSE RIBAMAR FERREIRA e ISA QUINTANS GUERRA, são nominalmente citadas, em documento manuscrito de autoria de MARCOS JAIMOVICH e apreendido em sua residência, como membros do Partido Comunista Brasileiro e delegados do mesmo no Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, respondeu que não; perguntado se podia dizer qual o critério para seleção do Grupo de Trabalho que veio a constituir a Comissão Nacional de Cultura Popular após o Seminário da Universidade Rural, respondeu que o critério utilizado foi o do conhecimento e do empenhamento de cada um dos membros no trabalho de alfabetização e cultura popular assim considerados pelos delegados participantes do Seminário Nacional; perguntado se sabia que a inclusão de THEREZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA no referido Grupo de Trabalho e posteriormente na Comissão Nacional de Cultura Popular fora imposta pelo Partido Comunista Brasileiro, na qualidade de sua representante, em entendimento realizado naquele Seminário entre MARCOS JAIMOVICH e HERBET JOSÉ DE SOUZA, respondeu que não; perguntado qual a função de ISA QUINTANS GUERRA e de THEREZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA na Comissão

Continua...

Bradyner *Fes 12*
Depl



CONTINUAÇÃO

Nacional de Cultura Popular, respondeu que eram Secretárias do Grupo de Trabalho; perguntado se admite a autoria do bilhete manuscrito, endereçado a GULLAR e no qual, entre outras coisas, diz que "o problema da C. Pop. parece menos complexo", "é agir conforme combinamos", digo "é agir conforme combinamos: não aceitar provocações / da Comissão porque eu nada declararei", "com relação a C. Pop. diga que quase nada tivemos oportunidade de realizar, pelo pouco tempo. Perguntarao porque fui nomeado Presidente: diga que por já pertencer ao MEC, ao contrário dos demais", respondeu que sim; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que não. E como nada mais disse nem lhe foi // perguntado, deu o Encarregado do Inquerito por findo o presente in terrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitao DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivao, que o escrevi.

Celso dos Santos Meyer, Ten Cel
CEL SO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquerito

Roberto Gonçalves Pontual
ROBERTO GONÇALVES PONTUAL
Indiciado

David Limeira Khoury
DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivao

ago



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel GELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí IZA QUINTANS GUERRA, a fim de ser interrogada de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4 (quatro), a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de membro da Comissão Nacional de Cultura Popular, foi indicada como uma das responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-la da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama IZA QUINTANS GUERRA, ter vinte e seis anos de idade (10 de outubro de 1938), filha de Adalberto de Alcântara Guerra e de Ana Quintans Guerra, solteira, natural de Monteiro - Estado da Paraíba, Assistente Social e residir na Rua Rodrigues de Aquino nº 577 - João Pessoa - Paraíba; perguntada qual a sua participação na organização do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado em setembro de 1963, respondeu que participou daquele Encontro como representante do Grupo de Alfabetização da Refinaria Duque de Caxias, integrando a comitiva do Estado da Guanabara, não tendo participado da organização daquele Encontro; perguntada se podia indicar os integrantes do grupo organizador daquele Encontro, respondeu que o referido Grupo era integrado por representantes do Ministério da Educação e Cultura, do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife, do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco e do Movimento de Educação de Base (MEB); perguntada como veio a integrar o Grupo de Alfabetização da Refinaria Duque de Caxias, respondeu que na Paraíba pertencia à Campanha de Educação Popular (CEPLAR) que, como membro da Diretoria da referida Campanha, veio ao Rio de Janeiro tentar junto ao MEC a liberação de verbas para a mesma, entrando em contato com membros da assessoria do ex-Ministro PAULO DE TARSO, da qual faziam parte MARCUS ALENCAR; que este lhe disse da existência de um grupo interessado em Cultura Popular empenhado em alfabetização pelo sistema Paulo Freire, tendo então sido convidada pelo mesmo para participar desse grupo; que Marcus Alencar a apresentou a uma moça que conheceu uma moça de nome IRLES, noiva de HERBET JOSÉ DE SOUZA (BETINHO) Chefe da Assessoria do ex-Ministro PAULO DE TARSO, a qual ensinou o sistema Paulo Freire; que, juntamente com Irles, foi ao Departamento Educacional do Sindicato dos Trabalhadores da Refinaria Duque de Caxias onde entrou em ligação com um dos diretores; que ali lhes foi fornecida uma relação dos empregados analfabetos, passando então as duas a atuarem por sua iniciativa; perguntada qual a sua atuação no Encontro de Recife, respondeu que naquele Encontro participou dos trabalhos relativos à alfabetização; perguntada se podia indicar outras pessoas que participaram daqueles trabalhos, respondeu que não se recorda dos nomes; perguntada se sabia da presença dos comunistas no Encontro de Recife, respondeu que sabia da presença de alguns elementos mas que não sabe os nomes a não ser de ZULEIKA ALEMBERTI; pergunta da qual a função de HERBET JOSÉ DE SOUZA e de ALDO ARANTES na Ação

Continua...



CONTINUAÇÃO

Popular (AP), respondeu que ambos faziam parte da direção nacional, não podendo especificar a função de cada um; perguntada qual a sua participação no Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado na Universidade Rural (km 47 da antiga estrada Rio - São Paulo) em fevereiro de 1964, respondeu que foi convidada, digo respondeu que foi como convidada do MEC, integrando a Comissão Organizadora, responsável pela recepção e alojamento; perguntada ///, quais os integrantes da Comissão encarregada de organizar o Seminário da Universidade Rural, respondeu que eram os mesmos do Encontro de Recife, podendo citar ROBERTO PONTUAL, ARON ABEND, OSMAR FÁVERO, FRANCISCO JOSÉ MALAN DE PAIVA CHAVES e LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA; que foi convidada por Francisco José Malan de Paiva Chaves para auxiliá-lo na organização do referido Seminário; perguntada / qual a sua função no grupo de trabalho encarregado do planejamento de Cultura Popular, respondeu que era, juntamente com THEREZA ARA GAO FERREIRA, Secretária-Executiva; perguntada qual o objetivo da Cultura Popular, respondeu que a mesma visava a integração do homem na sua realidade, tornando-o através de uma ação consciente, um sujeito da História, digo o sujeito da História, a partir da Valorização dos elementos da cultura brasileira; perguntada se tinha / conhecimento da "Frente Única" entre o Partido Comunista Brasileiro e a Ação Popular dentro do Movimento de Cultura Popular e de Alfabetização, declarou que havia cogitação, digo respondeu que havia cogitações por parte de alguns membros da Coordenação Nacional de AP e que essas cogitações não tinham sido levadas avante face a divergências de conceituação e método entre a AP e o Partido Comunista; perguntada se teve conhecimento de reuniões realizadas entre os representantes da AP e os do Partido Comunista na "Frente Única" estabelecida entre essas duas organizações, respondeu que não; perguntada se não soube da realização dessas reuniões na residência / de MARCOS JAIMOVICH, elemento integrante da Seção Juvenil do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e às quais compareceram, como representantes da AP, entre outros, ALDO ARANTES e MARCUS MACHADO DE ALENCAR, respondeu que não; perguntada se sabia que MARCOS JAIMOVICH pertencia ao Partido Comunista Brasileiro, respondeu que sim; perguntada se sabia que VICENTE DE PAULA HOLANDA PONTES e THE REZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA eram membros do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que não; perguntada se sabia que ambos integravam a "Fração do Partido Comunista Brasileiro no Movimento de Cultura Popular", respondeu que não; perguntada de quem recebia / instruções para a preparação do Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, respondeu que de FRANCISCO JOSÉ MALAN DE PAIVA CHAVES, que era o Secretário para a organização do referido Seminário; perguntada qual o órgão que lhe proporcionava recursos para a realização do Seminário de Cultura Popular, respondeu que / era verba especial do Ministério da Educação e Cultura e que se achava sob o controle de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE); perguntada porque respondeu a Inquerito perante a Marinha de Guerra Brasileira, respondeu que por sua participação na saída do Cabo ANSELMO DOS SANTOS da Embaixada do México; perguntada se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que não. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquerito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com a indiciada e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquerito

IZA QUINTANS GUERRA
Indiciada



TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel GELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí ALBERTO NOGUEIRA, a fim de ser interrogado de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando / no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Técnico de Administração do Programa Nacional de Alfabetização (Serviço do Pessoal da Divisão de Administração), foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama ALBERTO NOGUEIRA, ter vinte e três anos de idade (29 de julho de 1941), filho de Epaminondas Nogueira e de Eponina Vasconcelos Nogueira, casado, natural de Palmeira dos Índios - Estado de Alagoas, funcionário público federal pertencente ao Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, na condição de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, lotado na Alfândega do Rio de Janeiro e que reside na Rua Barata Ribeiro nº 96, aptº / 203 - Copacabana; perguntado como chegou a ocupar a função de Técnico de Administração do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que por ter tomado conhecimento do PNA e comparecido ao referido Programa, tendo sido admitido; perguntado onde tomou conhecimento do PNA, respondeu que através do noticiário da imprensa; perguntado com quem se entendeu para ser admitido no PNA, respondeu que com o chefe do Serviço do Pessoal da Divisão de Administração do referido Programa, LENISE BARROS; perguntado qual a orientação recebida para o // seu trabalho e quem a transmitiu, respondeu que organizar o funcionamento da Divisão de Administração por instruções do supra citado chefe; perguntado qual o seu conhecimento com ELIAS MANSOUR SIMÃO FILHO, respondeu que não o conhecia anteriormente; perguntado se sabia ser ELIAS MANSOUR comunista e se o mesmo lhe havia dito dos propósitos do PNA, respondeu que não tinha conhecimento, tendo sido esclarecido pelo mesmo que os objetivos do PNA eram alfabetizar e instruir em larga escala, inicialmente, 150 mil pessoas, na Guanabara; perguntado quanto tempo trabalhou no PNA, respondeu que um mês e dezoito dias, aproximadamente; perguntado se admite ter assinado documento em que, juntamente com JACOB JOSÉ AKERSZTEJN, JOSÉ HELENO RODRIGUES VIEIRA e ARISTIDE RIVELI, exigiram participação // mais ativa de todos os participantes do PNA a fim de que os objetivos político-ideológicos, únicos e exclusivos daquele Programa, // fossem atingidos plenamente, respondeu que admite, ressalvando a aceção da expressão "político-ideológico" que se compreende como o conjunto de ideias e circunstâncias existentes num meio a ser alfabetizado cuja causa é de natureza político-ideológica; perguntado qual a sua posição político-ideológica, respondeu que não tem // posição político-ideológica, na aceção comum definida; perguntado se tinha conhecimento da orientação comunizante imprimida ao PNA // na Guanabara e Rio de Janeiro, respondeu que não tinha conhecimento dessa orientação, tendo sido instruído, no sentido de que a orientação do Programa se vinculava a alfabetização e a instrução, em

(continua.)

Brayner
3



CONTINUAÇÃO

larga escala, não se prendendo a partido ou a organização de espécie alguma; perguntado quais as razões que o levaram a assinar o referido documento em que é exigida participação mais ativa de todos os integrantes do PNA, respondeu que o referido documento foi subscrito com a finalidade de protestar contra a orientação distinta da original transformando o Programa numa máquina burocratizada, sem condições de levar a termo a alfabetização e a instrução a que se propunha; perguntado de quem fora a ideia de redação do referido documento e a quem o mesmo, especificamente, se destinava, respondeu que a direção do Programa preparava um balanço sobre a atividade do mesmo, pedindo ao Serviço do Pessoal que, no que se referia à administração, externasse a sua opinião para estudos; perguntado se tomara conhecimento do "Documento 1 da Coordenação Regional", em que é dito que o real objetivo do PNA é formar eleitores através da alfabetização de adultos, respondeu que não tomara conhecimento em virtude de só ter ingressado no mesmo a partir de fevereiro, e de posteriormente não haver tomado conhecimento da "frente única" organizada pelo Partido Comunista e pela Ação Popular (AP) para entrosamento de sua atuação no PNA; perguntado se não tomara conhecimento em virtude de só ter ingressado no mesmo a partir de fevereiro, e de posteriormente não haver tomado conhecimento do referido documento; perguntado se tinha conhecimento da "frente única" organizada pelo Partido Comunista e pela Ação Popular (AP) para entrosamento de sua atuação no PNA, respondeu que não tivera conhecimento; perguntado porque deixou de trabalhar no PNA, respondeu que em virtude de sua esposa haver adoecido, e necessitar de assistência constante; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que posteriormente apresentara as razões de defesa. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

celso dos santos meyer
CEL SO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel

Encarregado do Inquérito

Alberto Nogueira
ALBERTO NOGUEIRA
Indiciado

David Limeira Khoury
DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí ALPHEU RIBEIRO MEIRELLES a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida / sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa / Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Assessor do Ministro da Educação e Cultura e Membro da Comissão Especial do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil e naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama ALPHEU RIBEIRO MEIRELLES, ter trinta e cinco 7 anos de idade (6 de janeiro de 1930), filho de Japhet Eugênio Meirelles e de Anália Ribeiro Meirelles, solteiro, natural de São João Del Rei - Estado de Minas Gerais, ser funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos na condição de Contador - Nível 17 e residir na Rua Belfort Roxo nº 231, aptº 802 - Copacabana; perguntado como chegou a Assessor do ex-Ministro JULIO FURQUIM SAMBAQUY, respondeu que foi devido a conhecimento pessoal e amizade com aquele ex-Ministro, quando o depoente era Presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME) e o referido ex-Ministro era Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Cultura; que foi convidado para aquela função pelo ex-Ministro, logo após a sua posse como Ministro Interino; perguntado quais as suas atribuições específicas como Assessor Ministerial, respondeu que lhe competia o contato com o meio estudantil; perguntado se não lhe competia também os assuntos / relativos a alfabetização e cultura popular, respondeu que só tinha contato com a alfabetização; perguntado se sabia que o Ministério o bedecia a uma orientação nitidamente de esquerda, respondeu que sim, no plano educacional; perguntado como se situava no campo político-ideológico, respondeu que era e é de esquerda, tendo esquerda como / transformação e reformas; perguntado se dentro dessa transformação e reforma se incluía a transformação da ordem política e social do país, respondeu que era favorável as reformas das condições de vida do povo brasileiro e, dentro da concepção política, a manutenção do regime democrático em toda a sua plenitude; perguntado se, como Assessor de assuntos estudantis, participava da agitação dos meios estudantis sempre presente na gestão do governo deposto, respondeu que não; perguntado se nem mesmo procurava atuar junto aos estudantes no sentido de debelar greves ou agitações de qualquer outro tipo, respondeu que não; perguntado quem fora o autor ou o idealizador do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que foi o ex-Ministro JULIO SAMBAQUY; perguntado quais as suas atribuições naquele Programa, respondeu que como membro da Comissão Especial, era um dos membros da Secretaria Executiva; perguntado quais os outros membros da Secretaria Executiva, respondeu que eram CARLOS LUIZ DE ANDRADE e ANTONIO CARLOS BERNARDO; perguntado se essas duas pessoas pertenciam à Ação Popular (AP), respondeu que lhe parecia que ANTONIO CARLOS BERNARDO era da Ação Popular (PA); com referência a CARLOS LUIZ DE ANDRADE, tem a impressão de ser o mesmo socialista; perguntado se conhecia ARON

(Continua...)

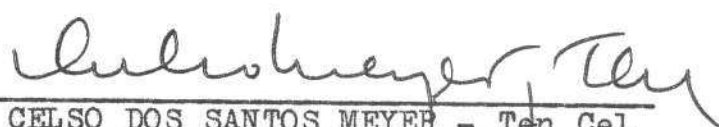


CONTINUAÇÃO

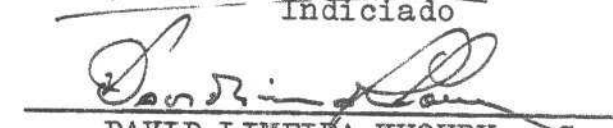
2 L

Prayner FD 12

ABEND, ELIAS MANSOUR SIMAO FILHO e MARCUS MACHADO DE ALENCAR, respondeu que sim; perguntado se sabia da posição político-ideológica dessas pessoas, respondeu que ARON ABEND era ideologicamente marxista / embora desvinculado de grupos; que ELIAS MANSOUR SIMAO FILHO lhe parecia ligado ao Partido Comunista e que MARCUS MACHADO DE ALENCAR /7 lhe parecia ser ligado à Ação Popular (AP); perguntado se sabia quem recrutara os elementos que integravam a Comissão Especial do PNA, respondeu que ARON ABEND fora indicado pelo depoente; que PAULO PACHECO DA SILVA por PAULO FREIRE; perguntado de onde vinha o seu conhecimento com ARON ABEND, respondeu que desde 1959, quando Presidente da UME, o senhor ARON ABEND era membro do Conselho de Representantes da Entidade pela Faculdade de Engenharia e também como colaborador do jornal "O Metropolitano"; perguntado se sabia como ROBERTO GONÇALVES PONTUAL fora nomeado Presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que acredita que o mesmo tenha sido indicado pelo Seminário de Cultura Popular, realizado na Universidade Rural do Km 47 da antiga estrada Rio-São Paulo; perguntado se conhecia MARCOS JAIMOVICH e ZULEIKA ALEMBERTI, respondeu que sim; perguntado se sabia se rem ambos membros do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que segundo ouvia dizer ambos pertenciam ao Partido Comunista; perguntado de onde conhecia MARCOS JAIMOVICH e ZULEIKA ALEMBERTI, respondeu que da Comissão Brasileira ao Festival da Juventude realizado em 1959 em Viena; que esta Comissão se reunia no escritório de MARCOS JAIMOVICH, no Edifício Marquês do Herval (Avenida Rio Branco), 19º andar; perguntado qual a sua participação no preparo do manifesto que o ex-Ministro JULIO FURQUIM SAMBAQUY se propôs a fazer, de Brasília, no dia 1º de abril de 1964, respondeu que não teve maior participação / na preparação do referido Manifesto e que atribui a responsabilidade pelo mesmo aquele ex-Ministro; perguntado se sabia de alguma pessoa que tivesse insistido com o ex-Ministro JULIO FURQUIM SAMBAQUY para lançar aquele Manifesto, respondeu que não; perguntado se JOSÉ CARLOS FERNANDES não teria procurado convencer aquele ex-Ministro a lançar o citado Manifesto, respondeu que acredita que não; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que não. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.


CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito


ALPHEU RIBEIRO MEIRELLES
Indiciado


DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí ALBA MARIA DE CARVALHO SENNA, a fim de ser interrogada de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de integrante do secretariado da Ação Popular na Guanabara e Chefe da Secretaria da Divisão de Alfabetização do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicada como uma das responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-la da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama ALBA MARIA DE CARVALHO SENNA, ter vinte e cinco anos de idade (14 de fevereiro de 1939), filha de Julio Senna Filho e de Adelaide de Carvalho Senna, solteira, natural de Governador Portela - Estado do Rio de Janeiro, ser professora de Filosofia e que reside na Rua do Chichorro nº 29, aptº nº 306 - Catumbi; perguntada como foi levada a participar da Ação Popular (AP) respondeu que através de conversas com militantes da AP, considerou que os objetivos da mesma eram idênticos aos seus e que eram o de dar condição de vida melhor ao homem; perguntada se podia citar os elementos militantes da AP a que se referiu anteriormente, respondeu que as pessoas com quem tinha mais contato eram MARCUS ALENCAR e TEREZA RODRIGUES; perguntada onde conheceu Marcus Machado de Alencar, respondeu que o conheceu durante o Movimento Estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia; perguntada como veio a trabalhar no Programa Nacional de Alfabetização, respondeu que foi convidada por Marcus Alencar, não estando a época trabalhando em lugar algum e por precisar financeiramente; perguntada qual a natureza de seu trabalho no PNA, respondeu que lhe competia organizar a correspondência que entrava e saía da Divisão de Alfabetização; perguntada se sabia das razões da organização da Frente Única entre o Partido Comunista e a Ação Popular para atuação no PNA, respondeu que a Frente Única visava a coordenação dos trabalhos daquelas organizações no PNA; perguntada se participou, como representante da AP, de reuniões com representantes do Partido Comunista na referida Frente Única, respondeu que participou de uma reunião com MARCOS JAIMOVICH, MARCOS MACHADO DE ALENCAR e ALDO ARANTES, na residência de MARCOS JAIMOVICH, a Praia do Russel; que essa reunião teve por finalidade "apurar as arestas" que foram ocasionadas pela suspensão do 1º Curso de Supervisores; perguntada quais as razões das divergências que motivaram a suspensão daquele Curso, respondeu que a desconfiança do Diretor da Divisão de Alfabetização, MARCUS MACHADO DE ALENCAR, de ter havido uma manobra do Partido Comunista na escolha dos candidatos a Supervisor; perguntada se o Curso foi realizado e em que condições, respondeu que o Curso foi realizado, depois de esclarecidas as divergências nas condições previstas anteriormente; perguntada se sabia que o PNA visava a formação de eleitores, conforme documento baixado pela Coordenação Estadual do Rio de Janeiro do PNA, respondeu que não, que pensou que fosse apenas para alfabetizar; perguntada se sabia a posição

(Continua...)

Blumen *Fls 131*
[Signature]



CONTINUAÇÃO

político-ideológica de ARON ABEND, ELIAS MANSOUR, MARCUS ALENCAR e HERBET JOSÉ DE SOUZA, respondeu que ouvia dizer que Elias Mansour / era comunista, assim como também Wilson Nascimento Barbosa; que ARON ABEND sempre declarou não ser comunista; quanto a Marcus Alencar e Herbet José de Souza, pertenciam ambos a Ação Popular; perguntada se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte // dos autos, respondeu que posteriormente fará entrega de documentos / que corroborem suas declarações. ~~Ex~~ como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquerito por findo o presente / interrogatorio, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com a indiciada e comigo Capitão DAVID LIMEIRA / KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

[Signature]
CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquerito

[Signature]
ALBA MARIA DE CARVALHO SENNA
Indiciada

[Signature]
DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

10

131
Brayma
FF 1.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel GELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí MARCUS MACHADO DE ALENCAR, a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais na condição de coordenador da Divisão de Alfabetização do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama MARCUS MACHADO DE ALENCAR, ter vinte e sete anos de idade (29 de março de 1937), filho de Maria Luiza Machado de Alencar e João Virgulino de Alencar Filho, solteiro, natural do Estado da Guanabara, comerciante (Spartan Agentes Marítimos Comércio e Representações Limitada - Avenida Rio Branco nº 18, sala 1602) e estudante (Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e que reside na Rua Constante Ramos nº 82, apartamento nº 1004 - Copacabana; perguntado como foi convidado para a função de Assessor do ex-Ministro PAULO DE TARSO, respondeu que foi convidado pelo então chefe da Assessoria, professor HERBERT JOSÉ DE SOUZA; perguntado de onde vinha o seu conhecimento com Herbert José de Souza, respondeu que seu conhecimento com Herbert José de Souza vem do Congresso Nacional de Estudantes realizado em Niterói - Estado do Rio de Janeiro em 1961; que, desde então, se tornaram amigos, mantendo contactos ocasionais quando da vinda de Herbert José de Souza ao Rio de Janeiro; que esses contactos se tornaram mais frequentes quando Herbert José de Souza passou a residir nesta cidade, em virtude de ter sido contratado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); perguntado qual a sua posição político-ideológica, respondeu que se considera personalista; perguntado se essa sua posição político-ideológica é de esquerda, respondeu que sim; perguntado se podia indicar a posição político-ideológica de Herbert José de Souza, respondeu que o mesmo também é personalista; perguntado se ambos não pertencem à Ação Popular (AP), respondeu que pertencem; perguntado qual a sua função na Ação Popular, respondeu que era Coordenador Estadual para assuntos de Cultura; perguntado qual a posição de Herbert José de Souza na Ação Popular, respondeu que o mesmo era o Coordenador Nacional; perguntado quem era a Coordenadora Geral da Ação Popular no Estado da Guanabara, respondeu que era MARIA TEREZA MARTINS RODRIGUES; perguntado se tinha conhecimento do documento da Ação Popular intitulado "Informe nº 1 da Fração do PNA", respondeu que sim; perguntado quem era a Coordenadora da Fração de AP do PNA, respondeu que era SÔNIA MARIA GOUVEIA; perguntado quais os representantes do Partido Comunista com os quais, segundo aquele documento, se reunia semanalmente a representação da Ação Popular no PNA, respondeu que eram MARCOS JAIMOVICH e ELIAS MANSUR, ressaltando que só houve uma reunião originária, digo originada pelos protestos levantados pela suspensão do 1º Curso de Formação de Supervisores de

(continua...)



CONTINUAÇÃO

minada pelo depoente; perguntado o que visava a Frente Única estabelecida pelo Partido Comunista e pela Ação Popular no PNA, respondeu que não havia um objetivo comum determinado mas ao contrário// interesses conflitantes que se manifestaram inclusive através da exigência da demissão do depoente; que a Ação Popular interessava um trabalho de educação, alfabetização e conscientização do povo; que ao Partido Comunista interessava a utilização do processo de alfabetização como veículo de organização do povo sob sua orientação; perguntado porque, sabendo da presença do Partido Comunista// no PNA não denunciou esse fato às autoridades da época, respondeu que foi no decorrer dos trabalhos do PNA que teve clareza dos objetivos que orientavam a ação dos membros do PC que lá trabalhavam; que, a partir de então combateu essa orientação na esfera de suas atribuições funcionais, julgando ter tido essa atitude consequências objetivas no desenvolvimento do trabalho; que não julgava ser sua função neh, digo nenhuma outra atitude que não esta; que essa luta travada pode ser testemunhada por publicações da época e posteriores, citando a esse respeito matérias publicadas nos jornais "O Globo", "última Hora" e "O Jornal"; perguntado se tinha conhecimento do documento intitulado "Documento Básico, digo "Documento// Base (Ref. AP/Doc 1.63)" que baixa as diretrizes de ação da AP, respondeu que sim, ressaltando que o citado documento era uma proposta de discussão para os membros da Ação Popular, chamando a atenção para o fato de todos os seus subtítulos serem precedidos da palavra "perspectiva"; perguntado se tinha conhecimento do Documento 1, da Coordenação Estadual do Rio de Janeiro do PNA, intitulado "O analfabetismo", respondeu que sim; perguntado com que finalidade foi elaborado aquele Documento 1, respondeu que o objetivo do Documento era motivar os que trabalhavam no PNA para o trabalho // que desenvolviam, procurando expressar a orientação com que, digo orientação que o Ministério procurava conferir-lhe; perguntado se sabia que a verdadeira finalidade do PNA, conforme está claro no // citado documento, era formar eleitores, respondeu que supunha que assim pretendesse o Governo Federal mas que tinha certo, por acreditar na eficácia do sistema aplicado, que os alfabetizados jamais viriam a se constituir na massa da manobra em que se pretendia/// transforma-los; perguntado qual a posição de MARCOS JAIMOVICH e de ELIAS MANSUR na Fração do Partido Comunista no Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que o primeiro era Assistente da Fração e o segundo seu Secretário, perguntado qual a participação de Herbert José de Souza e de ALDO ARANTES no PNA, como membros da AP, respondeu que os citados não participavam do PNA, tendo ALDO ARANTES participado de uma reunião em que se exigia do PC comprometimento mais coerente com a fundamentação do sistema Paulo Freire; perguntado se conhecia ARON ABEND, ROBERTO PONTUAL, LUIZ ALBERTO GOMES// DE SOUZA, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA e MARIA YEDDA LEITE LINHARES, respondeu que sim; perguntado se sabia a posição político-ideológica dessas pessoas, respondeu que respectivamente, digo que Aron Abend é marxista, não filiado a qualquer organização política; que Roberto Pontual sabe apenas que é de esquerda, não podendo precisar melhor sua posição; que Luiz Alberto Gomes de Souza é personalista; que José Ribamar Ferreira é de esquerda e Maria Yedda Leite Linhares sabe ser "janguista"; perguntado se podia indicar os elementos comunistas da Fração do Partido Comunista da Universidade Católica, respondeu que não podia; perguntado se conhecia esses elementos naquela Universidade, respondeu que conhecia alguns, digo alguns; perguntado quais as razões que o levam a não revelar o nome desses ele

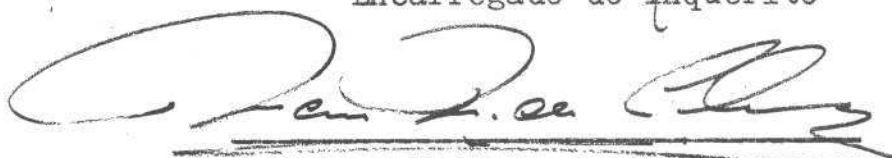
(continua...)

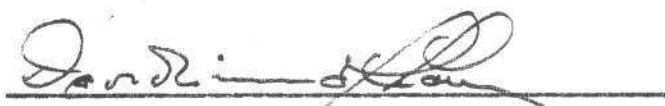


CONTINUAÇÃO

mentos comunistas, respondeu que não acha que seria leal denunciar um amigo, condenando-o praticamente a expulsão da Universidade e a interrupção definitiva de sua carreira; perguntado se participou ou participa de atividades em entidades estudantis, respondeu que participou, tendo exercido a Vice-Presidência da União Metropolitana dos Estudantes (UME) em 1961-1962; que compareceu à Reunião do Comitê de Iniciativa da Conferência de Estudantes Asiáticos, Africanos e Latino-Americanos, na qualidade de representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), reunião essa realizada em Jacarta - Indonésia em fins de 1963 e patrocinada pela entidade nacional de estudantes da Indonésia; perguntado se conhecia os integrantes da Fração do Partido Comunista Brasileiro no Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que alguns, entre eles ELIAS MANSOUR SIMÃO FILHO, WILSON DO NASCIMENTO BARBOSA; que JOSE NOVAIS era tido como membro do Partido Comunista; perguntado se VALENTINA DA ROCHA LIMA era membro do Partido Comunista, respondeu que não sabia; perguntado qual a sua função no PNA, respondeu que a mesma era Chefe da Seção de Seleção e Formação da Divisão de Alfabetização do PNA; perguntado se sabia que REGINA DO PRADO, LENIZE BARROS, DALMO GUERRA, DILMA GUERRA, ANTÔNIO PRUDENTE DE OLIVEIRA, ROBERTO ROCHA DO AMARAL eram membros do Partido Comunista Brasileiro, respondeu que REGINA DO PRADO, LENIZE BARROS e ANTÔNIO PRUDENTE DE OLIVEIRA eram conhecidos como comunistas, não podendo afirmar que fossem membros do Partido Comunista; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que não. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.


CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito


MARCUS MACHADO DE ALENCAR
Indiciado


DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão



TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito, comigo/ Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se LINO FERREIRA NETO, ter vinte e cinco // anos de idade (12 de julho de 1939), natural do Estado da Guanabara, filho de Lino Ferreira Filho e de Rosa Fernandes Ferreira, casado, // ser comerciante (Conservadora e Administradora Silva Limitada - Avenida Presidente Wilson nº 198, 13º andar), residir na Rua das Laranjeiras nº 430 aptº 801 - Laranjeiras, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder as seguintes perguntas: perguntado qual a sua participação no Programa Nacional de Alfabetização (PNA), declarou que foi admitido no mês de dezembro de 1963, quando era feita a prova para seleção de professores do PNA; que funcionou inicialmente como Mobilizador no Serviço de Mobilização; que antes de iniciar o trabalho como Mobilizador, foi requisitado para auxiliar na administração; posteriormente recebeu o encargo de responsável pela Seção // de Compras do PNA; que esse serviço foi desempenhado até o ponto de tomada de preços, ficando a fase final sob a responsabilidade do chefe da Divisão de Administração, ELIAS MANSUR; que as compras de // maior vulto eram feitas diretamente pela chefia, composta por ELIAS MANSUR, JOSÉ IORYO e ARON ABEND, desconhecendo se havia ou não tomada de preços; que, entre essas compras cita as das camionetas Rural // Willys, Amplificadores, Megafones, Projetores, assim como também os impressos de propaganda; perguntado como estava organizado o sistema administrativo do PNA, declarou que não havia nenhuma organização // dentro do PNA; tentaram criar uma pequena máquina administrativa, máquina esta que não deu resultado algum porque o Serviço de Seleção // de Pessoal não estava preparado para selecionar o material humano necessário; porque não houve interesse em preparar um organograma para distribuição de serviço dentro das funções específicas; porque havia falta de direção por parte dos responsáveis pela administração; que tudo isso gerou a realização de todos os serviços num sistema de imediatismo que prejudicou o desempenho dos trabalhos; perguntado como se processavam os pagamentos do PNA, declarou que esses pagamentos // eram feitos em moeda corrente por José Ioryo que agia como a própria tesouraria do Programa, pagando, recebendo e contabilizando, sendo a pessoa que sabia e informava da situação financeira do PNA; Perguntado porque se afastou do PNA, declarou que por desavenças pessoais // com a chefia, Elias Mansur, em consequência de desentendimento de sistema de trabalho; que anteriormente já havia solicitado demissão por duas vezes, a primeira em virtude da desorganização reinante no PNA e a segunda em virtude de desentendimentos com o Serviço de Pessoal, motivado pela admissão de pessoas não habilitadas; // perguntado se tivera conhecimento da orientação comunista que vinha sendo imprimida ao PNA, declarou que não foi dada nenhuma orientação política aqueles que funcionavam na Administração do Programa; que, entretanto, se recorda de que quando solicitado a mandar manufaturar as apostilas que seriam fornecidas aos futuros alfabetizados, uma representante da Divisão de Alfabetização lhe disse que essas apostilas não poderiam ser impressas fora do Ministério, acreditando que as mesmas fossem de natureza sigilosa; perguntado se sa-

(continua ...)

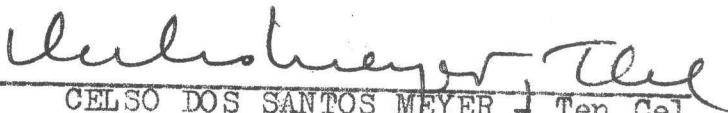
2707

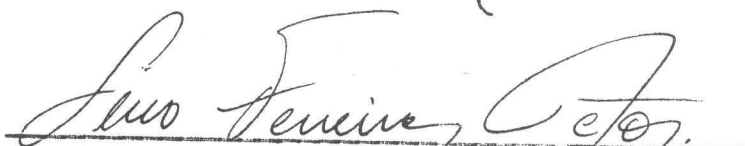
212

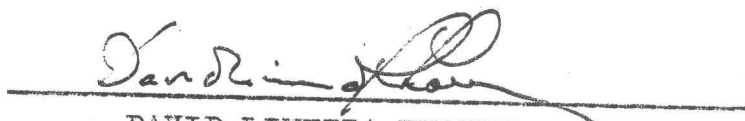
Brazner Fls 141

CONTINUAÇÃO

bia da "Frente Única" entre o Partido Comunista (PC) e a Ação Popular (AP) para atuação no PNA, declarou que desconhecia completamente esse fato. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquerito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão DAVID LIMEIRA/KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.


CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquerito


LINO FERREIRA NETO
Testemunha


DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão

TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

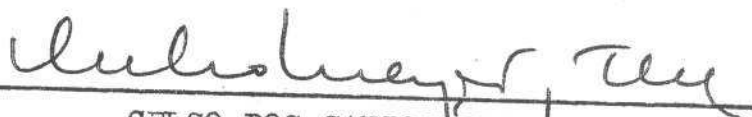
Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente Coronel CELSON DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu a ARISTIDES RIVELLI, a fim de ser interrogado de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Chefe da Seção de Comunicação do Serviço do Pessoal da Divisão de Administração do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama ARISTIDE RIVELLI, tem vinte e três anos de idade (20 de dezembro de 1941), filho de /// Giuseppe Rivelli e de Artenisia Falce Rivelli, solteiro, natural de Casaletto Spartano - Itália, estudante da Escola Nacional de Química e que reside na Avenida Pasteur nº 404 - fundos; perguntado como veio a participar do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que soube da existência do Programa através de folhetos distribuídos na Cinelândia; compareceu depois ao Ministério da Educação e Cultura, no 11º andar, onde foi apresentado à Chefia, digo ao Chefe do Serviço de Pessoal, LENISE BARROS, a qual mostrou seu interesse em ingressar no Programa; que, tendo em vista a necessidade de pessoas de nível universitário, com um pouco de experiência em serviços de arquivo, datilografia e de redação, foi aceito por preencher essas condições; perguntado qual o trabalho que lhe competia no PNA, respondeu que no exercício da função de Chefe da Seção de Comunicação, era encarregado da redação de ofícios, arquivos de ofícios recebidos e expedidos, comunicação externa e datilografia; perguntado qual o seu ordenado nessa função, respondeu que o ordenado era de Cr\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros) mensais; perguntado se sabia da existência de uma Frente Única do PNA, organizada entre o Partido Comunista (PC) e a Ação Popular (AP), respondeu que não; perguntado se admitia a autoria do documento intitulado "Contribuição crítica dos Chefes de Seções do Serviço do Pessoal do Programa", em que declara que sua participação no PNA prendia-se única e exclusivamente à consecução dos seus objetivos políticos e ideológicos, respondeu que a pedido do senhor ARON ABEND, em vista do mau andamento do serviço, foi confeccionado um documento crítico pelos quatro chefes de seção do Serviço de Pessoal em que pretendiam eliminar as falhas burocráticas existentes, admitindo ser um dos autores do documento; perguntado como define os objetivos políticos e ideológicos do PNA, respondeu que o termo político referia-se à integração dos analfabetos na vida política do país, enquanto o termo ideológico referia-se a dar ao analfabeto condições para a escolha de candidatos realmente democráticos; perguntado se sabia que o PNA visava a formar eleitores, respondeu que sim; perguntado se sabia ser a orientação do PNA de sentido comunista, respondeu que não; perguntado se conhecia a posição político-ideológica de ARON ABEND, ELAIS MANSUR, MARCUS MACHADO DE ALENCAR, WILSON DO NASCIMENTO BARBOSA e LENISE BARROS, respondeu que não, perguntado se o PNA estava bem organizado ou funcionava de forma con-

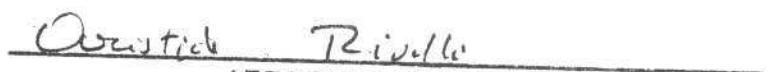
(continua ...)

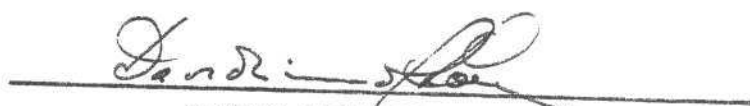


CONTINUAÇÃO

fusa e desordenada, respondeu que o mesmo funcionava de forma quase que desordenada; perguntado qual o regime de trabalho em que funcionava no PNA, respondeu que trabalhava das 0900(nove) horas as 1900 (dezenove) horas, com um intervalo de 0200(duas) horas para almoço; perguntado qual o regime de funcionamento da Escola Nacional de Química, respondeu que a mesma funcionava em regime de aulas teóricas integral, sem presença obrigatoria, sendo esta apenas exigida nas aulas práticas; perguntado como coordenava, depois das férias, o horário do PNA com o horário da Escola Nacional de Química, respondeu que faltou as aulas teóricas e a grande maioria das práticas para poder trabalhar no PNA; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que sua participação nos trabalhos do PNA prendeu-se ao seu desejo de contribuir para a melhoria das condições de vida dos analfabetos, de forma a propiciar-lhes uma melhor situação na sociedade brasileira. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado// deste Inquerito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivao, que o escrevi.


CEL SO DOS SANTOS MEYER - Tem Cel


ARISTIDE RIVELLI
Indiciado


DAVID LIMEIRA KHOURY Cap
Escrivao



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se adh, digo achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, com o Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu ao JOSÉ HELENO RODRIGUES VIEIRA, a fim de ser interrogado de acordo com a Delegação de Podêres nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e Movimento de Cultura Popular e das quais, na condição de Chefe da Seção de Cadastro e Finanças da Divisão de Administração do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama JOSÉ HELENO RODRIGUES VIEIRA, ter vinte e sete anos de idade (15 de julho de 1937), solteiro, filho de Lourival Viveira de Oliveira e de Maria Jose Rodrigues Vieira, natural de Leopoldina - Estado de Minas Gerais, bancário e que reside na Rua Ministro Viveiros de Castro 122 aptº 15 - Copacabana; perguntado como veio a participar do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que teve conhecimento do PNA no restaurante dos estudantes no Calabouço e como já havia trabalhado em entidades afins, como a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, candidatou-se a uma vaga naquele Programa; começou a trabalhar no referido Programa em 16 de janeiro de 1964; perguntado com quem se entendeu no PNA para ser admitido, respondeu que foi atendido pelo Chefe do Serviço do Pessoal, LENISE DE BARROS; perguntado se a sua admissão obedeceu a algum processo de seleção ideológica, respondeu que a sua admissão verificou-se em virtude de trabalhos identicos executados na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) bem como pela experiência bancária que possuía; perguntado como explicou o documento de sua autoria juntamente com os demais chefes de seção do Serviço de Pessoal em que declara que sua participação no PNA prendia-se unida e exclusivamente aos seus objetivos político-ideológicos, respondeu que participou da feitura do referido documento em consequência de ser um dos chefes do Serviço do Pessoal, aos quais foi solicitado a elaboração do documento, contendo críticas e sugestões para uma reformulação do Programa; perguntado quem lhe fez tal solicitação, respondeu que a solicitação foi feita pela direção do Programa, digo foi feita por ARON ABEND, Coordenador Regional do Programa; perguntado a que título foi feita essa solicitação, respondeu que o documento serviria de subsídio a nova orientação que seria dada ao Programa, porque sentiam que o Programa estava desorganizado, notadamente no Serviço de Admissão do Pessoal, onde não era observado o critério de capacidade; que as admissões em geral eram feitas mais a base de amizade; perguntado se conhecia alguém da direção do PNA ao ser admitido, respondeu que não; perguntado se sabia que o PNA obedecia a orientação comunista, respondeu que desconhece qual quer orientação nesse sentido; perguntado se sabia que ARON ABEND, ELIAS MANSUR e WILSON NASCIMENTO BARBOSA eram comunistas ou considerados como tal, respondeu que desconhece o que lhe é perguntado; perguntado se sabia qual a posição político-ideológica de MARCUS MACHADO DE ALENCAR e de LENISE DE BARROS, respondeu que pouco os conhecia, não podendo fazer qualquer juízo da posição político-ideológica dos mesmos; perguntado se sabia da existência de Frente Única entre o Partido Comunista e a Ação Popular para atuação dentro do PNA, respondeu que...

(continua ...)



CONTINUAÇÃO

respondeu que não teve conhecimento da existência de tal Frente e na Divisão de Administração, onde trabalhava, não chegou ao seu// conhecimento qualquer espécie de doutrinação política; perguntado qual a sua atitude ao ser denunciada pela imprensa a orientação// comunista que vinha sendo dada ao PNA, respondeu que não teve conhecimento a não ser após a Revolução de 31 de março; perguntado// quanto percebia mensalmente no PNA, respondeu que o salário mensal era de Cr\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros); perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que não. E como nada mais disse// nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo// Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

Celso dos Santos Meyer
 CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
 Encarregado do Inquérito

José Heleno Rodrigues Vieira
 JOSÉ HELENO RODRIGUES VIEIRA
 Indiciado

David Limeira Khoury
 DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
 Escrivão



TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado desta Inquerito, comigo// Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí JACOB JOSÉ AKERSZTEJN, a fim de ser interrogado de acordo com a Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e Movimento de Cultura Popular e dos quais, na condição// de Chefe da Seção de Documentação do Serviço do Pessoal da Divisão de Administração do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama// JACOB JOSÉ AKERSTEJN, ter vinte e quatro anos de idade (7 de maio de 1940), filho de Fawel Akersztejn e de Gitla Idesa Akerszteijn, solteiro, natural do Estado da Guanabara, estudante da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil e que reside na Rua Barata Ribeiro/ nº 157, aptº 901 - Copacabana; perguntado como foi levado a participar do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que através de um colega de Faculdade, ARISTIDE RIVELLI; que durante o período de férias escolares, sabendo da possibilidade de serem aceitos como alfabetizadores, compareceram ao 11º andar do Ministério da Educação e Cultura, onde se entenderam com LENISE BARROS, Chefe do Serviço do Pessoal do PNA, sendo então admitidos com um salário inicial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e depois de Cr\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros) mensais; perguntado em que consistia o seu trabalho, respondeu que consistia na coleta de dados estatísticos, como índice populacional, índice de analfabetos, pessoas em idade escolar/ e também levantamento de dados sobre salas de aulas; perguntado se sabia que ARON ABEND, ELAIS MANSUR e WILSON NASCIMENTO BARBOSA eram comunistas ou considerados como tal, respondeu que desconhecia completamente, tendo os conhecido no PNA; perguntado se conhecia a posição político-ideológica de MARCUS MACHADO DE ALENCAR e de LENISE BARROS, respondeu que não conhecia; perguntado qual a sua atitude ao ser denunciada pela imprensa a orientação comunista que vinha sendo imprimida/ ao PNA, respondeu que não tomou conhecimento dessa denúncia; perguntado como explica o documento de sua autoria juntamente com os demais// chefes de Seção do Serviço do Pessoal da Divisão de Administração do PNA em que declara que aus participação naquele Programa prendia-se// única e exclusivamente aos seus objetivos político-ideológicos, respondeu que o mesmo foi feito a pedido de ARON ABEND, Coordenador Regional do PNA para estudo do andamento do Programa; perguntado como definiu os objetivos político-ideológicos do PNA a que se refere no documento da pergunta anterior, respondeu que políticos porque a alfabetização pelas próprias leis do país ia permitir aos alfabetizados a se inscreverem como eleitores e ideológicos porque com o voto poderiam// participar do processo democrático do país; perguntado se admitia uma orientação político-ideológica no PNA, respondeu que não sabe se o Programa tinha uma orientação político-ideológica; perguntado, face a resposta anterior, como justifica a sua participação no PNA, única e exclusivamente de forma a que "seus objetivos políticos-ideológicos// fossem alcançados, respondeu que durante a elaboração do documento passou a admitir a necessidade do Programa ter uma linha político-ideológica, segundo seus conceitos; perguntado se sabia que o Programa visava realmente a formação de eleitores, respondeu que achava que (continua ...)



CONTINUAÇÃO

a função primordial era alfabetizar e, normalmente, faria eleitores; perguntado como explica que, sendo a administração do PNA na Guanabara e Rio de Janeiro em quase toda a sua totalidade comunista, fosse dado aos trabalhos de alfabetização uma orientação que não tivesse sentido comunista, respondeu que não sabendo da orientação comunista do PNA não poderia prever que o mesmo fosse formar eleitores dentro dessa orientação; Perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que sua ida ao PNA prendeu-se a motivos financeiros e a ideia de poder realmente alfabetizar. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por di, digo findo o presente interrogatório, mandando lavar este termo que, de pois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo // Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

JACOB JOSÉ AKERSZTEJN
Indiciado

DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão

TÉRMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o Senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, com pareceu a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o consta na Delegação de Poderes nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se JORGE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, ter trinta e quatro anos de idade (19 de abril de 1930), ser natural do Estado da Guanabara, filho de João Ferreira de Oliveira e de Maria da Conceição Figueiredo de Oliveira, solteiro, indus-triário (Laboratórios Moura Brasil-Orlando Rangel SA - Rua São Ja-nuario nº 335 - São Cristóvão), residir na Rua Dias da Cruz nume-ro 221 - fundos, sobrado - Meier, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder as seguintes perguntas: perguntado qual a sua participação no Programa Nacional de Alfabetização (PNA), declarou que a mesma foi devida a convite de amigo particular, AL-MIR FÁRIA DE ALMEIDA, funcionário do Ministério da Saúde, com a finalidade pecuniária; tendo realizado as provas no dia 5 de ja-neiro de 1964, observou que o concurso demonstrava nítido caráter comunizante, muito mais demagógico do que intelectual; contrafei-to a princípio, devido ao seu temperamento democrático e também ao seu credo religioso (católico), resolveu entretanto dar as res-postas que julgava mais condizentes com o que os examinadores pre-tendiam atingir aos seus objetivos comunizantes; fez-o também por curiosidade a fim de poder, se aprovado, assistir ao curso de pre-paração de coordenadores com a intenção de sentir até que ponto po-deria alfabetizar sem infundir nos alunos as intenções subversi-vas em mente pelos organizadores do concurso; no dia 28 de feve-reiro soube pela imprensa (jornal O Dia) da sua aprovação, sendo indicado para compor a turma 14ª, cujas aulas seriam ministradas na Faculdade Nacional de Filosofia; declara ainda que durante to-do o curso verificou o que já previa, ou seja a intenção não só de alfabetizar mas e, sobretudo, a de levar os alfabetizados a revolta contra as instituições visando, particularmente, a insti-lar o ódio pelo Governador da Guanabara; destacaram-se nesse curso os senhores DILSON DA COSTA ARAGÃO, RUBENS PINHO TEIXEIRA, PAULO CÉSAR GUIMARAES BRANDÃO e um outro de sobrenome VAREJÃO, pertencendo os dois primeiros e este último a União dos Portuários do Brasil (UPB), e cuja presença no curso, segundo declaravam, esta-va em função de um outro círculo de estudos a ser fundado naquela entidade; durante as aulas demonstravam ser os elementos mais a- tuantes dessa filosofia comunizante; declarou ainda que em vista participação daqueles elementos e da supervisão, ou melhor, coor- denação de DÁRIO DE SOUZA CASTELO, instrutor da referida turma, o qual com habilidade sempre conduzia os debates naquele sentido, re-solveu (o declarante) desmascarar, na medida do possível, tais intenções, chegando, a partir da 3ª ou 4ª aula, ser tachado de "companheiro reaca" da turma, apelido esse dado pelo senhor DILSON; daí em diante, sempre que havia oportunidade, polarizava-se, di-go polarizavam-se os debates contra ou a favor de OLIVEIRA (o de-clarante) e DILSON, respectivamente; no debate da ficha de cultu-ra (12ª) "GOVERNO" essa polarização atingiu ao clímax quando apar-teado pelo senhor RUBENS de que o Governo estava trabalhando para ajudar o Presidente a fazer as Reformas de Base, declarou que a reforma essencial do Brasil deveria ser a reforma moral, pois que, entendida nas suas devidas proporções, determinaria não como dadi-va ao povo, mas, simplesmente como compenetração do dever, a exe- cução de todas as outras, sem necessidade de alardear, digo alar-

(continua ...)

CONTINUAÇÃO

des; a essa altura interveio a supervisora da turma, CLEIA, que oficializou, devido a sua função, a disputa entre as duas correntes antagônicas, tomando partido pela tese defendida por RUBENS, que era a de toda direção e orientação do curso; embora tivesse comparecido a todas as aulas ministradas e feito todos os relatórios exigidos, bem como a prova final, surpreendeu-se com a sua aprovação, visto julgar que pela sua participação oposicionista já se poderia prever ser reprovado; convocação para a reunião de posse, no auditorio do Ministério da Educação e Cultura, a qual se transformou posteriormente em assembleia, com provou haver receio de que o PNA pudesse ser interrompido, segundo declarações em público, feitas por MARCUS MACHADO ALENCAR; nessa ocasião, lembrou a Assembleia, outrossim, que devido ao sentimento religioso do povo brasileiro, as aulas não deveriam ser iniciadas imediatamente por tratar-se da Semana Santa, reba tendo os temores demonstrados, pelo senhor Marcus, com relação ao início das aulas e fracasso do PNA, pela substituição do Ministro SAMBAQUI em vista da situação reinante no país naqueles dias; sendo designado para trabalhar em Duque de Caxias - Estado do Rio de Janeiro, foi-lhe indicada a Escola Claudio, na localidade de Gramacho, onde arregimentou populares analfabetos para a formação do Círculo de Cultura no qual, de acordo com o seu temperamento e índole, pretendia alfabetizar e conscientizar os seus alunos, no sentido das suas obrigações e direitos, abstraindo-se, entretanto, da comunização visada pela orientação do PNA; talvez em função disso foi sempre seguido de perto por um supervisor, sem que todavia modificasse sua conduta, esperando inclusive, a qualquer momento, ser destituído da função que estava exercendo; o último acompanhante, de nome SAINT-CLAIR, soube residir em Niterói - RJ, desconhecendo, entretanto, seu endereço; não chegou a ministrar qualquer aula em vista de haver sido deflagrada a Revolução, na véspera da qual recebeu ordem de afastar-se do Posto de Coordenação situado em Duque de Caxias, inicialmente a Avenida Plínio Casado, onde diziam funcionava também o escritório do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e posteriormente a Estrada Rio-Petropolis, ao lado da loja Ducal, onde lhe foi dada a referida ordem; foi-lhe dito que, passada a greve dos transportes e dependendo da evolução dos acontecimentos, em caso positivo, deveria telefonar para o PNA, no Edifício do MEC, para receber novas determinações; que, por ocasião de uma conferência realizada no auditorio da Faculdade Nacional de Filosofia, a 19 de março, sobre o tema "Debates das realidades brasileiras", a cargo de um conferencista de nome WILSON de tal, constatou o profundo caráter subversivo de tal conferência que se transformou em verdadeiro comício antidemocrático, no qual foi pregada abertamente, sob frenéticos aplausos, a revolução no Brasil, por qualquer meio, oportunidade em que se destacou RUBENS PINHO TEIXEIRA na defesa dessa ideia revolucionária; a dita conferência foi realizada como encerramento do currículo destinado a formação dos Coordenadores; que, durante o Curso de Formação de Coordenadores, além dos impressos referentes ao próprio Curso e ao trabalho de alfabetização a ser realizado posteriormente, foram-lhe fornecidos várias publicações de diversos sindicatos, todas elas eivadas de propaganda subversiva baseada na ideologia marxista, tais como "A LINGADA", órgão oficial da União dos Portuários do Brasil, "O SINDIPEIRO", órgão dos trabalhadores de Petróleo nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, "POLÍTICA OPERÁRIA", órgão editado no Rio de Janeiro e São Paulo, sob a responsabilidade de RIU MAURO MARINI.

(continua ...)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTINUAÇÃO

(Avenida Almirante Barroso nº 6 - sala 1101, Rio de Janeiro e Praça da Sé nº 153, sala 307/309, São Paulo), em 12 de março de 1964; foi-lhe também ofertado o livro "QUE É A CONSTITUIÇÃO", de autoria de OSNY DUARTE PEREIRA, da Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, sob o nº 23, da Editora Civilização Brasileira S.A., por Rubens Pinho Teixeira, com a seguinte dedicatória: "Ao Oliveira, certo que nossas divergências não deixam jamais de interromper a mobilização de nossas forças em prol dos objetivos comuns dos trabalhadores. Fraternalmente, (a) Rubens, 19 de março de 1964." E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito lavrar o presente auto que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

celso dos santos meyer
 CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
 Encarregado do Inquérito

Jorge Figueiredo de Oliveira
 JORGE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
 Testemunha

David Limeira Khoury
 DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
 Escrivão

TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado / deste Inquerito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu a MAGALY BORGES, a fim de ser interrogada de acordo com a Delegação de Podêres nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Programa Nacional de Alfabetização e Movimento / de Cultura Popular e das quais, na condição de Supervisora do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), foi indicada como uma das responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-la da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu / que se chama MAGALY BORGES, ter vinte e três anos (15 de abril / 1941) filha de Jose Pamplona Borges e de Helena Destri Borges, solteira, São Paulo / SP, estudante do Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia e que reside na Rua Curuzu nº 52 aptº 101 - São Cristóvão; perguntada como ingressou no PNA, respondeu que soube pelos jornais e na Faculdade Nacional de Filosofia do referido Programa; que compareceu no Ministério da Educação e Cultura onde foi informada sobre a abertura das inscrições para Supervisor do referido Programa; perguntada como foi admitida para exercer a função de Supervisora do PNA, respondeu que se inscreveu no Ministério e fez o Curso de Supervisor ministrado por PAULO FREIRE e sua equipe; perguntada onde exercia a função de Supervisora, respondeu que no Município de Nilópolis - Estado do Rio de Janeiro; perguntada com quem se entendia em Nilópolis para exercer aquela função, respondeu // que não havia uma pessoa especificamente encarregada daquele // setor; perguntada de quem recebia suas ordens e orientação no PNA, respondeu que não havia uma pessoa com essa atribuição específica; perguntada em que Divisão do PNA se achava lotada como Supervisora, respondeu que tem impressão que era na Divisão de Administração; perguntada como se deslocava para o município de Nilópolis, respondeu que numa camioneta do Ministério da Educação e Cultura; perguntada se podia indicar o nome das outras pessoas que viajavam consigo na camioneta, respondeu // que viajava na mesma varias pessoas e que essas pessoas variavam, não se lembrando do nome de nenhuma delas; perguntada se conhecia ARON ABEND e qual sua função no PNA, respondeu que // conhecia de nome, mas que não sabe exatamente sua função; perguntada se sabia o nome de alguma outra pessoa do PNA, respondeu que havia muita gente, de varias Faculdades, que sua permanência no Ministério era muito curta, de modo que não sabe o nome de nenhuma pessoa; perguntada se conhecia VALENTINA DA ROCHA LIMA, respondeu que sim, que a conhece, como sua colega da Faculdade Nacional de Filosofia; perguntada se não sabia que VALENTINA DA ROCHA LIMA trabalhava no PNA, respondeu que sabia que ela trabalhava no PNA, mas que não sabia a sua função no Programa; perguntada se conhecia JOSE NOVAES, respondeu que o conhece da Faculdade; perguntada se JOSE NOVAES não trabalhava no PNA, respondeu que não sabe; perguntada se conhecia WILSON DO NASCIMENTO BARBOSA, respondeu que era seu colega de Curso; perguntada se o mesmo trabalhava no PNA, respondeu que sim, mas que não sabe qual a sua função; perguntada se conhecia ELIAS //

(continua)

Magalý Borg

CONTINUAÇÃO

MANSOUR SIMÃO FILHO, respondeu que conhece muito superficialmen-
te da Faculdade, mas não sabe se trabalhava no PNA; perguntada
se conhecia MARCUS MACHADO DE ALENCAR, respondeu que não o conhe-
ce nem de nome nem de vista e nada sabe sobre ele; perguntada//
se conhecia REGINA DO PRADO e LENISE PINTO DE BARROS, respondeu
que conhece ambas da Faculdade Nacional de Filosofia; que acha/
que REGINA DO PRADO era do PNA, mas que nada sabe sobre LENISE/
PINTO DE BARROS; perguntada se assinou o "manifesto" de solida-
riedade a ARON ABEND, por ter sido o mesmo criticado pelo jorna-
lista Jose MAURO, de "A Última Hora", respondeu que não se lem-
bra do manifesto; perguntada, ao lhe ser mostrado o referido ma-
nifesto (em fotocópia) com sua assinatura, se admitia tê-lo as-
sinado e reconhecia a autenticidade de sua assinatura, respondeu
que sim; perguntada como explica se achar vinculada a Organiza-
ção de Base do Partido Comunista da Faculdade Nacional de Filoso-
fia, respondeu que nunca esteve vinculada a Organização de Base/
do Partido Comunista na Faculdade; perguntada se tem fatos a ale-
gar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, res-
pondeu que não. E como nada mais disse nem lhe foi perguntada, 7
deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interroga-
tório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado//
conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA/
KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

Celso dos Santos Meyer
CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Magalay Borges
MAGALAY BORGES
Indiciada

David Limeira Khoury
DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap
Escrivão

TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquerito, comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, compareceu aí AMBROSINO DE SERPA COUTINHO, a fim de ser interrogado de acordo com a Delegação de Podêres nº 714 de fls 4, a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Ministério da Educação e Cultura e das quais, na condição de Membro do Conselho Interestadual da Ação Popular responsável por São João de Meriti e Supervisor do Programa Nacional de Alfabetização, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama AMBROSINO DE SERPA COUTINHO, ter vinte e sete anos de idade (17 de janeiro de 1938), filho de João Ribeiro de Andrade Coutinho e de Etelvina de Serpa Coutinho, solteiro, natural de Recife - Pernambuco, ser estudante da Escola Nacional de Engenharia e que reside na Casa do Estudante da Cidade Universitária - Quarto nº 313 - Ilha do Fundão - Estado da Guanabara; perguntado como veio a participar do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que soube por aviso do Diretório Acadêmico da Escola que haveria no prédio da mesma, no Largo de São Francisco, um curso de alfabetização, digo um curso de alfabetizadores do PNA; que a inscrição para esse curso seria feita no 11º andar do Ministério da Educação e Cultura; que compareceu então ao Ministério da Educação e Cultura e ali se inscreveu com uma funcionária de nome FLORA; perguntado porque fora indicado pelo Diretório para fazer aquele curso, respondeu que acredita que sua indicação se deveu ao seu conhecimento com os elementos do Diretório; perguntado se sabia que a escolha de Supervisores para o PNA obedecia a cuidadosa indicação, respondeu que sabia que só elementos de confiança dos Diretórios Acadêmicos seriam indicados; perguntado qual a atuação que teve nos trabalhos do PNA, respondeu que a maior parte do tempo em que esteve no PNA foi em curso e em fase de treinamento; quando ia começar os trabalhos de Supervisor, acidentou-se e foi afastado das funções; perguntado a quem estava subordinado no PNA, respondeu que estava subordinado à Divisão de Alfabetização cujo responsável era MARCUS ALENCAR; perguntado se era membro militante da Ação Popular (AP), respondeu que sim; perguntado como ingressara na Ação Popular, respondeu que teve seus primeiros contatos com elementos da Ação Popular na Faculdade, podendo citar entre eles JOAQUIM DE MELO BASTOS (Presidente do Diretório Acadêmico); que foi convidado por SONIA MARIA GOUVEA para uma palestra feita por LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA, sobre a Ação Popular, no Sindicato dos Textéis; perguntado como se desenvolveu a referida palestra, respondeu que a mesma teve um caráter de debates em torno do Documento Base da Ação Popular, competindo a Luiz Alberto Gómez de Souza dar os esclarecimentos solicitados pelos presentes; perguntado quais os principais dirigentes da Ação Popular, respondeu que podia citar HERBET JOSÉ DE SOUZA e LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA em âmbito nacional e Marcus Alencar e Alba Maria Sena em âmbito estadual na Guanabara além de Sonia Maria Gouvea no PNA; perguntado

(continua ...)

Alba Maria Sena

CONTINUAÇÃO

como se situava JOSÉ PINTO PIZARRO na Ação Popular, respondeu que o mesmo era considerado "ampliação", isto é, pessoa que// participa dos trabalhos mas que não pertence realmente ao grupo; perguntado o que visava a Ação Popular, respondeu que a Ação Popular visava a transformação das estruturas dentro de uma perspectiva personalista; perguntado o que entende por perspectiva personalista, respondeu que entende por perspectiva// personalista o estabelecimento de relações entre os homens de modo que cada um reconheça no outro os direitos de pessoa humana; perguntado se tinha conhecimento do informe da Fração// AP no PNA, regulando os trabalhos com o Partido Comunista Brasileiro, respondeu que teve conhecimento desse informe, o qual foi distribuído para os elementos da AP; perguntado se sabia/ quem, por aquele informe, fora designado para se entender com os representantes do Partido Comunista, respondeu que tinha// conhecimento de ter sido designado MARCUS ALENCAR; perguntado se sabia quais os representantes do Partido Comunista no PNA, respondeu que citava-se como elementos pertencentes ao Partido Comunista ARON ABEND, ELIAS MANSUR e WILSON de tal, mais conhecido por "Wilson da Filosofia"; perguntado se conhecia a natureza do trabalho que a Ação Popular e o Partido Comunista realizavam no PNA, respondeu que tinha conhecimento que a Ação Popular pretendia o trabalho de alfabetização e conscientização enquanto que o Partido Comunista tinha um objetivo mais// de exploração política; perguntado se sabia, conforme documento da Coordenação Regional do Rio de Janeiro, que o PNA visava a formação de eleitores, respondeu que não, porque não tinha tomado conhecimento desse documento até esta data; perguntado se sabia quais as razões que levaram a Ação Popular e o Partido Comunista a se organizarem em Frente Única para atuarem no PNA, respondeu que teve conhecimento através do Informe 1 da Fração da AP do PNA que seria tentada a organização// dessa Frente Única para evitar choques e atritos que se vinham verificando dentro do PNA; que sabia haver uma disputa pela// liderança do PNA entre o pessoal de cúpula do mesmo; perguntado quais os motivos das diferenças existentes entre a Ação Popular e o Partido Comunista no PNA, respondeu que era do conhecimento generalizado dos membros da AP que enquanto estes/ visavam a alfabetização e conscientização dos analfabetos, o pessoal do Partido Comunista tinha como objetivo a mobilização das massas com finalidades políticas; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que posteriormente apresentará documentos que comprovem o seu afastamento do PNA a partir, digo o seu afastamento do PNA. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

AMBROSINO DE SERPA COUTINHO
Indiciado

DAVID LIMEIRA KHOURY - Cap Escrivão

TERMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, na sede da Inspeção Seccional da cidade de São Paulo, onde se achava o senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, compareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 173 de fls. , a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se LAURO BUENO DE AZEVEDO, ter trinta e dois anos de idade (16 de abril de 1932), natural de São Paulo - Estado de São Paulo, filho de José Bueno de Oliveira Azevedo e de Maria Odete Bueno de Azevedo, casado, advogado e Procurador Contratado da Caixa Econômica Federal de São Paulo e residir na Rua Itacolomi nº 159 - Higienópolis, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder às seguintes perguntas: perguntado como foi designado Chefe de Gabinete do ex-Ministro PAULO DE TARSO, declarou que em razão de convite que lhe foi formulado pelo mesmo Ministro, com quem mantinha relações familiares e de amizade; perguntado qual a sua participação na composição do Gabinete da qual aquele ex-Ministro, declarou que sua função era eminentemente administrativa tendo contactos com os diretores, chefes e funcionários da casa e não tendo tido participação, a não ser consultiva, na formação do Gabinete; perguntado de quem fora a responsabilidade de escolha dos integrantes do Gabinete Ministerial, declarou que dita responsabilidade foi do Ministro; perguntado se conhecia algum dos integrantes do Gabinete antes da nomeação dos mesmos para exercer funções no referido Gabinete, declarou que ao que se lembra, conhecia três: o Secretário particular do Ministro, MAURICIO DOS SANTOS, o Oficial de Gabinete LUIZ OLAVO BATISTA e o Auxiliar de Gabinete LUIZ ALVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO; perguntado se podia indicar os assessores ministeriais que tratavam dos assuntos relativos a entidades estudantis, alfabetização e cultura popular, declarou que o assessor encarregado de assuntos estudantis tinha o sobrenome MEIRELES, não se recordando a testemunha de seu primeiro nome; que, quanto a alfabetização e cultura popular, os assessores não funcionavam como tais junto às respectivas comissões; que, o Secretário Executivo da Comissão Nacional de Cultura Popular era o senhor ANTONIO CARLOS DIAS FERREIRA e que o Secretário Executivo da Comissão de Cultura Popular de Brasília era o senhor ANDRÉ LUIZ REIS; perguntado quais os pontos fundamentais do programa do ex-Ministro Paulo de Tarso no Ministério da Educação e Cultura, declarou que segundo os reiterados pronunciamentos públicos do ex-Ministro, sua principal preocupação no Ministério era a de levar a cultura ao povo dando a este acesso à educação e, notadamente, promovendo a sua alfabetização; perguntado se sabia das razões da nomeação de LAURO DE OLIVEIRA LIMA para a Diretoria do Ensino Secundário (DES), declarou que dita nomeação ocorreu em consequência do pedido de demissão apresentado pelo antigo Diretor, Doutor Gildásio Amado; que, quanto ao critério de escolha do substituto, LAURO DE OLIVEIRA LIMA, a testemunha não sabe informar qual teria sido, tendo porém a impressão de que o Ministro Paulo de Tarso anteriormente não o conhecia, pelo menos pessoalmente; perguntado se soubera da intenção do ex-Ministro Paulo de Tarso de nomear para aquela Diretoria outra pessoa e, caso

(continua.)

J. Azevedo.

CONTINUAÇÃO

afirmativo, quem seria o nomeado, declarou que a testemunha se lembra de que logo após a exoneração, a pedido, do doutor Gildágio Amado, o Ministro não tinha de imediato um nome para a substituição; estava à procura de um nome; que, a testemunha pode afirmar que o Ministro não cogitou da nomeação do senhor HERBERT JOSÉ DE SOUZA, nome que foi mencionado há pouco, verbalmente, à testemunha, tendo cogitado sim da nomeação do senhor LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA, nomeação essa que não se concretizou, por motivos que a testemunha não conhece com precisão; a testemunha se lembra de que, naquela ocasião, houve realmente uma confusão entre os nomes das duas pessoas acima mencionadas, confusão esta que surgiu, se não falha a memória da testemunha, de uma notícia da imprensa; perguntado se sabia por que não se concretizara a nomeação de Luiz Alberto Gomes de Souza, para a Diretoria do Ensino Secundário, declarou que reitera que não se lembra com precisão desses motivos; perguntado se sabia das razões da nomeação de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL para a Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), declarou que com as circunstâncias referentes a esta nomeação a testemunha não teve nenhum contato; perguntado se sabia das razões da nomeação da professora MARIA YEDDA LEITE LINHARES para o Serviço de Rádio Difusão Educativa, declarou que não teve conhecimento dessas razões; perguntado se sabia das razões da convocação do professor PAULO FREIRE pelo ex-Ministro Paulo de Tarso, declarou que, ao ver da testemunha, o Ministro Paulo de Tarso, logo no início da sua gestão, convidou o professor Paulo Freire a prestar sua colaboração, em função das notícias que tinha o Ministro da eficiência do método do referido professor, para alfabetização, já aplicado antes, com êxito, em Angicos, no Rio Grande do Norte; perguntado se sabia das razões da exoneração do ex-Ministro Paulo de Tarso, declarou que ao ver do depoente o principal motivo que levou o Ministro Paulo de Tarso a pedir demissão de seu cargo foi a progressiva campanha de imprensa que sofreu, campanha esta que, ainda ao ver da testemunha, se deveu ao crescimento de interesses contrariados pela ação independente do Ministro. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

LAURO BUENO DE AZEVEDO
Testemunha

REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivão

Reynier

Folha 320

[Handwritten signature]

TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, na sede da Inspeção Seccional da cidade de São Paulo, onde se achava o Senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivao, compareceu aí PAULO DE TARSO SANTOS, a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 173 de fls. , a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Ministério da Educação e Cultura e das quais, na condição de Ministro de Estado da Educação e Cultura, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama PAULO DE TARSO SANTOS, de trinta e oito anos de idade (12 de janeiro de 1926), filho de Vasco Santos e de Maria Soares Santos, casado, natural de Araxá - Estado de Minas Gerais, advogado e que reside na Alameda Santos nº 778 - 4º andar - apartamento nº 42 - Jardim Paulista; perguntado quais as principais linhas de sua gestão no Ministério da Educação e Cultura, respondeu que essas linhas estão expostas em documentos escritos que o depoente juntará a este IPM; numa tentativa de síntese, preocupou-se o depoente em evitar que a educação fôsse mero adorno, simples meio de conquista de uma posição social mais vantajosa, embora em divórcio com as exigências do desenvolvimento nacional; teve o depoente a preocupação de amparar o ensino nos três níveis - primário, médio e superior - encarando a educação não como requisito prévio da promoção humana do povo brasileiro mas como um processo que deve incorrer, digo que deve correr paralelamente com essa ascensão; com tal propósito amparou as iniciativas do Ministério que encontrou em curso e que lhe pareciam harmônicas com o interesse público; nos termos da Lei de Diretrizes e Bases procurou o depoente fazer com que o Ministério fôsse um órgão integrador dos sistemas de ensino do país, razão pela qual deu cumprimento ao Plano Trienal de Educação, colocando recursos do Ministério à disposição dos Estados e de Municípios, numa política descentralizada, segundo critérios objetivos elaborados pela Secretaria Executiva desse Plano; deu ênfase o depoente ao problema de alfabetização de adultos e de educação de base em geral, convidando para o Plano Nacional a equipe do professor PAULO FREIRE que realizara uma experiência piloto em Angicos, no Rio Grande do Norte, sob o patrocínio do governo do Estado e da Aliança para o Progresso; no setor do ensino médio preocupou-se o depoente em fazer com que os estudantes secundários tivessem pelo menos um início de qualificação profissional evitando o equívoco de supor que a escola média tem por finalidade apenas preparar alunos para o curso superior; é sabido que apenas uma percentagem mínima dos alunos que cursam a escola média chegam à escola superior; procurou por isso incrementar os chamados Ginásios Modernos, simplificar o problema dos livros didáticos, valorizar a atuação das Associações de Pais e Mestres e desburocratizar o sistema de exames de madureza, etc; no ensino superior cuidou o depoente de estabelecer um sistema de orçamento programa para racionalizar as despesas das Universidades, fixando critérios gerais sem afetar a autonomia universitária; elaborou, através da Diretoria do Ensino Superior, um projeto de universidade, para o Es

(continua...)

Paulo Freire

[Handwritten signature]

CONTINUAÇÃO

tado de Mato Grosso, como modelo, incipiente embora, de Universidade; prestigiou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) para melhorar o nível do professorado primário; amparou, no limite máximo das possibilidades do Ministério, iniciativas privadas idôneas no setor do ensino; procurou vitalizar setores como o do ensino industrial, do ensino comercial, valorizando a atuação das respectivas Diretorias; perguntado se a seleção dos integrantes de seu Gabinete fôra de sua inteira responsabilidade, respondeu que como Ministro não foge à responsabilidade dos atos que praticou; as escolhas foram feitas pelo depoente consultando especialmente seu Chefe de Gabinete; era intenção do depoente selecionar uma equipe na base da atuação concreta dos respectivos elementos, no Ministério; tal equipe não chegou a ser inteiramente constituída dada a curta permanência do depoente no Ministério; perguntado se conhecia a posição política e ideológica de seus Assessores, respondeu que ou conhecia previamente ou procurou conhecer, quando da nomeação; perguntado se sabia qual a posição política e ideológica do senhor HERBERT JOSÉ DE SOUZA, seu Coordenador da Assessoria, respondeu que sempre vinculou o senhor Herbert José de Souza a um movimento social de inspiração cristã; o depoente tinha conhecimento por exemplo das vinculações do referido funcionário com o Padre LIMA VAZ e com a Escola de Filosofia Política que resultou de estudos básicos elaborados por esse Padre, conhecida pela sigla de "AP" (Ação Popular); perguntado qual o seu conhecimento sobre Ação Popular (AP), respondeu que pelo depoimento político relacionado com os estudos filosóficos do citado Padre Lima Vaz; chegou a se organizar no setor universitário e o depoente teve conhecimento de iniciativas dessa organização em atuação paralela com o Movimento de Educação de Base (MEB); acompanhou também o depoente debate público havido no Rio Grande do Sul sobre a chamada linha política de AP; a marcada preocupação cristã desse grupo do Rio Grande do Sul pareceu ao depoente razoável revelando a preocupação de evitar a confusão do movimento com o Partido Comunista; perguntado se fôra sua escolha dos assessores MARCUS MACHADO ALENCAR, ANTONIO CARLOS BERNARDO e JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, respondeu que quanto ao primeiro julga o depoente que a indicação partiu do senhor Herbert José de Souza; o segundo foi indicado pela equipe de "SAGMACS", organização de assessoria ligada ao movimento de economia e humanismo do Padre Debret, digo Padre Lebre; e o terceiro foi Diretor da Fundação Cultural de Brasília quando da gestão do depoente na Prefeitura do Distrito Federal; convidou o depoente para o setor de imprensa esse colaborador por ter conhecido sua eficiência, anteriormente e sobretudo por ser um homem que redige bem e que é bem relacionado no setor de imprensa; perguntado quem lhe indicara o nome do professor LAURO DE OLIVEIRA LIMA para a Diretoria do Ensino Secundário, respondeu que se não falha a memória do depoente, a primeira indicação partiu do senhor CELSO LAMPARELLI, Assessor Chefe de Educação da citada equipe de SAGMACS, que acompanhou o depoente a Bogotá e que já havia participado da reunião em, digo anterior em Lima; perguntado se antes da nomeação do professor Lauro de Oliveira Lima cogitara de algum outro nome para aquela Diretoria, respondeu que quando procurava se fixar num nome para a escolha definitiva, chegou o depoente a cogitar da nomeação interina de alguém de seu Gabinete, tendo pensado no nome do senhor LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA, solução que não chegou a se concretizar; perguntado qual a razão da exoneração a pedido do professor Gildásio Amado da Diretoria do Ensino Secundário, respondeu que o pedido de exoneração resultou de um incidente telefônico entre aquele Diretor e o Chefe do

(continua...)

322
Brazina
322

CONTINUAÇÃO

Gabinete do depoente, sobre a nomeação da Inspectora Seccional de Pernambuco, que o depoente nomeara sem consulta prévia àquele Diretor, no exercício de suas atribuições ministeriais e após consulta sobre os aspectos formais da nomeação, a Dona Isabel Grilo, Chefe da Divisão do Pessoal; se o depoente tivesse tido conhecimento prévio da praxe de se ouvir o Diretor sobre nomeações como essa, assim teria agido o depoente em consideração ao professor Gildásio Amado e aos serviços por ele prestados ao Ministério, o que foi pelo depoente / reconhecido publicamente quando da posse do professor Lauro de Oliveira Lima; perguntado se determinara ao professor Lauro de Oliveira Lima a mudança imediata da Diretoria do Ensino Secundário (DES) para Brasília, respondeu que houve uma recomendação sua nesse sentido, dentro da orientação geral que adotara de estimular a transferência de órgãos do Ministério para a Capital Federal; quando o depoente deixou a Pasta estavam em elaboração alguns planos capazes de viabilizar essa e outras transferências; perguntado se tomara conhecimento do clima de agitação criado pelo professor Lauro de Oliveira Lima na DES e no próprio país, respondeu que as notícias que chegaram ao conhecimento do depoente sobre isso ele as vinculou à campanha de imprensa que se realizava contra o Ministério em geral e contra o depoente em particular; achou mais o depoente que tais notícias careciam de isenção de ânimo em virtude do clima que o professor Lauro de Oliveira Lima criara, de animosidade contra si, pela adoção de algumas medidas especialmente as últimas sete portarias por ele propostas à assinatura do depoente; perguntado quem lhe indicara o nome de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL para Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), respondeu que julga ter sido a indicação feita pelo senhor Herbert José de Souza, que a justificou, digo que a teria justificado alegando ser o senhor Pontual funcionário categorizado da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), o que fazia com que a solução fosse apresentada como a indicada, no próprio plano da administração; lembra-se o depoente de ter tido / por iniciativa própria, uma entrevista pessoal com o senhor Pontual, na qual o depoente procurou, expressamente, ouvi-lo sobre sua posição ideológica, ocasião na qual esse funcionário negou, expressamente, qualquer filiação ideológica sua ao marxismo ou ao comunismo; a iniciativa do depoente parece-lhe, hoje, com, digo num esforço de memória, ter sido o resultado de alguma informação pelo depoente recebida sobre as posições políticas do senhor Pontual; perguntado se naquela oportunidade fora informado de que Roberto Gonçalves Pontual não possuía curso superior, tinha apenas vinte e três anos de idade e era funcionário interino da CASES há apenas dois anos, respondeu que não se lembra de ter tido conhecimento prévio de todos / esses dados, podendo precisar que o que pesou em seu espírito e fez com que o depoente superasse dúvidas iniciais foi a circunstância / de já estar o funcionário ligado ao setor; perguntado se, antes da nomeação de Roberto Gonçalves Pontual para a DEEE, chamara a Brasília o Diretor-Substituto daquela Divisão, à época, senhor ELCIO AMARAL CARVALHO, manifestando-lhe sua intenção de que o mesmo continuasse naquele posto, respondeu que é possível que isso tenha ocorrido embora o depoente não guarde memória exata do fato; perguntado se nessa oportunidade não teria manifestado àquele ex-Diretor-Substituto o seu desejo de que as entidades estudantis fizessem parte do Conselho da CASES, respondeu que fazendo remissão à sua resposta anterior, acrescenta que é possível que tenha manifestado tal opinião naquela oportunidade; perguntado se o referido ex-Diretor-Substituto da DEEE não concordando com essa orientação tivesse manifestado a sua intenção de não continuar naquele posto, colocando-o à disposição (continua...)

Lauro de Oliveira Lima

1.2.11

CONTINUAÇÃO

posição do depoente na sua qualidade de Ministro, respondeu que não creê que tal divergência tenha havido em termos assim pereptórios // frontais, pois isso constituiria fato inusitado, do qual certamente o depoente guardaria memória; perguntado se determinara a Roberto Pontual uma coordenação intensa com os sindicatos trabalhistas, respondeu que não se lembra de ter feito tal ref. digo tal recomendação por não lhe parecer que a CASES fosse órgão próprio para isso; deve acrescentar, entretanto, que realmente teve preocupação, de um modo geral, em manter boas relações com os sindicatos; perguntado se autorizara a realização do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife - Pe, de 15 a 21 de setembro de 1963, respondeu que realmente deu a sua autorização à realização desse Encontro, tendo incumbido de promover a coordenação do mesmo especialmente o senhor LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA, da Assessoria / do depoente, ligado também ao MEC, entidade que o depoente sempre prestigiou; perguntado porque tendo instituído a Comissão de Cultura Popular, com sede em Brasília, não entregou à mesma a coordenação das atividades relativas àquele Encontro, respondeu que a atribuição da mencionada tarefa ao senhor Luiz Alberto Gomes de Souza não excluiu a participação nos trabalhos preparatórios do Encontro da aludida Comissão, tendo memória o depoente de que tal participação se deu especialmente, digo especialmente através do senhor ANTONIO CARLOS DIAS FERREIRA; perguntado se foi informado por seu Representante naquele Encontro, Roberto Gonçalves Pontual, da presença de elementos comunistas ao mesmo, presença essa reconhecida de público pelo ex-Governador de Pernambuco, MIGUEL ARRAES, no discurso que proferiu na solenidade de encerramento e que iniciou dirigido, digo dirigindo-se a todos os representantes presentes e também aos comunistas, respondeu que não recebeu qualquer informação sobre tal presença e não tem conhecimento dos termos do discurso então proferido pelo senhor Miguel Arraes; acrescenta que não compareceu ao Encontro o que fez com que tivesse tido o depoente oportunidade de entrar em contato com os grupos participantes, digo acrescenta que não compareceu ao Encontro o que fez com que não tivesse tido o depoente a oportunidade de entrar em contato com os grupos participantes; perguntado quem lhe indicara o nome de MARIA YEDDA LEITE LINHARES para Diretor do Serviço Rádio Difusão Educativa, respondeu que a indicação lhe foi feita pelo Deputado SERGIO MAGALHÃES; como o depoente atendera a alguns pedidos ou indicações do PDC da Guanabara, recomendara-lhe o Presidente da República que procurasse prestigiar, de alguma maneira, também o PTB da Guanabara; em decorrência disso entrou o depoente em contato com aquele Deputado cujo critério o depoente tinha motivos para confiar, inclusive pela observação pessoal que sempre fez de sua atuação na Câmara Federal, onde foi sempre Deputado respeitado e eficiente; perguntado se sabia que aquela Diretora transformara as finalidades essencialmente educativas e culturais / da Rádio, introduzindo na mesma atividades de caráter político, respondeu que fez uma visita a essa Rádio após a nomeação da professora Yedda e teve com ela três ou quatro contatos pessoais, não lhe tendo ficado desses encontros a impressão de que a aludida professora tivesse qualquer intento ou programa subversivo, digo programa político para as atividades daquela Rádio; na condição de professora da Faculdade de Filosofia o depoente a considerou na época como suficiente para a garantia de uma atuação em nível compatível com as finalidades da Rádio; perguntado quem lhe indicara o nome de JOAQUIM ROBERTO FREIRE para Diretor do Serviço Nacional do Teatro (SNT), respondeu que a indicação partiu de elementos representativos da classe teatral de São Paulo, com a qual o depoente sempre teve boas relações -

(continua...)

Luis Alberto Gomes de Souza

323
P. de A.

P. de A.

CONTINUAÇÃO

ções desde a sua passagem pela Câmara Municipal de São Paulo; acrescenta entretanto o depoente que tinha conhecimento pessoal com o senhor Roberto Freire, respeitado inclusive pelos meios católicos de São Paulo como médico, teatrólogo e jornalista; perguntado qual a sua interpretação de Cultura Popular, respondeu que abordou o tema algumas vezes em pronunciamentos que fez como Ministro; reitera numa síntese que cultura popu, digo que por cultura popular entende um sistema de preservação das fontes nacionais de nossa cultura, o folclore, feitos militares e tradições nacionais em geral; tal preservação não se confunde, na visão do depoente, apenas com uma vulgarização da chamada cultura de elite; de qualquer forma entretanto procurou o depoente também facilitar o acesso de um maior número a essas atividades culturais, através dos estímulos que deu ao trabalho do Conselho Nacional de Cultura, na pessoa do Embaixador PASCHOAL / CARLOS MAGNO; o interesse do depoente pela defesa, por exemplo do nosso folclore, ficou evidente na atuação do depoente como Prefeito de Brasília e nos contatos que o depoente teve com o senhor EDSON / CARNEIRO, alto funcionário do Ministério; perguntado se ao instituir a Comissão de Cultura Popular visava atingir as finalidades expressas na resposta acima, respondeu que via essa Comissão como órgão / integrador dos vários setores do Ministério ligados aos temas que abordou e encarregada especialmente de implantar no plano nacional o citado sistema do professor PAULO FREIRE; perguntado se sabia que as legendas "cultura popular" e "alfabetização" eram utilizadas como "frente", particularmente pelos comunistas, para obter a dominação política do país, respondeu que como procurou explicar viu com êxito explicar, com pormenores, em seus depoimentos nos IPM do II / Exército e da 4ª Zona Aérea, tem ele depoente uma tradição de treze anos de vida pública, numa luta contra o comunismo, adotando o "combate lado a lado"; assim, a presença dos comunistas nos setores de cultura popular e alfabetização, o depoente a tomava como um estímulo à sua atuação cristã; se mais não conseguiu terá sido em função de suas deficiências; mas sempre teve a preocupação de não ser instrumento da luta comunista; perguntado porque, sabendo ser a União Nacional dos Estudantes (UNE) uma entidade mais voltada para a agitação política em torno dos problemas de crise nacional do que propriamente para os problemas das classes estudantis, prestígiou e apoiou inclusive financeiramente, as atividades daquela entidade, respondeu que todos os Ministros da Educação liberaram verbas em favor da UNE mesmo porque ela foi, até o Movimento de Abril, entidade com existência legal, representativa dos estudantes superiores do país; tanto isso é exato que o Orçamento da República sempre consignou // verbas à UNE, votadas portanto pelo Congresso Nacional; quanto às verbas orçamentárias não específicas, lembra-se o depoente de ter destinado algumas àquela entidade, com o propósito de propiciar a integração dos estudantes de nível superior na campanha que o depoente pensava realizar em favor da alfabetização, especialmente da população adulta do país; ao agir assim, sempre procurou o depoente // louvar-se em pareceres dos órgãos técnicos do Ministério, especialmente o Departamento de Administração, cujo Diretor, doutor JULIO / SAMBAQUY, dera ciência ao depoente do critério com que a UNE presta // va contas das verbas que recebia; agiu sempre o depoente no limite de suas atribuições próprias, procurando realizar obra de critério; perguntado se havia prestigiado com a sua presença os Congressos // promovidos pela UNE em Santo André - São Paulo e em Salvador - Bahia, este último denominado de "Congresso do Mundo Subdesenvolvido" e de caráter bastante vinculado às atividades de natureza comunista, respondeu que realmente esteve presente nos dois Congressos, tendo //

(continua...)

320
Bragança
[Signature]

CONTINUAÇÃO

do mensagens escritas, divulgadas pela imprensa, nas quais reiterou suas posições cristãs; quanto ao Congresso de Salvador acha o depoente que sua presença serviu de estímulo aos grupos democratas cristãos lá presentes, especialmente o do Chile, sem falar nos grupos nacionais, todos disputando, como um sistema, a liderança do Encontro; perguntado se não considerava um estímulo a sua presença como Ministro em Congressos promovidos por uma entidade como a UNE que a dotava, como foi dito, uma linha quase que exclusiva de agitação política e até mesmo ideológica, respondeu que sempre procurava marcar essa presença com pronunciamentos escritos que deixavam bem claras as posições dele depoente; por outro lado sempre achou o depoente indispensável o diálogo do Ministro da Educação com os estudantes superiores do país, preservada a autoridade do cargo ministerial; no caso do depoente, como já foi dito, esse contato operava-se através da UNE que era, digo porque ela era a entidade oficial representativa desses estudantes; perguntado se sabia do ambiente existente no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, ao qual os estudantes em geral tinham acesso sem quaisquer restrições e em quais quer trajés, utilizando mesmo o elevador privativo do Ministro e as próprias dependências de seu Gabinete, em sua ausência, mas com o conhecimento de seu Representante e seus Assessores, respondeu que ficava a maior parte do tempo em Brasília, despachando em seu Gabinete; como seu Representante no Rio de Janeiro, indicou o professor HELI MENEGALE, de longa tradição funcional naquela casa; este funcionário nunca relatou ao depoente esses fatos, podendo o depoente acrescentar que, em suas passagens pela Guanabara, o acesso de estudantes a seu Gabinete sempre se fez em termos normais e respeitosos; perguntado as razões de sua exoneração do cargo de Ministro da Educação e Cultura, respondeu que contra o depoente se organizou naquela época campanha de imprensa sem precedentes, que acabou por deformar o depoente como homem público chegando ao exagero da ofensa pessoal como se deu no artigo "CAO", do senhor ASSIS CHATEAUBRIAND; nesse artigo foi o depoente chamado de "cafageste", "atoa", "de sargeta", "o mais vil dos brasileiros", etc; ataques como este, suspeitos muitas vezes, como explicou o depoente no II Exército e na 4ª Zona Aérea, acabaram por criar um clima de animosidade contra o depoente até mesmo em certos setores de cúpula de seu partido; que, a verdade entretanto é que a defesa do depoente contra tal artigo foi feita da tribuna da Câmara pelo Marechal JUAREZ TÁVORA; além disso, dois dias antes do pedido de demissão do depoente, as chamadas "forças populares" haviam praticamente rompido com o governo, sem darem ciência prévia de sua decisão ao depoente; ora, em atritos com certas áreas de seu Partido, sem a cobertura da Frente Parlamentar Nacionalista que denunciava a indefinição do governo considerou-se o depoente sem sustentação política para a consecução das metas que programara; a referida campanha de imprensa por outro lado procurava apresentar o depoente à opinião pública como um "carreirista" apegado ao cargo; e assim quiz o depoente com seu pedido de demissão contestar concretamente essas versões; o depoente não pleiteara o Ministério e procurou demonstrar que não tinha apêgo à posição de Ministro; sua atitude, na época, foi criticada por elementos representativos das chamadas "esquerdas nacionais", tais como o Deputado MARCO ANTONIO que considerou precipitada a atitude do depoente e a Deputada ADALGISA NERY que escreveu artigo contra a atitude que o depoente assumiu; é verdade que a UNE se mostrava disposta a continuar prestigiando a atuação do depoente mas este não considerou este apoio suficiente para uma atuação independente e eficiente; ao voltar à Câmara fez o depoente um discurso sobre sua atuação e sua saída do Ministério, cujo texto juntará oportunamente aos autos dos

(continua...)

[Signature]

CONTINUAÇÃO

te Inquérito para completar a presente resposta; no encontro que o depoente teve com o Presidente da República este insistiu para que o depoente continuasse no Ministério e a insistência foi tal que o Presidente recusou-se a aceitar a carta de demissão naquela encontro, o que fez com que o depoente a entregasse no dia seguinte, por volta das 11,00 horas da manhã, ao Chefe do Gabinete Civil; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que como disse pretende, digo vai juntar documentos comprobatórios das declarações que fez e, eventualmente, de outros aspectos de sua atuação no Ministério. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, de pois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivao, que o escrevi.

CELSON DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

PAULO DE TARSO SANTOS
~~Indiciado~~

REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivao

Blayner *Fls 327*
[Signature]
[Signature]

TÉRMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o Senhor Tenente Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, compareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 173 de fls *[blank]*, a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se JOSÉ CARLOS NOGUEIRA RIBEIRO, ter quarenta e oito anos de idade (23 de março de 1916), natural de Silvestre Ferraz - Estado de Minas Gerais, filho de José Coelho Gomes Ribeiro e de Maria Amelia Nogueira Ribeiro, casado, ser funcionário público federal pertencente ao Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, na condição de Técnico de Educação e Professor do Ensino Secundário e residir na Super Quadra nº 305, Bloco B, apartamento nº 403, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder às seguintes perguntas: perguntado qual a função que exercia no Gabinete do ex-Ministro JULIO FURQUIM SAMBAGUY, declarou que exerceu a função de Chefe de Gabinete para a qual foi convidado pelo Ministro Julio Sambaguy; perguntado de quem fora a responsabilidade pela seleção dos integrantes do Gabinete Ministerial, declarou que a maior parte dos Assessores e Oficiais de Gabinete foram da escolha do próprio Ministro mas o declarante escolheu e indicou à designação do senhor Ministro três ou quatro elementos, funcionários do Ministério, para integrarem a Assessoria de seu Gabinete; perguntado se podia indicar os pontos básicos da gestão do ex-Ministro Julio Sambaguy, declarou que o ex-Ministro Julio Sambaguy é funcionário antigo do Ministério, onde exerceu sempre funções de grande responsabilidade e foi sempre conhecido como homem muito dinâmico e objetivo com uma grande capacidade de compreensão dos problemas e desejo de resolvê-los com a maior eficiência e presteza; por esse motivo, tendo sido designado Ministro Interino, procurou, embora Interino, estabelecer ou elaborar um programa de trabalho que lhe permitisse prosseguir com maior eficiência possível na solução dos nossos grandes problemas educacionais e, para isso, procurou cercar-se de bons elementos do Ministério e preocupou-se principalmente com o grande problema da alfabetização sempre sem solução, bem como do outro problema importante das necessidades industriais do país, criando o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e o Programa de Mão de Obra Industrial, tendo procurado dar ênfase a esses dois programas embora tenha incluído também no seu programa, digo programa de atividades a preocupação com outras atividades exigidas pelo ensino e pela educação, como por exemplo problema do ensino superior, principalmente no terreno tecnológico; perguntado se o ex-Ministro mantinha uma Assessoria Estudantil e, caso afirmativo, quais os integrantes da mesma, declarou que havia alguns Assessores estudantis junto ao senhor Ministro de acordo com orientação que viera de administrações anteriores; havia por exemplo um ou dois assessores para assuntos de ensino superior sendo um deles um funcionário do Banco do Brasil de nome ANDRADE COSTA, digo de nome JOAO FRANCISCO COSTA MEIRELES; era também assessor para assuntos estudantis o senhor ALPHEU MEIRELES; havia também um assessor para ensino secundário de cujo nome o declarante não se recorda, bem como um assessor para o ensino industrial; que o ex-Ministro recebia mais assessoramento estudantil da parte

(continua...)
[Signature]

[Handwritten notes in left margin]
[Signature]

CONTINUAÇÃO

dos próprios presidentes das entidades estudantis; que, pode ainda citar entre os assessores estudantis ROGÉRIO GRILLO; perguntado se conhecia a profissão dos referidos assessores estudantis nomeados pelo ex-Ministro Julio Sambaquy, declarou que sabia que alguns eram estudantes de nível médio ou superior mas ignorava a condição ou a profissão de outros, isso porque tinha apenas contatos eventuais com eles quando por eles era procurado; perguntado quais as relações funcionais entre o ex-Ministro e o professor Lauro de Oliveira Lima, Diretor do Ensino Secundário, declarou que o ex-Ministro Sambaquy, quando assumiu, já encontrou o professor Lauro de Oliveira Lima como Diretor do Ensino Secundário e sempre pareceu ao declarante que nunca houve boas relações funcionais entre o ex-Ministro Sambaquy e o professor Lauro de Oliveira Lima, tendo havido 7 mesmo alguns desentendimentos sérios; que esses desentendimentos se deviam, segundo se queixava o Ministro Sambaquy, à falta de entrosamento entre ambos e mesmo à falta de colaboração; perguntado se o ex-Ministro Julio Sambaquy manifestara alguma vez a intenção de exonerar o professor Lauro de Oliveira Lima, declarou que não pode dizer precisamente se o Ministro Sambaquy chegou a ter essa intenção de exonerar o professor Lauro de Oliveira Lima mas, na época, pareceu ao declarante que se fossem outras as condições talvez o Ministro Sambaquy o tivesse exonerado; que, as condições referidas se prendiam, na opinião do declarante, à interinidade do Ministro bem como à política então dominante no Governo; perguntado se podia explicar qual a influência da política do Governo numa decisão daquela natureza, declarou que o professor Lauro de Oliveira Lima mantinha contatos com o então Chefe da Casa Civil, Doutor DARCY RIBEIRO e assim sempre pareceu ao declarante que o professor Lauro tinha um grande apoio da parte da Presidência da República; perguntado se sabia quais as relações funcionais do ex-Ministro // com ROBERTO GONCALVES PONTUAL, Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar, declarou que não pode precisar as relações funcionais entre o Ministro Sambaquy e o Diretor Roberto Pontual mas atribui a manutenção desse Diretor às mesmas condições citadas acima, isto é, a situação de Interino do Ministro e as injunções políticas do Governo de então; perguntado se sabia que a Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), sob a direção de Roberto Pontual, mantivera estreita cooperação com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e com os sindicatos trabalhistas, particularmente o dos Metalúrgicos da Guanabara, declarou que não teve conhecimento desses fatos, havendo apenas constado ao declarante que o texto da Coleção História Nova, texto do qual o declarante não tomou conhecimento, seria da autoria de NELSON WERNECK SODRÉ; perguntado se sabia das razões que levaram o ex-Ministro Julio Sambaquy a instituir o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e porque não foi a Alfabetização entregue a órgãos do Ministério, declarou que sempre atribuiu a criação daquele Programa ao grande interesse demonstrado pelo Ministro Sambaquy pela solução dos nossos problemas educacionais e explica o fato de ter sido criado um Programa para aquele fim em vez de encarregar dessas atividades a um dos órgãos integrantes do Ministério explica este fato por duas circunstâncias: primeira ter o Ministro encontrado já no Ministério a Comissão Nacional de Cultura Popular com aquele objetivo e segundo, devido à maior flexibilidade, à maior liberdade de ação que ensejam as Campanhas e Programas conforme vinha reconhecendo o Ministério da Educação e Cultura em outras oportunidades; perguntado se sabia de quem a responsabilidade pela indicação pelo, digo dos principais responsáveis pela execução daquele Programa, particularmente de ARON ABEND, pes

(continua...)

CONTINUAÇÃO

sôa conhecida como comunista, declarou que não pode afirmar precisamente de quem tenha sido essa responsabilidade, tendo-lhe parecido na época que a mesma teria cabido ao professor PAULO FREIRE; perguntado se tinha conhecimento da realização do 1º Seminário de Alfabetização e Cultura Popular, em fevereiro de 1964, na Universidade Rural (Km 47 da antiga estrada Rio-Sao Paulo), declarou que apenas teve conhecimento da realização desse Seminário; perguntado se sabia das razões da nomeação de Roberto Pontual, após a realização do Seminário acima, para Presidente da Comissão Nacional de 7 Cultura Popular, declarou que não teve conhecimento do fato; perguntado se sabia porque, tendo o ex-Ministro Julio Sambaquy instituído o PNA, não extinguiu a Comissão de Cultura Popular, que havia sido criada pelo ex-Ministro PAULO DE TARSO para tratar particularmente da alfabetização de adultos, declarou que não tem elementos para dizer das razões desse fato, tendo parecido então ao declarante que houve interesse em manter, durante algum tempo, a Comissão e o Programa para uma ação mais intensiva no campo da alfabetização de adultos; perguntado se sabia que as legendas "Cultura Popular" e "Alfabetização" constituíam "frente" de atuação dos comunistas no país, declarou que ignorava esses fatos; perguntado se sabia de alguma providência do ex-Ministro Julio Sambaquy quando do clamor levantado pelo caráter nitidamente comunista imposto às atividades do PNS, digo PNA por seus executores, declarou que mais uma vez o ex-M, digo mais de uma vez o ex-Ministro Sambaquy expendeu a opinião de que esse clamor era infundado, não existindo aquela orientação comunizante no PNA; perguntado se sabia o que levou o ex-Ministro Julio Sambaquy a não efetivar a sua intenção de exonerar o assessor JOAO FRANCISCO COSTA MEIRELES, declarou que pareceu então ao declarante que teria havido influência da Presidência da República, possivelmente do então Chefe da Casa Civil; pergunta do se sabia ter o ex-Ministro Julio Sambaquy preparado e divulgado pela Rádio Educadora de Brasília ou pela Rádio Nacional Manifesto de apoio ao Governo deposto e contrário à Revolução, declarou que soube que o ex-Ministro Sambaquy foi instado a fazer um pronunciamento através da Rádio mas não pode o declarante afirmar se esse / pronunciamento foi elaborado. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, que o escrevi.

Celso, Ten
CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Jose Carlos Nogueira Ribeiro
JOSE CARLOS NOGUEIRA RIBEIRO
Testemunha

Reinaldo de Menezes Couto
REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivão

TERMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o Senhor Tenente Coronel GELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, compareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 173 de fls , a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se ANTONIO CARLOS DIAS FERREIRA, ter trinta e sete anos de idade (14 de outubro de 1927), natural de Poços de Calda - Estado de Minas Gerais, filho de Alexandre Dias Ferreira e de Rosalva, digo Rosaura Lovato Ferreira, casado, ser funcionário interino do Ministério da Educação e Cultura na condição de Técnico de Educação e professor da Prefeitura de Brasília e residir na Super Quadra nº 107, Bloco 10, apartamento nº 205, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder às seguintes perguntas: perguntado quais as funções que exerceu no Gabinete dos ex-Ministros PAULO DE TARSO e JULIO FURQUIM SAMBAQUY, declarou que exerceu a função de Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Cultura Popular em ambos os Gabinetes, tendo inicialmente sido nomeado Assessor do ex-Ministro Paulo de Tarso, deixando essa função com a exoneração daquele Ministro; perguntado com que finalidade foi instituída a Comissão de Cultura Popular pelo ex-Ministro Paulo de Tarso, declarou que com a finalidade de aplicar o sistema Paulo Freire de alfabetização e demais atividades relacionadas com cultura popular; perguntado qual a conceituação de Cultura Popular e o que objetivava a mesma de forma a justificar a criação e as atividades da Comissão de Cultura Popular outras que não a alfabetização, declarou que seria toda a atividade que desse ao homem do povo consciência da sua importância e contribuição na vida social, quer pelos valores culturais que ele, o homem do povo, traz no seu cabedal quer pela consciência que ele pode ou deve adquirir para dar sua contribuição à vida da sociedade, deixando de ser um marginal da vida social; perguntado qual o resultado da experiência piloto realizada em Brasília pelo professor PAULO FREIRE e sua equipe para aplicação do sistema Paulo Freire de alfabetização, declarou que a experiência inicial de Brasília fracassou inicialmente no que diz respeito a número de analfabetos atingidos e trouxe a experiência de que coordenadores de nível popular não obtinham resultados satisfatórios; perguntado se podia dizer qual a conclusão a que chegara a referida experiência sobre o nível intelectual dos Coordenadores e Supervisores para aplicação do Método Paulo Freire, declarou que o nível ideal a se exigir seria o nível universitário; perguntado se acompanhara os trabalhos do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) após a sua desvinculação da Comissão de Cultura Popular, declarou que acompanhou como funcionário do Ministério e portanto interessado no assunto; perguntado se teve conhecimento da orientação comunista empregada no referido Programa quando de sua aplicação particularmente no Estado do Rio de Janeiro, declarou que ignorava totalmente qualquer orientação comunista que tivesse sido dada à aplicação do sistema Paulo Freire; perguntado quais as atividades da Comissão de Cultura Popular após a desvinculação da alfabetização da mesma, declarou que a Comissão Nacional de Cultura Popular continuou a exercer as funções administrativas

(continua...)

Antônio Carlos Dias Ferreira

331
Brazina
5/33
2426

CONTINUAÇÃO

trativas em vista das preparações de Coordenadores que se realizavam em Brasília; perguntado se o 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, de 15 a 21 de setembro de 1963, fora patrocinado pela Comissão de Cultura Popular, declarou que a Comissão participou entre outros da, digo entre outros órgãos, da organização do Encontro; perguntado se sabia qual o órgão que realmente havia dirigido e coordenado as atividades relativas àquele Encontro, declarou que foram o Movimento de Cultura Popular e a Secretaria de Educação de Pernambuco; perguntado se sabia que ARON ABEND, pessoa comumente conhecida como comunista, fora um dos principais coordenadores daquele Encontro, no Ministério da Educação e Cultura, declarou que ignorava que o senhor Aron /// Abend fosse comunista naquela oportunidade e que ele participava da Comissão de organização do 1º Encontro citado, como elemento interessado no problema de alfabetização e com a experiência através de atividades na União Nacional dos Estudantes (UNE); perguntado / se tinha conhecimento que as legendas "cultura popular" e "alfabetização" eram "frentes" de atuação comunista no país, declarou que sabia que havia uma disputa de liderança entre democratas e comunistas à frente desses movimentos; perguntado se a Comissão de Cultura Popular dirigira o 1º Seminário de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em fevereiro de 1964 na Universidade Rural do Km 47 da antiga estrada Rio-São Paulo, declarou que elementos da Comissão participaram da organização porém a Secretaria Executiva de Brasília não participou; perguntado se sabia quem havia sido nomeado Presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular após aquele Seminário, declarou que ignorava por não ter visto as conclusões / daquele Seminário. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por / ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, que o escrevi.

celso, Ten

CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Antonio Carlos Dias Ferreira

ANTONIO CARLOS DIAS FERREIRA
Testemunha

Reinaldo de Menezes Couto

REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivão

TÉRMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o Senhor Tenente Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, compareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 173 de fls. , a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se ANDRÉ LUIZ RANGEL REIS, ter trinta e sete anos de idade (7 de julho de 1927), natural do Estado da Guanabara, filho de Alfredo de Souza Reis Junior e de Maria Coeli Rangel Reis, casado, ser funcionário público federal pertencente ao Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, NA condição de Professor de Desenho de Máquinas e Eletrotécnica e residir na Avenida W-3, Quadra 16, Casa nº 239, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder às seguintes perguntas: perguntado qual a função que exerceu nas gestões dos ex-Ministros PAULO DE TARSO e JULIO FURQUIM SAMBAGUY, declarou que na gestão do ex-Ministro Paulo de Tarso, foi nomeado Scc, logo foi designado Secretário Executivo da Comissão Regional de Cultura Popular de Brasília; que, durante a gestão do ex-Ministro Julio Sambaguy continuou a ocupar a mesma função até que a Comissão fosse transformada em Programa Nacional de Alfabetização, Coordenação Regional de Brasília, quando passou a exercer a função de Assistente Administrativo da mesma; perguntado se podia descrever as experiências realizadas em Brasília pela Comissão de Cultura Popular sobre o sistema de Alfabetização do professor Paulo Freire e dizer dos seus resultados, declarou que as atividades iniciais da Comissão foram no sentido de preparar através de cursos, um grupo de Coordenadores que foi recrutado das camadas sociais mais próximas daquelas dos próprios alfabetizandos; que, com esta medida procurou-se estabelecer um entendimento mais íntimo entre o Coordenador e os alunos; que, esses Coordenadores, antes do curso, foram submetidos a um teste através do qual foram selecionados pela equipe do professor PAULO FREIRE; que, o transcorrer do trabalho de alfabetização, com estes coordenadores, demonstrou que não tinham eles a qualificação indispensável para o sucesso do trabalho; que, terminada a experiência piloto, verificou-se a necessidade de recrutar Coordenadores entre pessoas portadoras de conhecimentos equivalentes, pelo menos, aos de nível ginasial, 1º ciclo; que, com estes Coordenadores, foram melhores os resultados; perguntado se sabia das razões que levaram a dissociação da alfabetização dos Centros de Cultura Popular, com a instituição do Programa Nacional de Alfabetização, declarou que desconhece as razões e que como em Brasília o trabalho da Comissão Regional de Cultura Popular se restringia ao trabalho de alfabetização, aquela transformação não trouxe nenhuma modificação; perguntado se, com a sua experiência no problema de alfabetização de adultos, através do sistema Paulo Freire, acreditava que os resultados obtidos justificavam o emprego desse sistema, em âmbito nacional, para a alfabetização, em massa, de adultos, declarou que os resultados dessa aplicação em massa eram duvidosos; no entanto, digo perguntado se tinha conhecimento que a aplicação do sistema Paulo Freire, feita através do PNA, obedecia a orientação de caráter nitidamente comunizante, declarou que teve conhecimento disso através

(continua...)

Reis

Brasília 15/8/64
332

Paulo Freire

CONTINUAÇÃO

vés do noticiário dos jornais da época, especialmente "O Globo", entretanto desconhece completamente qualquer orientação desse tipo no trabalho que se desenvolvia em Brasília; perguntado se sabia de qualquer outro objetivo daquele Programa, que não exclusivamente a alfabetização de adultos, declarou que não. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, em carregado deste Inquérito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, que o escrevi.

Celso Tere

CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Andre Luiz Rangel Reis
ANDRE LUIZ RANGEL REIS
Testemunha

Reinaldo Couto
REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivão

Brayma *Flem 334*
AAZ

TERMO DE INQUIRICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o Senhor Tenente Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, compareceu aí a testemunha abaixo nomeada, que foi inquirida sobre o que consta na Delegação de Poderes nº 173 de fls , a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: chamar-se MARCILIO AUGUSTO VELLOSO, ter vinte e oito anos de idade (15 de maio de 1936), natural de Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais, filho de José Dionísio Velloso e de Maria dos Anjos Silveira Velloso, casado, ser funcionário interino do Ministério da Educação e Cultura, na condição de Técnico de Educação e residir na Super Quadra nº 305, Bloco C, apartamento nº 305, depois do compromisso de dizer a verdade, passou a responder às seguintes perguntas: perguntado quais as funções que exerceu nas gestões dos ex-Ministros PAULO DE TARSO e JULIO FURQUIM SAMBAQUI, declarou que exerceu a função de Secretário Executivo da Coordenação das Assessorias, na gestão do ex-Ministro Paulo de Tarso e Presidente da Comissão Regional de Cultura Popular de Brasília, na gestão do ex-Ministro Julio Sambaqui; perguntado como foi levado a exercer a função de Secretário Executivo da Coordenação das Assessorias, declarou que no dia de sua posse como Técnico de Educação - 2 de agosto de 1963 - encontrou-se com o senhor HERBERT JOSÉ DE SOUZA, tendo sido convidado por ele para trabalhar naquela Coordenação; que, digo perguntado de onde vinha seu conhecimento com Herbert José de Souza, declarou que fora colega do mesmo na Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte; perguntado qual a natureza de seu trabalho como Presidente da Comissão Regional de Cultura Popular de Brasília, declarou que era o de coordenar, planejar o trabalho de aplicação do Método Paulo Freire de alfabetização de adultos; que esse planejamento visava a ampliar o trabalho da Comissão em Brasília; que iriam aumentar de 60 ciclos, digo ciclos de cultura para 200 ou 250, digo que iriam aumentar de 60 para 200 ou 250 os círculos de cultura; perguntado qual o resultado das experiências de alfabetização realizadas em Brasília com a aplicação do Método Paulo Freire, declarou que até dezembro de 1963 o número digo o resultado não foi satisfatório porque o coordenador popular que era o elemento que coordenava os círculos de cultura não tinha o conhecimento necessário nem o nível cultural para esse trabalho; perguntado quais os objetivos do trabalho da Comissão Regional de Cultura Popular, declarou que a mesma visava a alfabetização, conscientização e a politização; perguntado se, na realidade, o trabalho de alfabetização, conscientização e politização, não visava a formação de eleitores, declarou que não visava propriamente dito a formação de eleitores apenas, mas dava condições ao homem de se tornar um eleitor de fato, dentro do ponto de vista político; perguntado se tivera conhecimento de que o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), na Guanabara, obedecia a uma orientação comunizante, declarou que não, digo declarou que sabia da orientação comunizante do, digo que era dada ao trabalho de alfabetização no Estado da Guanabara; perguntado se, dada a sua condição de Presidente da Comissão Regional de Cultura Popular de Brasília, tomou alguma providência ou atitude contra aquela orientação, declarou que não tomou nenhuma providência; perguntado se foi favorável ou contra o

(continua...)

Marcelo Velloso

Paulo de Tarso
Julio Sambaqui

CONTINUAÇÃO

Movimento Revolucionário de 31 de Março, declarou que foi contra ; perguntado porque foi contra aquêlê Movimento, declarou que achava que o trabalho que vinha desempenhando, do ponto de vista educacional, era um trabalho positivo e que viria beneficiar uito ao homem analfabeto. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo o presente depoimento, e de como assim fez a testemunha as referidas declarações, mandou o Tenente Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado dêste Inquérito lavrar o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por êle rubricado e assinado pela testemunha e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, que o escrevi.

celso, T. Cel

CELSO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

Marcilio Augusto Velloso

MARCILIO AUGUSTO VELLOSO
Testemunha

Reinaldo de Menezes Couto

REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivão

336
Brazuca
836
JAA

TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, no Ministério da Educação e Cultura, onde se achava o Senhor Tenente-Coronel CELSO DOS SANTOS MEYER, encarregado dâste Inquérito, comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivao, com pareceu a JULIO FURQUIM SAMBAQUY, a fim de ser interrogado, de acordo com a Delegação de Poderes nº 173 de fls , a qual lhe foi lida, sobre atividades subversivas que se vinham verificando no Ministério da Educação e Cultura e das quais, na condição de Ministro de Estado da Educação e Cultura, foi indicado como um dos responsáveis. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, nacionalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama JULIO FURQUIM SAMBAQUY, ter cinquenta e sete anos de idade (19 de dezembro de 1906), filho de José Lopes Sambaquy e de Ana Furquim Sambaquy, casado, natural de Ribeirão Preto - Estado de São Paulo, ser funcionário público federal pertencente ao Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, na condição de Contador e que reside na Super Quadra nº 208, Bloco 10, apartamento nº 303; perguntado qual o seu programa como Ministro da Educação e Cultura, respondeu que não tinha propriamente um programa, uma vez que assumiu a Pasta em caráter interino em consequência da exoneração do Ministro PAULO DE TARSO, não sabendo portanto quantos dias ou quanto tempo iria ficar no Ministério; entretanto, como o Presidente da República não fez a sua substituição imediatamente como esperava, levou a Sua Excelência no segundo Despacho uma relação de programas do Ministério que estavam sendo executados; que, a vista desta relação, o Presidente determinou que fossem eles continuados acrescentando-se outros programas julgados pelo depoente de grande interesse para a educação nacional em face do conhecimento que tinha das necessidades, em matéria de educação, por parte dos estados em matéria de ensino primário e secundário e bem assim das Universidades brasileiras em matéria de ensino superior; assim foi que teve oportunidade de apresentar ao Presidente da República os seguintes programas: Ensino Primário - aumento de matrículas nas escolas públicas brasileiras no sentido de matricular em 1965, digo em 1964, mais 2 milhões de crianças, além da matrícula normal; criação e construção de escolas na faixa de fronteiras para permitir a matrícula de milhares de crianças brasileiras que frequentavam escolas estrangeiras; instalação e difusão do Programa Nacional de Alfabetização de adolescentes e adultos, aproveitando, para isso, o Sistema do professor Paulo Freire que já se encontrava, desde o tempo do Ministro Paulo de Tarso, trabalhando no Ministério; o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) somente foi objeto de interesse da parte do depoente após uma experiência levada a efeito na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte por parte da Aliança para o Progresso e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte a qual foi coroada do melhor êxito, segundo o testemunho daqueles que tiveram oportunidade de assistir ao seu encerramento, inclusive o então Ministro da Educação e Cultura, professor THEOTONIO MONTEIRO DE BARROS FILHO; Ensino Secundário - ginásios modernos, as escolas de comunidade, o livro didático e bolsas de estudo para o aumento de matrícula no ensino secundário, além das Escolas de Rádio-Televisão; Ensino Su

(continua...)

[Assinatura]

celso, ten. tarso

CONTINUAÇÃO

perior - duplicação de matrículas nas escolas superiores, reequipamento das Universidades federais, formação de docentes e criação de Colégios Universitários; perguntado de quem fôra a responsabilidade pela composição de seu gabinete Ministerial, respondeu que foi inteiramente sua; perguntado se sabia que ALPHEU RIBEIRO MEIRELES, JOSÉ CARLOS FERNANDES e MÁRIO FARIAS BRASINI eram considerados elementos de "esquerda", respondeu que não tinha conhecimento da ideologia política desses seus três auxiliares; perguntado se a escolha desses três auxiliares havia sido sua, respondeu que sim; perguntado se tomara conhecimento da agitação provocada pela atuação do professor LAURO DE OLIVEIRA LIMA, na Diretoria do Ensino Secundário, respondeu que ao tomar conhecimento de portarias expedidas pelo então Diretor do Ensino Secundário, professor Lauro de Oliveira Lima, aguardou que o Conselho Federal de Educação encaminhasse ao seu Gabinete uma representação contra a vigência daqueles atos baixados pelo então Ministro Paulo de Tarso a fim de que providências fossem tomadas ou sugeridas; que, ao receber do Conselho esse expediente foi ele encaminhado à DES que o informou voltando ele ao Conselho Federal de Educação a fim de que esse órgão propusesse ao Ministro o que julgasse de interesse para o ensino, quer revogando ou modificando aquelas portarias que tanta agitação vinham provocando principalmente por parte da imprensa; perguntado quais as suas relações funcionais com o ex-Diretor do Ensino Secundário, Lauro de Oliveira Lima, respondeu que mantinha relações cordiais mas que muitas vezes deixou de adotar providências que lhe eram sugeridas por não estar de acordo com as medidas propostas; quanto a várias medidas adotadas na DES tomou-as diretamente sem consultar ao Diretor, como o caso da elevação das taxas escolares cujo Decreto foi elaborado por técnicos do Ministério sem conhecimento prévio desse Diretor, bem assim a criação de Escolas de Comunidade, também projeto de técnicos do Ministério que serviam no Estado da Guanabara; o mesmo se deu com referência ao Decreto tornando obrigatório o Livro Didático editado pelo Ministério, aproveitando-se os livros de texto mais utilizados pelos estudantes brasileiros e não como se declarou na ocasião, que os textos seriam elaborados pelo Ministério da Educação; que, com respeito à 6ª Série Primária, o Diretor do Ensino Secundário também não foi ouvido; o projeto foi elaborado com a colaboração de professores do Colégio Pedro II e técnicos da DES que serviam na Inspetoria Seccional da Guanabara; perguntado porque não exonerou o professor Lauro de Oliveira Lima da DES, uma vez que, como se verifica pela resposta acima, em geral não o consultava sobre assuntos inerentes àquela Diretoria, respondeu que como não tinha certeza do tempo que deveria permanecer no Ministério, essa oportunidade não se apresentou, entretanto, se tivesse certeza de continuar no Ministério por um tempo determinado, teria exonerado o referido Diretor; perguntado quais as circunstâncias que o levaram a esta intenção de exonerar o professor Lauro de Oliveira Lima, respondeu que pelas constantes reclamações que o Ministério recebia de que atos emanados da DES eram considerados ilegais, portanto em desacordo com o que determinava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; perguntado se não chegara a manifestar essa sua intenção de exonerar o professor Lauro ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou ao próprio Presidente da República, respondeu que o Presidente desconhecia completamente o professor Lauro de Oliveira Lima, do qual nunca lhe falou; quanto ao professor DARCY RIBEIRO, este várias vezes pediu-lhe que mantivesse o professor Lauro de Oliveira Lima se porventura houvesse nos quadros de direção do Ministério quaisquer modificações; perguntado se tivera conhecimento da celeuma provocada

(continua...)

CONTINUAÇÃO

da pela atuação de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL na Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), particularmente com a reformulação feita por aquele órgão da História do Brasil e divulgada sob o título de "HISTÓRIA NOVA", digo "COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA", respondeu que em se tratando de uma coleção autorizada na administração anterior e lançada já na sua administração, dela tomou conhecimento, já quando impressa, pelas notícias publicadas pela imprensa e também por um ofício dirigido ao Ministro da Educação pelo General AUGUSTO MAGGES SI, Presidente do Clube Militar, no qual solicitava providências do Ministério sobre o conteúdo da História do Brasil, parte da referida coleção; esse ofício recebido pelo professor HELI MENEGALE seria objeto de investigações por parte do Ministro caso não, digo caso não tivesse sobrevivendo a Revolução, uma vez que, se não se engana, foi expedido nos últimos dias do mês de março; acrescenta ainda que só teve oportunidade de ler a História do Brasil da "Coleção" de que se trata, após a sua saída do Ministério da Educação; perguntado se há autorização para a elaboração da Coleção História Nova, digo perguntado se a autorização para a elaboração da Coleção História Nova e também a sua distribuição haviam sido suas respondeu que afirmativamente quanto à distribuição, digo respondeu afirmativamente quanto à distribuição e referentemente a autorização para a elaboração dos textos e respectiva publicação pertence à administração do ex-Ministro Paulo de Tarso; perguntado, face às respostas acima, se acredita que a distribuição da Coleção História Nova, elaborada e distribuída por iniciativa de Roberto Gonçalves Pontual, tenha constituído um abuso de confiança por parte daquele Diretor da DEEE, respondeu que desde o momento que o Ministro não teve conhecimento antecipado do que pretendia o texto das publicações em questão, reputa que foi ilaqueado em sua boa fé quando aquele Diretor submeteu à sua assinatura a portaria que autorizava a distribuição das mencionadas publicações; perguntado, após a leitura da Coleção História Nova, qual a sua opinião sobre aquela obra e se conhecendo seu texto teria autorizado a sua divulgação, respondeu não, digo respondeu que não teria autorizado a distribuição uma vez que o texto era desrespeitoso para as tradições brasileiras, deturpatório de fatos da nossa História e como acredita que a tradição é tão ou mais importante que a evolução não teria de maneira alguma proposto que se desse conhecimento à juventude brasileira de episódios deturpados da História do Brasil; quem como o depoente, restabeleceu no Ministério da Educação por portaria baixada em Novembro de 1963 as festividades da Bandeira, determinando que elas fossem realizadas em todos os colégios do Brasil e nas repartições do Ministério e realizando em Brasília uma festa de grande brilhantismo, não poderia, de maneira alguma, menosprezar o que aprendeu na escola e que durante toda sua existência cultuou como bom patriota que é; perguntado se tivera conhecimento de que o lançamento da Coleção História Nova fôra realizado no Palácio dos Metalúrgicos na Guanabara, sob o patrocínio da DEEE e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em "curso de História do Brasil" a ser ministrado para operários, naquela entidade sindical por professores do Departamento de História do referido ISEB, respondeu que não teve conhecimento do que é perguntado; perguntado se tivera conhecimento dos protestos suscitados pela atuação da Diretora do Serviço de Rádio Difusão Educativa, MARIA YEDDA LEITE LINHARES, respondeu que em uma das vindas dessa Diretora a Brasília declarou a ela que havia recebido inúmeras reclamações sobre a programação da Rádio Ministério da Educação, que teria caráter político e não educativo; respondeu ao depoente aquela Direto-

(continua...)

CONTINUAÇÃO

ra que os programas tinham caráter estritamente educativos de acôrdo com o esquema que lhe havia apresentado em outra oportunidade de sua vinda a Brasília; que, com essa informação e como não tinha tido ocasião de ouvir a programação da Rádio, deu-se por satisfeito com essa informação; perguntado de quem fora a idéia da instituição do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), respondeu que levando ao conhecimento do Presidente da República as bases de um Programa Nacional de Alfabetização que objetivava a alfabetização em massa de adolescentes e adultos analfabetos, autorizou-lhe Sua Excelência a elaborar um Decreto que consubstanciasse o que o Ministério tinha adquirido da experiência realizada em Angicos no Rio Grande do Norte, e bem assim do que tinha sido planejado pela Comissão de Cultura Popular instalada em Brasília pelo ex-Ministro Paulo de Tarso com a colaboração do professor PAULO FREIRE que, a chamado daquela titular, estava em Brasília; que, com essa autorização, o Ministério por intermédio do grupo do professor Paulo Freire, elaborou Decreto legalizando portanto e transformando em Programa Nacional de Alfabetização o que vinha sendo executado pela Comissão de Cultura Popular isto com apóio integral do Ministro; perguntado se ao instituir o PNA tinha conhecimento do fracasso das experiências realizadas em Brasília sob a direção da equipe do professor Paulo Freire, respondeu que não por isso que se tivesse conhecimento prévio desses resultados insatisfatórios, não teria proposto ao Presidente da República sob a sua responsabilidade a transformação daquela Comissão pois isso acarretaria uma responsabilidade que não poderia assumir sabendo de antemão que tal programa estaria destinado a um fracasso; não poderia também assumir responsabilidade de destinar recursos que poderiam ser aplicados em outros programas num programa que não merecesse a sua confiança; só se dispôs a iniciar os estudos e a projetar a execução do Programa de Alfabetização após a afirmação do professor Paulo Freire e de sua equipe de que somente se poderia acabar com o analfabetismo no Brasil utilizando aquele Sistema que já tinha demonstrado a possibilidade de se alfabetizar em sessenta dias qualquer indivíduo ao contrário de outros sistemas que além de mais dispendiosos levavam um ou mais anos para conseguir os mesmos resultados que o sistema Paulo Freire conseguia naquele curto período; perguntado quem fora o responsável pela escolha e designação dos Coordenadores Regionais do PNA e também da Comissão Especial do mesmo, respondeu que as indicações assinadas pelo depoente em portarias foram todas do professor Paulo Freire, uma vez que a parte técnica do Programa estava a seu cargo e quase todos os seus membros só ficaram conhecendo depois que assumiu o Ministério, com exceção de Alpheu Meireles, que já era seu antigo conhecido; perguntado se sabia a época, ser ARON ABEND, designado Coordenador Regional do Rio de Janeiro, considerado comunista, respondeu que não tinha conhecimento de sua filiação comunista e recorda-se também que em determinadas ocasiões, perguntando a Alpheu Meireles, se segundo informações chegadas ao seu conhecimento, se Aron Abend era comunista respondeu-lhe Alpheu Meireles que em absoluto não pertencia ele ao Partido Comunista; perguntado porque, tendo sido instituído o PNA, atribuiu também recursos a DES com a mesma finalidade, respondeu que os recursos entregues à DES eram destinados à preparação de Coordenadores e Supervisores para o Programa que deveria ser instalado nos vários Estados brasileiros; perguntado se tivera conhecimento de que o PNA, particularmente na Guanabara, obedecia a orientação de caráter nitidamente comunista, respondeu que não tinha conhecimento de que o Programa tinha esse caráter, uma vez que por várias vezes, o professor Paulo Freire lhe havia declarado que se soubesse

(continua...)

CONTINUAÇÃO

de que o Programa estava sendo desvirtuado para um sentido ideológico, ele despediria sumariamente aqueles que quizessem levar o Programa nessa direção; perguntado porque tendo aprovado o Programa da DES no qual a atividade principal se referia a Ginásios Modernos, instituiu a Campanha de Desenvolvimento das Escolas da Comunidade, em linhas gerais análogas à daqueles Ginásios, respondeu que por dois motivos preponderantes escolheu as Escolas de Comunidade ao em vez de dar incremento aos Ginásios Modernos embora não desajasse abolir completamente esse tipo de escola; o Ginásio Moderno custava ao Ministério cerca de sessenta milhões de cruzeiros, enquanto com dez milhões de cruzeiros poderia ser instalada uma Escola da Comunidade com os requisitos indispensáveis ao seu bom funcionamento; segundo que a Escola da Comunidade viria estabelecer um vínculo mais profundo entre as várias entidades de bairros ou de populações de cidades do interior que, digo as quais as sumiriam o controle das escolas e as manteriam tirando do Estado os ônus dessa manutenção; elas seriam dirigidas pelas pessoas mais responsáveis dos locais onde elas se instalassem proporcionando à comunidade o acesso à sua administração com o estabelecimento de círculos de pais de alunos, de clubes infantis e juvenis e de outros meios de congregação das populações beneficiadas; por outro lado, os Ginásios Modernos teriam que ser mantidos pelo Estado ou pelo Município beneficiado acarretando ônus quase insuperáveis por parte do Estado ou do Município; dessa forma a solução pelo depoente alvitrada e transformada em Decreto dizia melhor com as necessidades do país do que os caríssimos Ginásios Modernos; perguntado de quem fora a idéia de criação das Escolas da Comunidade, respondeu que a idéia foi da Inspectora de Ensino MYRTHA DE QUEIROZ MAIA que, juntamente com outros Técnicos de Educação, elaborou o Decreto pelo depoente submetido ao Presidente da República; perguntado qual a sua política estudantil no Ministério, respondeu que continuou a mesma política que vinha sendo adotada pelo Ministério nas administrações anteriores; recebida as representações estudantis de todo o Brasil sem a preocupação de verificar a ideologia dos diretores e presidentes de entidades; desde que as solicitações se contivessem dentro das atividades próprias dessas entidades o Ministério autorizava os recursos; concedeu recursos a entidades estudantis para o Programa de Alfabetização em pequena escala e bem assim passagens que lhe foram solicitadas para Congressos, principalmente quando visavam a reformas de ensino e programas relativos à educação; perguntado se sabia que as entidades estudantis em geral e a União Nacional dos Estudantes (UNE) em particular, dedicavam-se quase que exclusivamente a promover agitação de caráter político de natureza totalmente estranha às necessidades da classe estudantil, respondeu que tinha conhecimento de movimentos estudantis com sentido nitidamente político inclusive nos últimos tempos dedicavam-se elas ao movimento das reformas que o próprio Governo pleiteava: Reforma Agrária, Reforma Universitária, voto do analfabeto, Lei de Remessa de Lucros e outras; perguntado se podia indicar qualquer movimento estudantil, realizado em sua gestão como Ministro, em defesa de problemas da classe estudantil, respondeu que um dos únicos movimentos promovido pelos estudantes em favor da classe estudantil, foi o da duplicação de matrículas nas escolas superiores; acrescenta ainda que é de seu conhecimento que os estudantes secundários promoveram um movimento pelo barateamento das taxas de ensino; perguntado se a concessão de recursos em geral e particularmente às entidades estudantis obedecia ao processamento administrativo normal, respondeu que casos havia em que as solicitações de recursos eram dirigidas à DEEE que informava os pedidos

(continua...)

Brayner *341*
6/11/71

CONTINUAÇÃO

e submetia tais pedidos ao Ministro para Despacho; em outros casos as solicitações eram apresentadas diretamente ao Ministro que as despachava sem audiência daquela Divisão; é de acrescentar-se que a Divisão, sediada no Rio de Janeiro, tornava quase impraticável a sua audiência quando havia necessidade de soluções rápidas; perguntado porque nomeara um estudante para integrar o Conselho Federal de Educação, respondeu que foi ato exclusivo do Presidente da República que prometeu à direção da UNE essa nomeação; o Ministro de Estado não teve qualquer interferência nessa nomeação pois desejava manter todos os membros que vinham servindo com grande proficiência e dignidade às questões da educação no Brasil; deve-se observar que além do representante dos estudantes foram nomeados apenas dois Conselheiros: os professores DURMEVAL TRIGUEIRO, que ocupava a Diretoria do Ensino Superior e RUBENS MACIEL; o primeiro substituindo o professor FRANCISCO MAFEI JUNIOR, de São Paulo, que não mais podia exercer o cargo em face de outar, digo outras funções / em São Paulo e o segundo substituindo o professor BRUZZA NETO, eleito Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; verifica-se assim que dos oito Conselheiros, cinco foram mantidos e reconduzidos por um período de seis anos; perguntado se a nomeação de estudante para aquele alto órgão se enquadrava nas exigências legais, respondeu que não se enquadrava e esse fato determinou sérias críticas ao Ministro, digo ao Governo, tanto por parte dos membros do Conselho Federal de Educação, de várias entidades educacionais e da imprensa; perguntado se chegou a manifestar ao Presidente da República a ilegalidade daquele ato, respondeu que o Presidente da República tinha tomado conhecimento das várias representações contra essa nomeação, entretanto, como tinha assumido esse compromisso com a UNE, não voltou atrás dessa decisão; dada à sua condição de funcionário do Ministério, ocupando a Pasta interinamente, não disse expressamente ao Presidente da República essa condição de ilegalidade da nomeação, o que fez foi prender o Decreto durante dois meses a fim de possibilitar o entendimento // com o Presidente da República a respeito; após vários, digo várias demarches junto ao Conselho Federal de Educação, encontrou-se uma solução, isto por parte do professor GILSO KELLY, que declarou ao Ministro que se dada uma condição de magistério ao estudante essa ilegalidade seria contornada; por esse motivo o Decreto coletivo foi afinal levado ao Presidente da República e assinado; perguntado como foi dada aquela condição de magistério ao estudante a ser nomeado para o Conselho Federal de Educação, respondeu que não chegou a ser dada uma vez que sobreveio a Revolução, não tendo inclusive o estudante sequer tomado posse; perguntado como se pretendia dar àquele estudante a referida condição de magistério, respondeu que seria ele designado para exercer cargo de professor ou de membro de uma Campanha de Educação que lhe conferisse a qualidade exigida para ocupar a função de membro do Conselho Federal de Educação; perguntado se esse expediente a ser adotado para satisfazer a um desejo do Presidente da República, que contrariava frontalmente uma lei, não constituía também uma violação à legislação, respondeu que a Lei de Diretrizes e Bases exige que a pessoa indicada para exercer as funções de membro do Conselho Federal de Educação tenha conhecimento das questões educacionais e principalmente notável saber; o conceito de notável saber só pode ser aferido pelo transcurso dos anos de estudos, de contato permanente, neste caso / em íntimo contato com o ensino, condições que parecem ao depoente o estudante não as tinha; perguntado qual o critério adotado para a assinatura de Convênios durante a sua gestão como Ministro, respondeu que os Convênios relativos ao Movimento de Cultura Popular

(continua...)

Amorim

Julio Tard. P. d. i.

372
Braz
F 342
SAB

CONTINUAÇÃO

e do Programa Nacional de Alfabetização, quando solicitados, eram informados pela Comissão de Cultura Popular que propunha ao Ministro a decisão positiva ou negativa, o que acontecia também com a direção da Comissão Executiva do PNA; os Convênios relativos aos Estados, tanto os que diziam respeito ao ensino primário, o ensino médio cujas despesas deveriam correr por conta de recursos consignados no Orçamento especificamente para os Estados, eram elaborados pela Comissão, digo pela Diretoria Executiva do Plano Trienal de Educação, mediante a apresentação de Planos encaminhados pelas Secretarias de Educação e elaborados pelos respectivos Conselhos Estaduais; Convênios outros eram celebrados entre as Diretorias de Ensino do Ministério, após aprovação do Ministro de Estado; finalmente, Convênios celebrados também entre Estados, Municípios e entidades particulares eram celebrados, digo eram autorizados previamente pelo Ministro e feitos pelo Departamento de Administração e assinados pelo Ministro, desde que os recursos fossem de Exercícios anteriores relacionados em Restos a Pagar e revertidos aos respectivos Fundos; perguntado se não havia imposição política e mesmo interferência presidencial na celebração de Convênios e concessão de recursos, respondeu que em sua maioria sim; o Presidente da República, mediante solicitação por escrito, geralmente de Deputados, autorizava a celebração de Convênios e também o Ministro era solicitado, quase como imposição política, a celebrar Convênios para atender aos interesses desses Deputados em suas zonas eleitorais; é necessário que se diga que esses Convênios realizados também o foram em administrações anteriores da mesma forma porque na sua administração; perguntado porque, tendo em vista a interinidade de sua condição de Ministro, foram gastos recursos apreciáveis em propaganda das atividades do Ministério da Educação e Cultura, respondeu que esses recursos foram dispendidos por ordem expressa do Presidente da República que desejava dar conhecimento ao país do que estava sendo realizado no Ministério da Educação, fazendo-se a promoção dos Programas para conhecimento dos interessados em tais programas; os recursos destinados à promoção desses Programas foram aplicados indistintamente entre o ensino primário, médio e superior; havia necessidade de dar conhecimento de Programas que seriam executados pelo Ministério e que tinham âmbito nacional; nessa propaganda aludia-se apenas o que o Ministério pretendia fazer ou o que já estava fazendo; perguntado porque não procurou saber do Presidente da República qual a sua intenção quanto à sua permanência como Ministro interino, condição essa que durou cerca de cinco meses, respondeu que não seria próprio da parte do depoente forçar uma solução definida para a sua continuação ou não à frente do Ministério; desejava, isto sim, dados os encargos que lhe estavam afetos e que já lhe haviam levado à estafa deixar o Ministério ao invés de nele continuar apesar de sentir que estava fazendo um trabalho que, no seu entender, estava beneficiando o país em face dos Programas que estavam em execução e também pelas manifestações pelo depoente recebidas de entusiasmo pelo Programa por parte de associações de classe, de professores, de colégios, da imprensa e de congressistas, além dos técnicos do Ministério dos quais sempre recebeu a melhor colaboração e incentivo; perguntado se não considerava importante e mesmo indispensável uma definição do Presidente da República sobre a sua condição interina no Ministério, uma vez que, segundo declarou anteriormente, tal condição o impedia de elaborar um programa a ser seguido, respondeu que essa condição era indispensável a fim de que o depoente pudesse não só executar de forma definitiva os programas já aprovados em Decretos como também reorganizar de forma objetiva havida, digo a vida

(continua...)

Declar. Tce. F. B. S.

Amorim

CONTINUAÇÃO

administrativa no que se referia principalmente à modificação dos quadros dirigentes do Ministério; perguntado se compareceu ao 1º Seminário de Alfabetização e Cultura Popular realizado na Universidade Rural do Km 47 da antiga estrada Rio-São Paulo, respondeu que sim; perguntado se sabia que as legendas "Cultura Popular" e "Alfabetização" constituíam "frentes" de atuação do comunismo no país, respondeu que não tinha conhecimento do que lhe é arguido; perguntado porque foi nomeado ROBERTO GONÇALVES PONTUAL para Presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular, respondeu que nessa ocasião em que foi feita a designação da Comissão Nacional de Cultura Popular tanto de Roberto Pontual como de outros elementos que compunham essas Comissões nos Estados e que tomaram parte no 1º Seminário antes aludido, não tinha conhecimento de que exerciam essas funções, tanto Roberto Pontual como os demais membros, quaisquer atividades que não dissessem respeito às finalidades para as quais tinham sido designados, isto é, puramente educativas; a indicação de Roberto Pontual foi feita pelo próprio grupo que elaborou trabalhos para a instalação nos vários Estados brasileiros com objetivo de disseminação da cultura popular; assim não partiu do Ministro essa escolha; sempre deu a maior autonomia, como nesse caso, às várias Comissões criadas no Ministério para outras finalidades não tendo assim tido interferência direta na escolha de Roberto Pontual; perguntado se teria preparado e lançado Manifesto quando da eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março, respondeu que não houve lançamento de Manifesto algum, apenas pretendia dirigir algumas palavras aos estudantes uma vez que no momento em que se propôs a fazer, digamos a dizer essas palavras, já tinha conhecimento de que a Revolução estava vitoriosa; essa proclamação portanto não chegou a ser feita, apesar de ter sido convidado, creio que às dezenove horas do dia 1º de abril, já depois da chegada do Presidente JOÃO GOUVEIA à Brasília quando era do conhecimento geral que a Revolução estava vitoriosa; perguntado de quem partira o convite para a referida proclamação e o que visava a mesma, respondeu que essa proclamação, digamos que o convite para falar na Rádio foi feito pela Rádio de Brasília, por intermédio de JOSÉ CARLOS FERNANDES; anunciada pelo Rádio várias vezes não foi entretanto lida nem dita de improviso; nessa proclamação pedia aos estudantes que formassem todos uma frente única sem desordem a fim de que fossem defendidos os interesses da classe; entretanto, como antes disse, essa proclamação não chegou a ser lançada ao público uma vez que como já havia dito ela se tornara desnecessária em face do Movimento vitorioso; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que queira entregar para fazer parte dos autos, respondeu que se reserva, se necessário, a apresentar documentação que venha corroborar as afirmações feitas neste depoimento. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e comigo Capitão REINALDO DE MENEZES COUTO, servindo de Escrivão, que o escrevi.

CELDO DOS SANTOS MEYER - Ten Cel
Encarregado do Inquérito

JULIO FERREIRA SAMBAQUI
Indiciado

REINALDO DE MENEZES COUTO - Cap
Escrivão